



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0004/AM/20, de 21/12/2020

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta Cidade de Pombal, por videoconferência, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Felismino da Conceição Neves Carreira, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Edite Maria Pascoal da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Cláudia Sofia da Costa Duarte, João Pedro Abegão Matias, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Cláudia Sofia de Almeida Oliveira Caetano, João Patrício Dias Ferreira, Elisabete Maria dos Santos Alves, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Liliana Adelina Gonçalves Silva, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, Manuel Henriques Nogueira de Matos, José Manuel Pedrosa Marques, Tânia Mota, Nelson da Silva Pereira, Carla Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Daniel Brito Ferreira, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/02/2020;
- Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento Municipal para o ano de 2021 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2022/2025, e respetivos anexos;
- Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2021/2025;
- Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o Ano 2021;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (domínio da educação);



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da saúde);
- Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias - Decreto Lei 57/2019 de 30 de abril - alíneas d), g), h), i), j), e k) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 2.º;
- Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;
- Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, no ano económico de 2021, nos termos do Artigo 12º do DL 127/2012 de 21/06;
- Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações e Edifícios Municipais – Pedido Autorização de Despesa e Assunção de Compromissos Plurianuais para Exercícios Seguintes;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2020, a cobrar no ano de 2021;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Procedimento e os Critérios para Emissão de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico - Empreendimentos de Caráter Estratégico;
- Ponto 2.13. Apresentação e discussão do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.E.M. - 3.º Trimestre 2020 - Para Conhecimento;
- Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;
- Ponto 2.15. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, dar início à nossa reunião de 21 de dezembro. Dou as boas-vindas a todos, e, antes de mais, dar-vos nota dos seguintes pedidos de substituições:

Da Bancada do Partido Social Democrata:

De Manuel Sobreiro Ferreira, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Abegão Matias;

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, Felismino da Conceição Neves Carreira;

Da Bancada do Partido Socialista:

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete dos Santos Alves.

De Patrícia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir na lista, Joel Bouça Gomes que informou não poder estar presente, tendo sido



MUNICÍPIO DE POMBAL

chamado para o efeito, o cidadão imediatamente a seguir na lista Victor da Conceição Gomes.

Dos Presidentes de Junta:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Sílvio da Mota Santos, pediu para ser substituído, comparecendo, em sua substituição, Sofia Gonçalves;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, pediu para ser substituído, comparecendo, em sua substituição, Tânia Mota;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, pediu para ser substituído, comparecendo, em sua substituição, Carla Longo.”

Mais informou que as faltas dos Senhores Deputados José Gomes Fernandes e Victor da Conceição Gomes, se encontram justificadas.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 30.09.2020.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve para fazer algum reparo a esta ata?

Ninguém se inscreve para fazer nenhuma observação? Não havendo inscrições, vamos passar para a votação.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 30 de setembro 2020 a votação, foi a mesma aprovada por maioria.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

Presidente da Assembleia Municipal:

“E tenho a dizer-vos o seguinte: a correspondência que foi chegando aqui à Assembleia, para além dos cartões de boas festas, sempre agradáveis de receber nestes momentos, recebemos também um relatório técnico de âmbito territorial dos Municípios integrados na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIM-RL), intitulado “Sim, também sou capaz”, este projeto integrado e inovador de combate ao insucesso escolar. Temos na nossa presença, então, esse relatório final.

Recebemos também da Assembleia de Freguesia de Almagreira um abaixo-assinado sobre as preocupações das pessoas daquela freguesia, dizendo o seguinte:

“Os membros da Assembleia de Freguesia de Almagreira vêm manifestar o seu repúdio perante as soluções encontradas pela Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Vale do Arunca e o ACES do Pinhal Litoral para servirem os seus utentes.”

É uma preocupação constante, esta que se vive com a saúde, e então, nos dias de hoje, cada vez mais preocupante.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A propósito disto, dar-vos conta de que o Sr. Presidente da Câmara me enviou um ofício, dizendo o seguinte:

“Assunto: Criação de grupos de trabalho para organização dos cuidados de saúde primários

A qualidade da prestação dos cuidados de saúde primários no Concelho de Pombal tem sido apresentada como uma preocupação transversal a todos os Partidos políticos e grupos de cidadãos. O Presidente da Câmara Municipal de Pombal tem lançado mão de um conjunto de iniciativas que visam conseguir um cuidado esclarecimento dos modelos de organização dos cuidados de saúde primários, sendo uma matéria que deve merecer a mais ampla participação dos autarcas e dos Partidos políticos e grupos de cidadãos com representação nos órgãos desta autarquia.

No seguimento da sessão de uma reunião de Câmara realizada em outubro, apresentou o Sr. Presidente a iniciativa de constituir os grupos de trabalho anunciados naquela sessão, para planear a futura organização da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Vale do Arunca, e da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Sicó. Solicita (o Sr. Presidente da Câmara) que a Assembleia promova, indique ou eleja, e sejam eleitos em Assembleia Municipal um representante da Assembleia para cada um dos grupos de trabalho.”

Ora bem, eu recebi este e-mail, sim senhor, e acho que, efetivamente, é uma medida acertadíssima. Simplesmente vos peço que numa próxima reunião presencial – porque uma eleição tem que ser numa reunião presencial – iremos, sim senhor, fazer esta eleição dos nossos representantes para cada uma destas Unidades de Saúde de Serviços Personalizados. No devido momento, eu quero ouvir todos os representantes das forças políticas que têm assento nesta Assembleia, e grupos de cidadãos independentes também presentes nesta Assembleia. Naturalmente, depois vamos falar e vamos criar, efetivamente, os nossos representantes naquelas unidades de saúde que estão agora a ser constituídas. Bom, posto isto, foi esta a correspondência que recebi até ao momento.”

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pedia que se inscrevessem. Já todos se inscreveram? Então, vamos encerrar as inscrições, e agora vamos fazer a distribuição dos tempos.

Vamos, então, começar, dando a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Marques, Presidente da Junta do Louriçal. Faça favor de começar a sua intervenção.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros amigos e colegas da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, a todos, daqui um abraço, esperando que estejam todos de saúde, e as famílias, num tempo de pandemia que todos desejamos que passe o mais rápido possível, e que parece não estar fácil.

Então, tendo em conta que hoje estamos aqui numa Assembleia diferente, mais uma vez, queria aqui, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e seu Executivo por mais uma vez ter disponibilizado a possibilidade de apoiar a aquisição de uma nova viatura



MUNICÍPIO DE POMBAL

para a Junta de Freguesia, em termos de transportes, dos transportes escolares, substituindo uma que, precisamente este mês, terminava a possibilidade de continuar autorizada a circular na via pública com crianças.

Portanto, eu quero dizer que este é um projeto que dignifica, e muito, a educação, depois de uma rede de centros escolares em todo o concelho, no curto prazo, toda devidamente colocada, a nível do concelho, com novos centros escolares – o qual o Louriçal já tem desde 2017. Congratulo-me também pelo facto de podermos ter segurança nos transportes escolares. E aqui, sem dúvida, agradecer o apoio que deu para nós adquirirmos esta segunda viatura, e no próximo ano teremos a necessidade da terceira, que também terminará o seu tempo de vida, enquanto possibilidade de transportes. Esta é uma situação que me apraz agradecer.

Além de que, em tempo de pandemia, também dizer que não tem sido fácil, e a Junta de Freguesia em articulação com o Município de Pombal, sabem que é difícil chegar a todo o lado, mas na verdade, temos conseguido manter a atividade. Sabemos que não é fácil, mas na verdade, os projetos vão-se fazendo naquilo que é possível, a proximidade entre as pessoas, a dificuldade que existe de acompanhar tudo o que é necessário – e sabemos que hoje nos aparecem realidades cada vez mais visíveis de pobreza e de necessidade de alimentação, em alguns concelhos bem desenvolvidos. E nós, enquanto Junta de Freguesia, com toda esta iniciativa que a Câmara Municipal teve na composição das comissões sociais, temo-lo feito.

Eu queria, nesta intervenção, deixar este alerta, e acima de tudo, esta noção de que estamos a acompanhar no dia a dia todas as necessidades, e tomáramos nós ter saúde para continuar este trabalho.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente José Manuel Marques. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Maria Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, colegas deputados, técnicos de apoio a esta videoconferência, comunicação social, cidadãos que nos seguem através da Pombal TV, a todos saúdo, congratulo-me por estarem de boa saúde, e desejo-vos o melhor em termos de sanidade pública.

Sra. Presidente, vivemos uma época de pandemia mundial, que já infetou quarenta e quatro milhões, e matou mais de um milhão e meio de seres humanos. Nenhum país ficou imune, fazendo de Portugal e de Pombal terras de sofrimento. Qual teoria malthusiana, o vírus, tenha ele que origem tiver, está a seleccionar a população, não pelo controlo da natalidade nas classes sociais mais pobres, como preconizava o economista do séc. XVIII, mas pela matança generalizada dos mais idosos. É duro, mas é o que se está a passar.

No nosso concelho, o número de óbitos é o segundo mais elevado do distrito, bem como o número de casos ativos. A pandemia começou com o lema esperançoso “vamos ficar todos bem”, mas não estamos a ficar todos bem. Muitos perderam os entes queridos, sem a possibilidade de um adeus íntimo e afetuoso. Muitos perderam os empregos, muitos perderam os rendimentos, ou viram-nos reduzidos drasticamente. Muitos estão a passar fome. Este é o ano “horribilis” das nossas vidas individuais e coletiva.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Perante isto, impõe-se questionar como estamos protegidos em Pombal. Foi-nos relatado recentemente que uma cidadã do concelho, que depois de contactar o Serviço Nacional de Saúde, esteve uma semana à espera de indicação de local, dia e hora para fazer teste à Covid-19. Não indicaram se, entretanto, devia ficar em casa, nem perguntaram se teve contatos. Como determinar, assim, as linhas e focos de contágio? Isto é muito grave. Será consequência de não termos Delegado de Saúde?

Numa altura em que se aproxima a vacinação faseada da população, está a Câmara Municipal a colaborar com a Entidade de Saúde Pública para a eficiência do sistema de vacinação em massa, em Pombal?

No domínio económico, e expirado o prazo concedido pelas moratórias, muitas pessoas poderão ficar sem casa. Os problemas são mais visíveis no comércio local e na restauração, mas eles abrangem a indústria, a agricultura, e todos os prestadores de serviços. Sem turismo, e com muitos países sujeitos a regras apertadas de confinamento, agências de viagens, operadores turísticos e hotéis estão desde março, há nove meses, praticamente sem atividade, e portanto, sem faturar ou auferir qualquer rendimento.

Os sucessivos anúncios do Governo de subsídios não têm concretização no terreno, não chegam às empresas, são meros instrumentos de propaganda. No caso de Pombal, a Câmara Municipal tem acionado alguns mecanismos de apoio, como recentemente a assunção, por parceria com dois transportadores, das despesas de transporte ao domicílio de refeições take away. Com esta medida, alivia os restaurantes do concelho dos custos associados de transporte. Porém, a Câmara não tem competência para dar dinheiro aos privados, mas tem que definir critérios justos para ajudar os nossos comerciantes, industriais, agricultores, prestadores de serviços.

Nesse sentido, gostaria de saber se há um conhecimento da atual situação económica do concelho, resultante do estado da pandemia que vivemos, nomeadamente o número de falências, aumento de desemprego, diminuição de rendimento disponível das famílias, situação económica das empresas em atividade. É que ao contrário do lema inicial, nós não vamos ficar todos bem.

Por fim, gostaria de deixar uma palavra de apreço e de regozijo pelo excelente espetáculo de luz que a Câmara nos proporciona todas as noites, no seu edifício e no Convento do Cardal. É lindo, é mágico. De todos os que tenho visto na TV ou pessoalmente, é o mais bonito de todos. Parabéns a quem decidiu e a quem o concebeu. Sinto que a alma Pombalense se acarinha e fortalece naquelas iluminações.

Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Ofélia Moleiro. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Vermoil, Daniel Ferreira.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Boa tarde, cara Presidente e membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, membros da Assembleia e colegas Presidentes, boa tarde.

O ponto inicial é agradecer o apoio da Câmara Municipal com a verba para a iluminação, e para alegrarmos as nossas freguesias neste período tão negro, e neste ano tão negro, e agradecer todo o apoio que temos sentido para dar resposta a todos os problemas relacionados com a Covid na minha freguesia – Vermoil, neste caso, e de certeza que será nas outras também.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E agora, gostaria de saber, de questionar dois pontos que me parecem bastante importantes. Verificou-se que existem alguns trabalhos no IC2, e tendo em conta que esses trabalhos, e bem, estão a ser executados, gostaria de saber em que ponto é que se encontra o projeto que prevê a recuperação do IC2 desde Pombal até às Meirinhas, e quando é que nós, Juntas de Freguesia, poderemos ver esse projeto final, digamos assim, e saber se as nossas opiniões e os nossos pedidos foram aceites, ou não.

E no seguimento disto, também saber se existe alguma previsão, de que a Câmara tenha conhecimento – obviamente, isto não é dependência da Câmara, mas poderá ter essa informação – se existem condições para que estes trabalhos sejam iniciados durante o próximo ano, porque se até aqui temos tido alguns problemas no IC2, na zona de Pombal, com estas chuvas que agora apareceram neste último mês, esses problemas estão a estender-se literalmente por todo o IC2, e causando algumas perturbações e alguns problemas na estrada.

Basicamente é isso. Muito obrigado, boa tarde.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Caetano.”

Cláudia Caetano (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, Presidentes de Junta, e todo o público que nos esteja a ver e a ouvir.

A minha intervenção focará três aspetos locais, e que estão relacionados com a Freguesia do Louriçal.

O primeiro deles prende-se com a zona industrial desta freguesia. Foi inaugurada a 13 de agosto de 2015 e, volvidos cinco anos, não se verificou a implementação de novas empresas. Questiono, por isso, o Sr. Presidente, para além da redução do preço de venda dos lotes, o que é que a Câmara Municipal tem feito, ou tenciona fazer, de modo a incentivar a fixação de empresas naquela área de localização empresarial.

O segundo ponto tem a ver com o Centro Cultural do Louriçal. O projeto de adaptação das instalações da antiga EPAC a Centro Cultural foi apresentado há já três anos. Desde essa data, não se verificou qualquer avanço da execução desta obra, e pude verificar que no Plano Plurianual de Investimentos para 2021, apenas é referida a intenção de lançar o concurso para a construção do mesmo. Espero, efetivamente, que esta obra venha no decorrer do próximo ano, que seja lançada, então, a concurso.

Finalmente, o terceiro e último ponto desta minha intervenção está relacionado com o Centro de Saúde do Louriçal e com o seu funcionamento – ou melhor, com o seu não funcionamento, porque não poderemos chamar à forma como as coisas estão a decorrer, que esteja a funcionar. E, como já foi referido há pouco, é uma preocupação também manifestada pelo Sr. Presidente. São do seu conhecimento os problemas pelos quais os mais de quatro mil utentes têm passado nos últimos meses, e que passam pela falta de médicos, ou mesmo situações em que nenhum dos três médicos se encontrava ao serviço, problemas ao nível do atendimento que é feito à janela – e eu não consigo compreender por que razão é que o atendimento tem que ser feito à janela, e não no balcão da secretaria – problemas com, por exemplo, ter que aguardar no exterior, numa tenda, ou então, ter que estar à espera mais de quatro horas para ser atendido pela administrativa, simplesmente para entregar uma carta ao médico de família. Ou então, mais caricato ainda, não ser permitida a entrada



MUNICÍPIO DE POMBAL

a uma utente que estava à espera da sua consulta para ir à casa de banho. Não consigo compreender estas e muitas outras situações, que estão relacionadas com o péssimo funcionamento deste Centro de Saúde, em pleno séc. XXI, num país dito desenvolvido, e no Município de Pombal.

E não, a pandemia que se vive por todo o mundo não é justificação para estes problemas. Por isso, Sr. Presidente, faço-lhe o apelo para que a Câmara Municipal de Pombal, obviamente dentro das suas competências, tenha uma atitude interventiva e persuasiva junto das entidades competentes, no sentido de resolver estas questões.

Ainda neste âmbito, pergunto para quando a mudança para as novas instalações do Centro de Saúde.

É tudo, muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Cláudia Caetano. Sr. Deputado João Coucelo, tem agora a palavra, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Então, muito boa tarde a todos, Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, caros colegas de Assembleia Municipal, digníssimos membros do setor de informática da Câmara, que tanto nos auxiliam nestas alturas, digníssima comunicação social, e a todos os munícipes que nos estejam a ver ou a ouvir.

Eu queria cumprimentar todos com saudações natalícias, e pedir a todos os membros da Assembleia Municipal para desenvolverem, junto das vossas famílias, dos vossos amigos, e no caso dos Srs. Presidentes de Junta, junto dos vossos munícipes, iniciativas de sensibilização para que este Natal seja passado de acordo com as melhores regras definidas pela Direção Geral de Saúde, com o devido distanciamento, com a proteção individual, e com o menor número de pessoas possível – que sejam seis, oito pessoas, no máximo. É extremamente importante nos tempos que correm.

Queria dizer-vos que o ano de 2021 vai ser ainda um ano de todos os perigos. Como dizia a Dra. Ofélia, enfim, haverá problemas, haverá preocupações, porque mesmo com a vacinação, as recentes notícias sobre a emergência de mutações do vírus causam-nos alguma preocupação e incerteza maior quanto ao futuro.

Já ouvi aqui falar de vacinação, e temo que seja um processo bastante arrastado e difícil. Falou-se de vacinação, e eu não compreendo, nem ouvi os responsáveis da saúde falarem sobre a ativação, contratação de novos recursos, para que possamos ter uma vacinação em condições em todo o país. Falou-se na possibilidade disso. Não vejo como é que o Centro de Saúde de Pombal, no caso de Pombal, com os Srs. Enfermeiros envolvidos em tantas tarefas diárias, possa proceder a uma vacinação como deve ser. Vai ser frustrante, e as pessoas esperarão muito mais do que aquilo que deviam para serem vacinadas, sobretudo os mais idosos, sobretudo aquelas pessoas que têm doença crónica – enfim, vai ser muito complicado. Mas, isso é da responsabilidade da Direção Geral de Saúde, é da responsabilidade do nosso Governo.

Queria felicitar a Câmara pelo espetáculo de vídeo mapping, como a Dra. Ofélia já referiu, mas também pelas outras iniciativas possíveis de dinamizar em tempos de pandemia, e que são, ainda assim, diversificadas e muito interessantes.

Muito gostaria ainda de falar sobre estes temas da saúde, mas o tempo é curto, e termino por aqui, para já.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas municipais, os meus respeitosos cumprimentos a V. Exas.

Nesta minha primeira intervenção, começo por desejar a todos vós umas boas festas, e um bom ano de 2021.

Sr. Presidente, Pombal, a exemplo de outros concelhos do país, está a passar por uma situação que no ano passado ninguém conseguiria imaginar que fosse possível. Esta situação é, obviamente, a que se encontra interligada com as consequências da epidemia Covid-19.

Já alguém disse que este vírus é democrático, e portanto, atinge todos sem distinção. Acontece, porém, que todos sofremos as consequências desta epidemia de forma diferente; claramente que há famílias da nossa sociedade que são mais afetadas que outras com a crise que se instalou.

O que fazer perante este cenário? É aqui, Sr. Presidente, que o Município de Pombal tem de ter um papel decisivo, diríamos mesmo, importantíssimo, fazendo uso das suas atribuições no domínio da ação social, que estão reguladas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no sentido de minimizar as consequências desta epidemia, arregaçando as mangas e tomando medidas de apoio às famílias.

Não se pode dizer que o Município nada fez; porém, poderá perguntar-se se o que foi feito foi o suficiente. Em nossa opinião, foi manifestamente insuficiente, relativamente àquilo que poderia ter feito. Desde logo, em nossa opinião, deveria ter sido criado um Fundo de Emergência Social. Este Fundo de Emergência teria como objetivo a atribuição de apoio financeiro de caráter urgente a agregados familiares e a pessoas idosas que vivam em situação socioeconómica precária, tendo em vista suprir ou minorar as necessidades prementes. Este Fundo de Emergência até eventualmente poderia ser extensivo às nossas IPSS's, e obviamente que deveria ser articulado com as Comissões Sociais das Freguesias, de forma a garantir-se que não existiria uma duplicação de respostas.

Concretamente, a que necessidades é que nos estamos a referir? Desde logo, Sr. Presidente, na área da saúde: aquisição de medicamentos, meios complementares de diagnóstico, aquisição de produtos com prescrição médica, tais como óculos, próteses – obviamente, como disse há pedaço, desde que se revistam de caráter urgente. Na área da habitação: pagamento de rendas de casa, prestação de empréstimos – obviamente, não estando aqui incluídas as moratórias bancárias, porque essas ainda estão em vigor; e portanto, não poderiam ser aqui incluídas. Outras despesas, tais como a luz, o gás, as telecomunicações, a aquisição e até a reparação de pequenos eletrodomésticos que sejam indispensáveis à manutenção das condições de vida condigna.

Poderá eventualmente dizer-se que estas situações seriam da competência da Segurança Social; porém, entendemos que não, de acordo com a Lei das Autarquias Locais. Mas, ainda que assim o fosse, poderíamos esbarrar numa teia burocrática que iria impedir que estes apoios chegassem em tempo útil. Estamos aqui a falar de situações urgentes, que não se compadecem com demoras.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, nesta situação de pandemia, não podemos esquecer as nossas empresas e os nossos comerciantes. Também aqui, Sr. Presidente, não nos repugna a criação de um Fundo de Emergência Empresarial. Este seria dedicado a apoiar o comércio a retalho e a restauração, tendo como objetivo manter o emprego e abrangendo, claro, os trabalhadores que estejam em funções, ficando excluídos os que já tivessem sido abrangidos pelo layoff.

Claro que fora deste Fundo de Emergência poderiam ficar outras situações que o Município deveria contemplar, desde logo arranjar uma forma de os nossos pequenos produtores poderem escoar os seus produtos, o próprio Município poderia privilegiar, na aquisição de bens e serviços, os fornecedores desses bens estabelecidos no Concelho de Pombal, deveria inclusivamente, na nossa opinião, conceder gratuidade no acesso aos serviços de publicidade. Mais, em parceria com a Associação Comercial, criar um cartão “Pombal Desconto”, através do qual os residentes no concelho beneficiariam de um desconto sempre que comprassem no comércio local. Estamos em crer que os comerciantes agradeceriam estas medidas, e que seriam mais úteis do que a simples distribuição de gel desinfetante. Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Duarte.”

Cláudia Duarte (PPD/PSD):

“Boa tarde a todos os presentes, e aos que estão a assistir a esta Assembleia, desejando que todos, e as suas respetivas famílias, estejam plenas de saúde, no contexto em que vivemos. E num tempo em que a família tem sido um pilar base para todos nós, os únicos com quem podemos conviver, a minha intervenção prende-se com a distinção conseguida pelo Município de Pombal no âmbito da candidatura à 12.ª Edição do Prémio Autarquia Familiarmente Responsável, promovida pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Nesta candidatura, o Município foi premiado com a bandeira com palma. Recebem esta distinção as autarquias que receberem o prémio por três ou mais anos consecutivos, como é o caso de Pombal, que foi distinguido nos últimos quatro anos pelas suas boas práticas de apoio familiar e de medidas facilitadoras na conciliação da vida familiar e laboral para os seus trabalhadores, tendo sido já galardoado nos anos de 2018 e 2019, através desta bandeira.

Sublinho, assim, algumas das iniciativas do Município de Pombal de apoio às famílias Pombalenses:

- *o apoio às crianças e alunos do pré-escolar, 1.º e 2.º ciclo, através do desenvolvimento de sessões, mediação familiar, psicomotricidade, terapia da fala, acompanhamento psicológico, através de vários programas;*
- *a aquisição e cedência, no ano letivo de 2019/20, de duzentos e oitenta tablets aos Agrupamentos de Escolas do concelho, para apoio no ensino à distância;*
- *os amplos apoios à Ação Social Escolar, no 1.º ciclo do ensino básico;*
- *o Projeto “DOING”;*
- *a celebração de protocolos com a Delegação do Centro de Alzheimer Portugal, para formação de cuidadores formais, ou com a APRAP, para apoiar financeiramente a dinamização da Universidade Sénior;*
- *o apoio à prática desportiva, com protocolos com trinta e seis clubes;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- a fixação da taxa mínima de IMI e a diminuição daquele imposto para famílias com dependentes a cargo, concedendo reduções significativas;
- conclusão do estudo do alargamento da Rede Pombus, por forma a abranger um maior número de famílias, entre outras iniciativas.

Concluo, reforçando e incentivando a promoção de práticas amigas das famílias como uma prioridade da autarquia, cada vez mais importante no âmbito da pandemia que vivenciamos, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de políticas transversais, capazes de acolher e valorizar todos os elementos das famílias, garantindo-lhes o pleno exercício das suas responsabilidades e competências, e prevenindo as situações de risco e vulnerabilidade – como é, aliás, o que sugere o Observatório que emite estas distinções.

Obrigada a todos, e bom Natal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Liliana Silva.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Boa tarde, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Começo a minha intervenção referindo-me ao Orçamento Participativo. Estamos em plena votação das propostas apresentadas ao Orçamento Participativo, e deixo aqui um reconhecimento público do esforço, trabalho e dedicação que a elaboração destas propostas exigem, dando os parabéns aos proponentes.

Destaco algumas críticas que têm chegado, nomeadamente quanto ao processo de votação, que é complexo, pois há cidadãos com dificuldade em aceder. Para além disso, há críticas quanto à verificação dos votos, que ao que parece, é lenta, o que tem causado alguns constrangimentos no apelo ao voto.

Deixo também a expectativa de que a concretização dos projetos vencedores seja rigorosa, e que não fique a meio, como por exemplo ficou a requalificação da Serra de Sicó, e que permitam fazer mudanças significativas na vida das pessoas, como por exemplo, o Projeto PARA.

Para além disso, a minha questão seguinte é acerca do terreno onde está a ser construído o Centro Escolar de Vila Cã. Sr. Presidente, pergunto qual é o ponto de situação do problema criado, e questiono se está em curso o processo de averiguação de responsabilidades.

Sr. Presidente, questiono também o ponto de situação em que se encontra a proposta de classificação do projeto “Sicó – A dimensão cultural de uma paisagem protegida de âmbito regional”, apresentada publicamente no dia 26 de junho.

Para finalizar a minha intervenção, questiono o Sr. Presidente acerca das refeições no ensino pré-escolar. No arranque do início do ano letivo, dei aqui nota nesta Assembleia das iniciativas desenvolvidas pelo Município no âmbito do atual contexto pandémico, para apoiar os agregados familiares com filhos a frequentar estabelecimentos de ensino no concelho, louvando-se tais iniciativas, como é o caso da comparticipação total do valor das refeições dos alunos do 1.º ciclo e das crianças do pré-escolar, do primeiro e segundo escalões.

Impõe-se igualmente dar nota de reivindicações que vêm sendo feitas por parte de diversos pais, em relação aos critérios adotados pelo Município para determinação do valor da comparticipação familiar na componente de alimentação das crianças do ensino pré-escolar. A partir do momento em que há pais em Pombal a pagar mais de quatro euros (4€)



MUNICÍPIO DE POMBAL

por refeição de um filho com quatro anos, percebemos que estas preocupações são absolutamente legítimas.

Sr. Presidente, efetivamente chegou-me ao conhecimento que várias Juntas de Freguesia e o próprio Município têm sido questionados sobre a legalidade dos valores cobrados aos agregados familiares nos escalões 3, 4, 5 e 6. Bem sei que este assunto já aqui foi abordado, em reunião ocorrida nos finais de 2013. Na altura, a posição do Sr. Presidente, e utilizando palavras suas, era de que quem fizer uma leitura mais ligeira das normas que regulam esta matéria pode ser induzido em erro. Ora, questiono se não haverá uma leitura aligeirada das normas por parte do Município de Pombal. Caso o Sr. Presidente mantenha esta mesma posição sobre este assunto, gostaria que esta Assembleia fosse esclarecida se conhece outro Município, para além do de Pombal, que cobre mais do que um euro e quarenta e seis (1,46€) por refeição fornecida às crianças no pré-escolar.

Portanto, nós não deixamos de considerar esta situação preocupante, e até imoral, o custo que se cobra a estas famílias.

Finalmente, gostaria de saber se considera razoável o preço praticado nas refeições do pré-escolar, que daria, ao longo do ano, de acordo com o número de dias úteis do mês, conforme resulta da aplicação dos atuais critérios impostos pelo Município às Juntas, e de que forma é que o Município, com a aplicação do atual regime, consegue acautelar o princípio de que o fornecimento destas refeições não tem fins lucrativos.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Liliana Silva. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde, Sr. Presidente de Câmara, boa tarde a todos. Também aproveito já para desejar a todos um santo e feliz natal, e um 2021 cheio de saúde para todos nós.

Neste ponto, eu só tenho aqui umas notas, e umas notas positivas, para dar ao Município. É notório, e tem sido nos últimos dias, esta alegria contagiante do natal tem chegado às freguesias. Era esse bem-haja que eu queria dar aqui, em nome também da Freguesia de Almagreira e das outras freguesias, que têm recebido iniciativas de natal – a questão do Camião do Pai Natal, que passou pelas nossas escolas, pelas nossas instituições, e no caso de Almagreira, pelo Centro Social, pelo Lar Paço Verde; a questão da iluminação de natal, que este ano a Câmara, e bem, resolveu também ajudar as Juntas de Freguesia a levar esta pequena luz de esperança às nossas freguesias e aos nossos lugares. E também é esse o apelo que eu faço, que continuemos em 2021, como já foi dito aqui, que vai ser também um ano complicado, mas que essa luz dê um sinal de esperança que se perpetue para 2021. O carrilhão de natal, a questão da música também foi muito importante, e continua a ser muito importante. Pela primeira vez, conseguimos levar este tipo de espetáculo também às nossas freguesias. E o apelo que eu faço é que, para o ano e para os anos seguintes, que este tipo de iniciativas e que esta dinâmica, que os próprios colaboradores do Município – a quem eu felicito desde já – se têm empenhado, e aquela alegria que se vê nos olhos dele, e que depois se transmite às pessoas que vão ver os espetáculos, que vamos, todos juntos, continuar a levar essa alegria às nossas crianças, aos nossos idosos, e a toda a nossa população, no próximo ano e nos anos seguintes, porque estas iniciativas – e dou aqui uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

nota também positiva à nossa comunidade, em Almagreira – deram azo a um projeto intitulado “Os Presépios de Almagreira”, que está a ser promovido pelo Museu Etnográfico, que veio ao encontro destas iniciativas. No fundo, este projeto visa promover uma tradição muito antiga, uma tradição de natal, em que são convidadas as famílias, as empresas, as próprias instituições, a fazerem o seu presépio, com materiais recicláveis, com aqueles que quiserem, basicamente, mas que esta tradição de natal passe dos nossos corações, e passou para a nossa comunidade.

Esta é uma nota positiva que eu queria aqui dar ao Município, porque são estas iniciativas que nos vêm dar aqui esta força de que todos precisamos, para que, no dia a dia, continuemos aqui a trabalhar e a lutar pelo bem comum.

Obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente Humberto. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel da Mariana.”

Manuel da Mariana (PS):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde, Mesa, boa tarde, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, também aos caros colegas da Assembleia e sobretudo ao pessoal técnico, que, de facto, nós temos os melhores técnicos do nosso mundo, que é o mundo de Pombal.

E a minha intervenção hoje tem a ver também com crianças, tem a ver com a educação. Eu não vou falar de Covid, porque não gosto dele, e preocupando-nos, como ele nos preocupa a todos, penso que não somos nós que o iremos resolver sozinhos, temos que o fazer em conjunto, e isso já foi muito bem feito nas intervenções dos meus colegas anteriores, tanto do Dr. Coucelo, como da Dra. Ofélia, como de toda a gente, a preocupação é unânime.

E a minha intervenção hoje prende-se essencialmente com isto: como sabem, eu sou professor do 1.º ciclo, vivo muito a realidade das nossas crianças, e eu queria só fazer o levantamento de duas questões fundamentais. Neste momento, nós estamos a assistir ao funcionamento das nossas escolas e dos nossos jardins de infância com aquelas limitações todas das bolhas, que como vocês devem compreender, são extraordinariamente difíceis de controlar, porque são crianças. Mas, há coisas que têm que acontecer, que são as aulas, e também todo o trabalho que faz parte dessas aulas. Acontece que, neste momento, nós estamos a trabalhar essencialmente as questões da educação física – e era aqui que incidia a minha intervenção hoje, e falo da educação física como uma disciplina obrigatória, como uma disciplina que, neste momento, começa a ter uma relevância enorme, como todas as atividades físicas que as crianças têm de desenvolver nas suas partes livres – e vamos chamar “livres” aqui às partes em que não estão em situação de sala de aula, porque, normalmente, as crianças estão oito horas e meia nas nossas escolas, pelo menos nós – e quando falo “nós”, falo de professores, falo do Ministério da Educação, falo da autarquia, e a autarquia aqui tem um peso muito importante – temos que garantir a ocupação plena dos tempos, desde as nove até às dezassete e trinta. E estamos a falar de um tempo onde há pelo menos três horas diárias – três horas, três horas e tal – de intervalos. E colocar crianças destas idades dentro de um corredor, a correr ou a saltar, é impossível.

Portanto, além da falta de espaço que nós temos – porque é mesmo verdade, nós temos centros escolares espetaculares, mas a questão dos espaços cobertos desapareceu por completo; os nossos arquitetos, parece que nunca se aperceberam que isso era possível, que isso era preciso, e fazem muitas salas de aula, das melhores, com as melhores condições,



MUNICÍPIO DE POMBAL

tecnicamente fantásticas, está lá tudo, mas depois, quando se tem que vir para a rua, acabou. E por que é que eu falo assim? E a minha opinião não vai mudar muito, por quê? Porque nós estamos nisto há tanto tempo, nós temos dos melhores centros escolares, provavelmente, deste país, e a questão dos espaços cobertos é zero, não há, os arquitetos não querem espaços cobertos. E nós vivemos outono, inverno e primavera dentro das salas de aula. No verão, não, no verão vamos para o Osso da Baleia, e para outras praias. E isto era importante, que nós tivéssemos esse cuidado de fazer esses centros escolares com espaços abrigados. Essa é a minha opinião, vale o que vale.

Relativamente à Câmara e à situação que eu quero trazer aqui, é o seguinte: nós estamos com projetos de desenvolvimento na educação no nosso concelho, extraordinários, formalmente muito bem feitos, com muitas competências respondidas, que provavelmente hão de um dia dar frutos, que são coisas difíceis de pôr em prática. Neste momento ainda são muito pequeninos, mas eles hão de crescer. Eu penso que sim, que hão de crescer, e porque confio muito nas pessoas que trabalham nesta área. Reparem, vamos para a educação física, e eu, que estou a desenvolver um projeto de educação física no Agrupamento de Escolas da Guia, não tenho material escolar – não tenho material, não há cordas, uma coisa estranha, uma corda que custa para aí vinte e cinco cêntimos (0,25€), não há cordas, não há material escolar. Eu fiz um levantamento da situação neste Agrupamento, já foi enviado para a Câmara em março, foi enviado já no início deste ano, a pedir apenas isso, deem-nos o material indispensável para pormos as crianças a fazer as perícias e as manipulações que o programa lhes exige. Não custa muito. E depois, olho para isto tudo e vejo que isto vai acontecer. Quando? E depois, repare, tanto nas Grandes Opções do Plano, como no próprio Orçamento, parece que só a partir de 2022 é que vai haver quinhentos euros (500€) para estas coisas. É preocupante. Quer dizer, eu não estou a pedir nada, eu só estou a chamar à atenção que, de facto, nós somos um concelho com grandes tradições na educação – e eu volto a repetir isso, não tenho problema nenhum em dizer isso em qualquer parte onde eu estiver, e eu não falo dos duzentos e oitenta tablets, porque esses, enfim, há de ser outra coisa que há de vir para aí, e que não é só de Pombal, é intermunicipal.

Eu falo destas coisas todas por quê? Porque eu sinto que é possível nós equiparmos as nossas escolas – já que não conseguimos fazer as coberturas, já que essas são irreversíveis – ou não, se calhar com vontade ainda se conseguiam fazer algumas – mas, pelo menos que essa coisa das cordas, dos arcos, das raquetes, das bolas de esponja, estamos a falar de coisas que até os chineses vendem facilmente. Desculpe, mas é assim, isto é muito importante, porque sem estes instrumentos não se consegue dar a educação física corretamente.

Tenho dito. Muito obrigado.”

Felismino Carreira (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde aos restantes membros da Mesa, boa tarde, Sr. Presidente de Câmara, boa tarde, Srs. Vereadores, boa tarde, caros colegas, e à comunicação social, e aos demais elementos que nos estejam a ouvir. E também aos elementos da informática da Câmara Municipal, os meus parabéns por este êxito.

A minha intervenção é muito curta, e prende-se simplesmente com duas coisas. Ouve-se aí, fala-se aí numa intervenção (...) muito barata, que está certíssima... No entanto, temos que começar a olhar mais um pouco para a zona do Oeste (...), está a começar a degradar-se



MUNICÍPIO DE POMBAL

profundamente e provavelmente com esta situação vai-se deteriorando, e era bom que o Sr. Presidente, dentro das suas possibilidades, tomasse atenção a estas situações, para que fossem corrigidas, porque também são estas situações que podem gerar acidentes nessa zona – e já temos tantos, enfim.

Por último, queria desejar um bom Natal a todos, aos Pombalenses, um próspero ano novo, e que para o próximo ano, lá mais para o final, possamos estar de outra forma, estarmos juntos, e que possamos vencer a pandemia.

Um muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Tenho estado a ouvir as intervenções com muita deficiência, espero que a minha se ouça. Sra. Presidente, aproveito aqui para a cumprimentar, e em si todos os membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, caros colegas.

Aproveito já para desejar votos de um feliz e santo natal, e que no próximo ano nos consigamos ver livres desse bichinho que nos anda a incomodar.

E relativamente a isso, embora com alguma deficiência, ouvi a informação da Sra. Presidente relativamente ao adiamento da nomeação dos grupos de trabalho, por causa da intervenção junto dos Centros de Saúde, para uma próxima reunião presencial, que não sabemos quando é que irá ser. Espero que seja muito rápido, mas também pode acontecer que não seja. E a importância da vossa participação nestes grupos de trabalho, considero muito importante, e não sei se não será melhor pensarmos em não adiar tanto, ou à espera de uma reunião presencial, e arranjar-mos uma solução digital em que possamos pôr as pessoas já, porque é um tema de enorme importância. Nós estamos disponíveis para colaborar com isso, já o comunicámos, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer à Sra. Presidente, e portanto, acho que é de extrema urgência que essa equipa comece a funcionar o mais rapidamente possível, para bem de todos, e para bem das nossas populações.

Bem, para não roubar mais tempo, relativamente ao Sr. Presidente da Câmara, queria apenas levantar aqui uma questão, que é a seguinte: eu tenho verificado, quer pelos meios de comunicação social, quer por informações que o próprio Presidente da Câmara deu, sobre o desenvolvimento de várias iniciativas com o objetivo de promover a zona industrial da Guia, e o objetivo de criar, daquele polo, um dos melhores polos industriais da zona oeste e central do país. Dou os meus parabéns por essa iniciativa e por esses objetivos. Mas, posteriormente, chegaram-me informações de que havia grupos económicos já de uma certa dimensão mais alta, que tinham interesse em investir precisamente nessa zona – estou a referir-me, a informação que me deram é que era um grupo ligado à atividade logística, e que após reuniões com alguém da Câmara Municipal de Pombal, esse foi desviado para outro sítio, por não haver condições. Eu queria saber se isto efetivamente é verdade, se é porque não há condições específicas para aquela atividade, ou porque não há interesse, ou porque não há dimensão da zona industrial. Gostava de ser esclarecido se houve, ou não, esse contato, e se alguma coisa foi afastada nesse sentido.

Para já, é só. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Henrique Falcão.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A propósito da sugestão que o senhor deu, da criação desses grupos de trabalho o mais rápido possível, fica já aqui marcada uma reunião com todos os líderes partidários representados nesta Assembleia e com todos os independentes para o dia 4 de janeiro, nesta Câmara Municipal, às dezassete e trinta. Muito obrigada.

Sr. Deputado João Matias, tem a palavra.”

João Matias (PPD/PSD):

“Muito obrigado.

Eu queria deixar apenas uma breve nota, relativamente ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicado pela Ordem dos Contabilistas Certificados. Não é uma novidade que Pombal, ao longo dos anos, tem estado muito bem posicionado em vários dos indicadores, nomeadamente naqueles que se referem ao IMI, naqueles que se referem à dívida, e também às contas correntes. No entanto, eu penso que é também agora chegado o momento de perceber por que é que o Município também tem estes indicadores positivos. Na minha opinião, e também pelo conhecimento que tenho de economia, penso que ter bons indicadores em momentos melhores da economia serve para, em momentos de maior dificuldade, podermos usar esse conforto financeiro para, efetivamente, o usar para o melhor dos cidadãos, em tempos mais difíceis – que eu acho que será o caso agora, deste tempo ainda em Covid e pós-Covid.

E portanto, pegando nestes bons indicadores, sabendo que os indicadores não são muito positivos em termos nacionais – ou seja, nós sabemos que Portugal, como um todo, tem uma grande dívida, o que o impede de ajudar as suas empresas e os seus cidadãos em momentos mais difíceis, uma vez que já não tem margem – sendo que o Município de Pombal é menor em dimensão, mas tem essa disponibilidade financeira, eu queria perceber, então, se estes bons indicadores ao longo dos tempos vão agora servir em tempo de crise pós-pandemia para serem usados a favor dos cidadãos, e para fazer com que, em tempos difíceis, os Pombalenses não precisem de sofrer tanto, num futuro agravamento da situação económica. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde a todas e a todos.

Antes de começar, quero desejar boas festas a todos os que nos estão a ouvir, e a todos os meus colegas, e esperar por melhores festas, daqui a um ano. Mas, temos de fazer do menos bom, e temos de viver o que podemos, com as limitações que temos.

Ora bem, relativamente ao Centro de Saúde do Louriçal, é um Centro de Saúde que tem perto de cinco mil utentes para três médicos, três enfermeiros e dois administrativos. Durante a última década, os serviços de saúde têm estado desequilibrados, face às necessidades da população, e nos últimos quatro anos têm-se degradado muito todas as valências, na qualidade e na capacidade de resposta às necessidades dos utentes.

Existe um novo Centro de Saúde, que foi promessa eleitoral autárquica, nas últimas eleições autárquicas, e que não está ainda a ser utilizado. Em plena pandemia, utentes e profissionais recorrem a instalações precárias, sem condições de bem-estar e segurança.

O Bloco de Esquerda, no dia 11 de novembro do corrente ano, através da sua Bancada Parlamentar e do deputado eleito por este distrito (...) situação grave em que se encontra a



MUNICÍPIO DE POMBAL

Unidade de Saúde do Louriça, e colocou as seguintes perguntas: tem o Governo conhecimento da situação relatada no Louriçal? Como justifica o Governo que os serviços de saúde estejam a ser prestados em condições precárias, que colocam os utentes e os profissionais em risco, quando existem na Freguesia do Louriçal umas instalações novas, com as obras terminadas, destinadas a substituir as atuais? Está o Governo disponível para tomar medidas, de forma a assegurar a transferência imediata dos serviços para novas instalações? Para quando prevê o Governo a contratação dos profissionais em falta para assegurar o normal funcionamento do Centro de Saúde do Louriçal?

No dia 16 de novembro, o Governo responde através da Ministra da Saúde, frisando o seguinte – e passo a citar a Ministra:

«O Louriçal conta com uma população frequentadora de quatro mil e trezentos utentes para três médicos, três enfermeiros e dois assistentes técnicos. A obra que se encontra concluída é da responsabilidade da Câmara Municipal de Pombal.

A transferência para as novas instalações depende da aquisição de novos equipamentos clínicos, sendo que o procedimento concursal é igualmente da responsabilidade da Câmara Municipal de Pombal.»

Dado isto, cabe-me perguntar ao Presidente da Câmara Municipal de Pombal o que é que tem a dizer sobre isto, que medidas já tomou a Câmara Municipal de Pombal, que medidas é que pensa tomar para fazer face a este problema, que agora assume proporções mais gravosas, face ao contexto pandémico que estamos a viver.

Tenho ainda uma outra pergunta a fazer ao Presidente da Câmara, acerca de um assunto da Freguesia das Meirinhas. O Bloco quer saber se a antiga Escola Primária das Meirinhas é, ou não, para instalar um equipamento de saúde. Se sim, quando é que o poder autárquico penso comunicá-lo às populações.

Obrigada.»

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Antunes dos Santos, se faz favor.”

“João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, caros colegas deputados municipais, muito boa tarde a todos.

A pandemia de Covid-19 mostrou mais uma vez que o Poder Local, e os Municípios em concreto, são aqui um braço de força daquilo que é o Estado Central, e daquilo que é a nossa organização política e administrativa do país. Sem sombra de dúvida – e nunca é demais dizer – o poder autárquico é uma das grandes e melhores conquistas do 25 de abril, o poder autárquico, democrático e livre. E portanto, também neste combate à pandemia, o poder autárquico mais uma vez mostrou estar presente, e mostrou de forma bastante eficaz, bastante rápida e bastante próxima que consegue apoiar as populações, apoiar as empresas e apoiar os cidadãos, sobretudo quando eles mais necessitam, e muitas vezes quando o Estado Central também não faz o seu papel.

E isto aconteceu ao longo dos últimos meses, um pouco por todo o país. Nos trezentos e oito Municípios do nosso país, foram várias as medidas que foram implementadas, de combate à Covid-19 – numa primeira fase, medidas de âmbito mais sanitário, e numa segunda fase, medidas de âmbito mais económico e social. E portanto, o Concelho de Pombal também não foi exceção, também por cá se aplicaram e se implementaram medidas em determinadas



MUNICÍPIO DE POMBAL

áreas, de vário âmbito, desde o apoio social, apoio à economia, e também àquilo que são as complicações e o ensino e a educação estão a passar, a cultura, e até no âmbito daquilo que é a organização e a prestação de serviços municipais.

E dou aqui alguns exemplos, como é o caso da disponibilização de uma equipa de apoio psicológico, o facto de terem acionado uma bolsa de assistentes operacionais para acompanhar o trabalho das nossas escolas, a aquisição de equipamento para possibilitar as aulas por videoconferência, também apoios permanentes e contínuos às Juntas de Freguesia e às Comissões Sociais de Freguesia, também aqui a possibilidade de isentar o pagamento de faturas de água e de saneamento das IPSS's até 31 de dezembro, a redução das faturas dos serviços de abastecimento de água e saneamento das populações com uma quebra comprovada de rendimentos, também a distribuição de EPI's, equipamentos de proteção individual, a lares, sejam IPSS's, sejam lares privados, e também lojas sociais e bombeiros. Mais recentemente, todos vimos nas redes sociais a campanha de sensibilização, em formato de vídeo, "Conviver com o risco", dirigida a famílias e, sobretudo, feita por jovens e para jovens, e também a campanha, que também já aqui foi referida, intitulada "Do restaurante à mesa", que permite a disponibilização de um serviço de distribuição e entrega de refeições gratuitas aos fins de semana, tal como a isenção de taxas de ocupação do espaço público para esplanadas até ao fim de 2020.

Também no âmbito do apoio ao comércio local foram implementadas algumas medidas, como é o caso da campanha de outdoors que foi feita por todo o concelho, de divulgação, dinamização e apoio ao comércio local, e também aqui a criação de um apoio financeiro para que se crie e dinamize um Gabinete de Apoio ao Comerciante, naturalmente esta e outras medidas articuladas com a Associação de Comércio e Serviços de Pombal.

Mas, dar nota, evidentemente, daquilo que foi feito até então, certamente que os decisores políticos fizeram o melhor que podem e o melhor que sabem nesta matéria, mas sobretudo nesta última parte de que eu falei, ou seja, sobretudo naquilo que são as medidas de apoio ao comércio local, julgo que o Município não se deve privar de modo algum de todos os esforços, dentro daquilo que são as suas capacidades ou possibilidades legais e financeiras, para continuar a apoiar estas mulheres e estes homens, porque julgo que todos queremos um concelho, em particular a cidade de Pombal, com lojas de porta aberta, com lojas abertas, com uma cidade viva – uma cidade viva e com vida. E portanto, julgo que dentro daquilo que forem as condições legais e financeiras do Município, deve fazer todos os esforços para que estes negócios, este comércio de rua não veja como única alternativa o fechar portas.

Efetivamente, para o Estado – e agora, falando de "Estado" numa perspetiva mais lata, o Estado somos todos nós – será sempre muito mais oneroso apoiar, ou permitir que estes estabelecimentos encerrem, e depois apoiar e dinamizar a criação de novos, ou a sua reabertura, do que apoiar agora, de forma eficaz e robusta, para que estes estabelecimentos, estes negócios, estas empresas não tenham que fechar as portas. E portanto, julgo que também um pouco por todo o país têm sido implementadas medidas que também nos podem servir de exemplo – não tem mal nenhum ver aquilo que outros fazem de bem, e também podermos replicar. Há Municípios que têm implementado medidas ao nível da distribuição de vouchers no próprio comércio local, até a disponibilização de estacionamento gratuito em determinadas alturas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, fica aqui esta nota positiva sobre aquilo que foi feito, mas também este repto para que o Município continue a apoiar o comércio local.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Obrigada, Sra. Presidente. Começo por cumprimentá-la a si, ao Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, colegas deputados, comunicação social e os técnicos do Município.

Eu vou aproveitar este ponto para destacar o facto de Pombal ter ficado em primeiro lugar, a nível nacional, no Programa ECO XXI, tendo recebido a bandeira verde agora, numa gala realizada em Lisboa, na semana passada, em que Pombal obteve uma classificação de 86,7%, naquela que tem vindo a ser também uma tendência crescente ao longo dos últimos anos.

Este programa foi implementado desde 2005 pela Associação Bandeira Azul da Europa, com o objetivo de reconhecer precisamente as melhores práticas de sustentabilidade ao nível municipal. Avaliam-se, portanto, aqui, através de um conjunto de peritos, vinte e um indicadores e setenta e um sub-indicadores na área ambiental, social e económica.

Este ano, para além destas áreas – ambiental, social e económica – foram também avaliados indicadores no âmbito das alterações climáticas, saúde e bem-estar, tendo sido ainda considerados temas como a educação para a sustentabilidade, a cidadania, a participação, o ordenamento do território, entre outras.

E portanto, neste sentido, gostaria de congratular, na pessoa da Eng.ª Catarina Soares, todos os técnicos do Município que se envolvem diariamente para que o nosso Município tenha conseguido obter consecutivamente bons resultados ao nível da sustentabilidade, e que se consubstancia também com este prémio, que muito nos deve orgulhar a todos.

Aproveito ainda para desejar a todos um feliz natal, e que 2021 seja, efetivamente, melhor para todos, do que foi 2020.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra à Sra. Presidente da Junta de Abiul, Sandra Barros.”

Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Quero aqui deixar uma nota de agradecimento ao Município pela programação de natal, “O Natal na Cidade”, que este ano também chegou às freguesias, e muito bem. Apesar de todos os constrangimentos provocados pela pandemia de Covid-19, ainda assim foram encontradas alternativas seguras para haver a possibilidade de transmitir a toda a comunidade a magia desta época. A iluminação de rua, com motivos de decoração que incentivam os visitantes a percorrer a cidade, quer seja para passear, caminhar ou fazer compras, a cobertura de um maior número de ruas com iluminação, a iluminação cénica do Castelo, e o apoio à iluminação nas freguesias, não só nas suas sedes, mas também nas diversas localidades.

À semelhança dos anos anteriores, este ano foram também desafiadas as instituições do concelho a ornamentarem uma estrela de natal, que foram instaladas artisticamente por toda a cidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É de realçar também a oferta diversificada de animação, quer com espetáculos virtuais, o Nutcracker Digital, no Largo do Cardal, vídeo mapping, o carrilhão, que este ano percorreu todas as freguesias do concelho, quer outros grupos locais e nacionais, concertos no Teatro Cine, diversificando a oferta para que as oportunidades de escolha sejam de todos. O Mercado de Natal, instalado no Jardim do Cardal, onde foram desafiados a participar os artesãos locais. A Casa do Pai Natal, ainda que readaptada às exigências e medidas relacionadas com a pandemia, com a instalação de um projeto cenográfico alternativo à presença do Pai Natal.

Para terminar, o Natal nas Escolas, o Camião de Natal, que levou a todas as escolas do concelho a magia do natal, um espetáculo simples, mas que encheu de cor os corações das nossas crianças.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel António, se faz favor.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, demais deputados desta Assembleia.

A minha intervenção é uma intervenção ligada à educação. E olhando para este ano, que é um ano anormal, completamente anormal, derivado à Covid-19, que trouxe à nossa vida tantos constrangimentos, eu queria aqui dar nota – embora seja um pouco em causa própria – dar um destaque às escolas, para aquilo que é o contributo das escolas na normalização possível da vida económica, e das famílias, e da nossa sociedade ao longo destes meses.

Hoje, a Assembleia está a decorrer no primeiro dia em que estão a acontecer conselhos de turma em todas as escolas do Concelho de Pombal, e eu não poderia deixar de dar uma nota, e de fazer esta reflexão, de que todas as escolas públicas e privadas deram um enormíssimo contributo, mantendo a normalidade possível na sua atividade docente, fazendo com que os alunos de todo o concelho mantivessem as suas atividades letivas até ao limite da segurança. Desde as Direções das escolas, aos professores e educadoras, assistentes operacionais, assistentes técnicos, não houve uma única escola que tivesse fechado.

Obviamente, alguns jardins de infância e algumas escolas primárias, houve a necessidade de as fechar, atendendo ao perigo de saúde pública, mas nas escolas maiores, do 2.º e 3.º ciclo e secundário, foi notório perceber que a responsabilidade de todos, o cumprimento das normas de segurança determinadas pela Direção Geral de Saúde, nos edifícios que mais população têm – o Agrupamento de Escolas de Pombal, por exemplo, na Escola Secundária de Pombal são mil e duzentos alunos, e por isso, serão os edifícios com maior número de pessoas no concelho – foi possível evitar surtos, eles não aconteceram. Os que aconteceram, realmente, surgiram da comunidade, e eu gostaria de dar esta nota, do enormíssimo contributo que foi dado à normalidade pelas escolas, mesmo quando aconteceu algo, que penso que a Sra. Presidente, como professora também, nunca imaginou que nós chegássemos ao final do primeiro período sem que as escolas tivessem fechado antes. Mas, isso deveu-se ao esforço de todos, de resiliência e de cuidado com as crianças nas nossas escolas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De destacar – e o deputado João Santos já fez aí algumas referências também à estreita colaboração da autarquia, ao nível do Município e Juntas de Freguesia, nessa articulação com os Agrupamentos de Escolas, atendendo às dificuldades que este processo trouxe.

Mas, era mesmo para que todos fizéssemos esse reconhecimento, obviamente que o mais importante se deve claramente à área da saúde e ao trabalho que foi feito, de articulação com o Delegado de Saúde, e depois com a Delegada de Saúde, onde foi possível fazer esta ponte com as escolas. Mas, dar este destaque, que penso que é merecido, porque se houve uma normalidade no funcionamento da sociedade, nomeadamente no Concelho de Pombal, mas também no país, deveu-se a que a escola funcionou, impedindo aquilo que aconteceu numa primeira fase, em que o país fechou, basicamente, as escolas.

Por isso, fica esta nota. Um bom Natal para todos, umas boas festas.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Para terminarmos, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Acácio.”

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Boa tarde Sra. Presidente, na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os presentes, e agradecer-lhe por me deixar intervir, uma vez que entrei mais tarde na sessão. Obrigado por essa parte.

Sr. Presidente, eu sempre defendi o investimento no concelho, e vou continuar a defender. E quando as opções não são bem tomadas, temos o dever de alertar para as consequências, factos e prejuízos para o futuro e para as populações. Mas, Sr. Presidente, quando sabemos ouvir, fazemos bem as opções, nos sítios certos, também temos o dever de reconhecer e destacar essas opções pela positiva. Falo da ampliação da zona industrial da Guia para norte, o possível maior polo industrial do litoral centro, uma pretensão antiga, e agora, pelo que veio a público, o Município está a trabalhar com muito empenho e com muita rapidez neste projeto industrial para a Guia, mas, acima de tudo, para o nosso concelho.

Destacar também, Sr. Presidente, o projeto pioneiro da autoproteção contra incêndios, que será mais uma valência do parque, e seria bom que todos os parques industriais do nosso concelho – se possível, claro – tivessem este equipamento muito, mas mesmo muito interessante para as empresas que se querem fixar nos mesmos.

Uma última questão, Sr. Presidente – o companheiro Henrique Falcão já referiu, mas eu reforço, e com muita preocupação: ao que tive conhecimento, temos um grupo empresarial de grande dimensão que pretende três hectares, com possibilidade de crescimento, na Guia, para instalação de uma plataforma logística para dar apoio às exportações e importações a nível nacional. Este grupo fez diligências junto da Câmara, e foi-lhe sugerida outra localização, sendo que o investidor não se mostrou nada satisfeito com esta sugestão, e tem procurado no terreno da Guia, a título privado, adquirir terrenos para essa instalação.

Sr. Presidente, este investimento, certamente pela sua atividade, não tem qualquer impacto ambiental, e terá muito mais vantagens económicas para o nosso concelho e para o nosso território. Se temos processos difíceis para uns, também temos que ter para outros, não tenho dúvidas disso. E também não tenho dúvidas de que seria uma mais valia para aquele território e para o concelho.

Sr. Presidente, a minha questão é muito objetiva: este investimento fica no Concelho de Pombal, ou corremos o risco de o perder para outros concelhos vizinhos?

Tenho dito. Se não tiver oportunidade de intervir, boas festas para todos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Terminadas que estão as intervenções, dou agora a palavra ao Sr. Presidente, Diogo Mateus, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde, Srs. Vereadores, a todos os membros da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, e todos aqueles que nos estão a ouvir através desta comunicação.

Eu vou procurar esclarecer as perguntas que estas dezanove intervenções nos apresentaram, começando, evidentemente, por agradecer a todos as palavras que genericamente foram dirigidas aos serviços municipais, e às nossas equipas, nas mais diversas matérias, pela sensibilidade de cada um e pela perceção que retiram do sucesso de algumas iniciativas, e também do resultado obtido em avaliações externas, com critérios apurados.

Agradeço, por isso, as palavras do Sr. Presidente da Junta do Louriçal sobre o apoio – aliás, que tem sido frequente e permanente – a todas as nossas freguesias, nomeadamente aquelas – e são todas – que cumprem, complementarmente ao Município, transportes escolares, e portanto, são sempre beneficiadas porque nos ajudam a prestar esse serviço na integralidade, com os investimentos que fazem em carrinhas de transporte – que essa é uma competência e responsabilidade do Município de Pombal.

E acompanho genericamente as preocupações que a Dra. Ofélia Moleiro nos deixou sobre as preocupações no sistema de saúde, que, de facto, veio, perante esta circunstância peculiar, mostrar as suas enormíssimas debilidades, e não fosse, de facto, uma enormíssima capacidade dos seus profissionais, a situação teria, com certeza, contornos bastante mais preocupantes.

Nesta altura, não deve o Presidente da Câmara ser aqui um instigador de grandes divisões políticas, mas tenho a minha opinião enquanto cidadão, que, de facto, nos últimos anos, a política nacional foi muito mais de anúncios do que de concretizações, e os anúncios não resolvem os problemas, e as concretizações ficam por fazer, e hoje vivemos um bocadinho uma consequência que resultou disso mesmo.

Quanto às questões que me dirigiu em concreto, eu calculo que algumas delas não tenham sequer uma segregação local assim automática, sobre, por exemplo, as falências, mas aquelas que têm, disponibilizo-as, nomeadamente os níveis de desemprego, que têm sido conhecidos mensalmente, através das estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional. E as de novembro, que nos remetem para mil, cento e sessenta e quatro desempregados, estão, felizmente, abaixo das de abril, das de maio e de junho, mas têm aqui um ligeiro acréscimo – mais sessenta e cinco pessoas – se considerarmos o mês de julho, altura em que tivemos mil e noventa e nove, em agosto, mil e noventa e um, em setembro tivemos mil, cento e vinte, em outubro, mil, cento e dezassete, e agora, mil, cento e sessenta e quatro – e portanto, mais sessenta e cinco pessoas do que tínhamos tido em julho, apesar de tudo abaixo dos números que tínhamos em abril, em maio e em junho. Em março, já tínhamos mil e dezasseis desempregados, e portanto, temos andado aqui com estas oscilações de 5%, 6%, face aos níveis de desemprego que tínhamos até ao início da pandemia, que rondavam as mil pessoas – aliás, em dezembro de 2019, o desemprego no Concelho de Pombal era de apenas oitocentas e noventa e nove pessoas.

Julgo que será também importante – até porque o tenho feito todos os meses na reunião de Câmara – dar-vos nota daquilo que é a sensibilidade do consumo no nosso território, com



MUNICÍPIO DE POMBAL

o que isso significa sob o ponto de vista da produção, da venda, da situação das famílias, e também da evolução do mercado. E este valor é atingido através das operações de pagamentos em numerário e em pagamentos eletrónicos desenvolvidos no Concelho de Pombal, e é feito pela SIBS Analytics, através da comparação em períodos homólogos. E se é verdade que no mês de março deste ano tínhamos menos 11,5% de operações de pagamento em numerário e eletrónico, no mês de abril tivemos menos 30%, no mês de maio tivemos menos 12%, no mês de junho já só foram apenas menos 2,75% do que tinha acontecido no ano anterior, no mês de julho foram 0,87% abaixo destes consumos em julho de 2019, em agosto, o valor desceu para menos 4,27%, mas em setembro e em outubro, os valores já tinham sido positivos, e o total dos movimentos em numerário e em pagamentos eletrónicos já tinha sido superior aos períodos homólogos – nomeadamente em setembro, mais 2,06%, e em outubro, mais 4%. No mês de novembro, para encerrar – e portanto, são dados conhecidos na passada semana – os indicadores remetem-nos para menos 2,6% do que aqueles que tínhamos tido no último mês de novembro de 2019. E portanto, em meados de janeiro saberemos como é que estará o mês de dezembro, e também este quadro nos permitirá avaliar os setores da atividade económica que estão mais débeis, em função destes elementos. E portanto, é um trabalho que temos aqui vindo a fazer nos últimos dez meses, para acompanhar a tendência do nosso concelho, sob o ponto de vista económico.

E acompanho genericamente as preocupações que a Dra. Ofélia Moleiro nos deixou sobre as preocupações no sistema de saúde, que, de facto, veio, perante esta circunstância peculiar, mostrar as suas enormíssimas debilidades, e não fosse, de facto, uma enormíssima capacidade dos seus profissionais, a situação teria, com certeza, contornos bastante mais preocupantes.

Nesta altura, não deve o Presidente da Câmara ser aqui um instigador de grandes divisões políticas, mas tenho a minha opinião enquanto cidadão, que, de facto, nos últimos anos, a política nacional foi muito mais de anúncios do que de concretizações, e os anúncios não resolvem os problemas, e as concretizações ficam por fazer, e hoje vivemos um bocadinho uma consequência que resultou disso mesmo.

Quanto às questões que me dirigiu em concreto, eu calculo que algumas delas não tenham sequer uma segregação local assim automática, sobre, por exemplo, as falências, mas aquelas que têm, disponibilizo-as, nomeadamente os níveis de desemprego, que têm sido conhecidos mensalmente, através das estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional. E as de novembro, que nos remetem para mil, cento e sessenta e quatro desempregados, estão, felizmente, abaixo das de abril, das de maio e de junho, mas têm aqui um ligeiro acréscimo – mais sessenta e cinco pessoas – se considerarmos o mês de julho, altura em que tivemos mil e noventa e nove, em agosto, mil e noventa e um, em setembro tivemos mil, cento e vinte, em outubro, mil, cento e dezassete, e agora, mil, cento e sessenta e quatro – e portanto, mais sessenta e cinco pessoas do que tínhamos tido em julho, apesar de tudo abaixo dos números que tínhamos em abril, em maio e em junho. Em março, já tínhamos mil e dezasseis desempregados, e portanto, temos andado aqui com estas oscilações de 5%, 6%, face aos níveis de desemprego que tínhamos até ao início da pandemia, que rondavam as mil pessoas – aliás, em dezembro de 2019, o desemprego no Concelho de Pombal era de apenas oitocentas e noventa e nove pessoas.

Julgo que será também importante – até porque o tenho feito todos os meses na reunião de Câmara – dar-vos nota daquilo que é a sensibilidade do consumo no nosso território, com



MUNICÍPIO DE POMBAL

o que isso significa sob o ponto de vista da produção, da venda, da situação das famílias, e também da evolução do mercado. E este valor é atingido através das operações de pagamentos em numerário e em pagamentos eletrónicos desenvolvidos no Concelho de Pombal, e é feito pela SIBS Analytics, através da comparação em períodos homólogos. E se é verdade que no mês de março deste ano tínhamos menos 11,5% de operações de pagamento em numerário e eletrónico, no mês de abril tivemos menos 30%, no mês de maio tivemos menos 12%, no mês de junho já só foram apenas menos 2,75% do que tinha acontecido no ano anterior, no mês de julho foram 0,87% abaixo destes consumos em julho de 2019, em agosto, o valor desceu para menos 4,27%, mas em setembro e em outubro, os valores já tinham sido positivos, e o total dos movimentos em numerário e em pagamentos eletrónicos já tinha sido superior aos períodos homólogos – nomeadamente em setembro, mais 2,06%, e em outubro, mais 4%. No mês de novembro, para encerrar – e portanto, são dados conhecidos na passada semana – os indicadores remetem-nos para menos 2,6% do que aqueles que tínhamos tido no último mês de novembro de 2019. E portanto, em meados de janeiro saberemos como é que estará o mês de dezembro, e também este quadro nos permitirá avaliar os setores da atividade económica que estão mais débeis, em função destes elementos. E portanto, é um trabalho que temos aqui vindo a fazer nos últimos dez meses, para acompanhar a tendência do nosso concelho, sob o ponto de vista económico.

Relativamente às questões suscitadas pelo Sr. Presidente da Junta de Vermoil, agradecendo também as palavras que dirigiu aos serviços da Câmara sobre os resultados em várias áreas de atividade, relativamente ao IC2, nesta altura, o projeto, com muitas das recomendações – os Srs. Presidentes de Junta de Vermoil, de Pombal e Meirinhas têm acompanhado este processo desde o início – foram dadas várias sugestões, elas foram remetidas para a Infraestruturas de Portugal, estamos numa fase em que se estão a ultimar esses projetos. E portanto, depois de termos essa versão definitiva, a Infraestruturas de Portugal demorará dois a três meses a dar o seu parecer final, já resulta todo este trabalho da sequência da aprovação do estudo prévio que tivemos. Evidentemente, vamos aguardar que 2021 seja um ano de boas notícias, e que possamos ter o anúncio do lançamento desta empreitada, de modo a podermos requalificar, não apenas com estas reposições de pavimento que temos conhecido, mas de uma forma um bocadinho mais completa.

A Sra. Deputada Cláudia Caetano, sobre a zona industrial do Louriçal: de facto, acabou por fazer referência a uma das matérias que nos tem suscitado, as condições competitivas do Louriçal, face a outros locais, aos olhos dos empresários, são diferentes, e por isso acedemos em fazer uma redução – aprovada em reunião de Câmara, aliás – do preço do metro quadrado, estamos nesta altura precisamente a fazer uma negociação da venda de dois lotes para um novo equipamento da zona industrial do Louriçal. E portanto, esta tem sido uma promoção que tem sido desenvolvida, quer através dos contatos que são remetidos ao Município, através da AICEP, quer através da publicidade que fazemos, institucional, de promoção do próprio parque, o Sr. Presidente da Junta aqui tem sido também uma parte importante nestas negociações, e evidentemente, o Gabinete de Apoio ao Investidor, enquanto entidade que vai fazendo a apreciação destas propostas, e vai fazendo a apresentação aos respetivos investidores – eu próprio já estive três ou quatro vezes a apresentar lotes no Louriçal, e em função da dimensão dos lotes, do próprio layout das unidades, nem sempre se tem considerado adequada solução. Vamos continuar,



MUNICÍPIO DE POMBAL

evidentemente, a trabalhar. E espero que no princípio do mês de janeiro tenhamos boas notícias – aliás, ainda esta manhã informei a Câmara precisamente sobre isto.

Sobre o Centro Cultural do Louriçal, observou, e bem, que há uma previsão para lançarmos a concurso em 2021, espero que o façamos no final do primeiro trimestre de 2021. São sempre processos que têm pelo menos seis meses para poderem vir à luz do dia, considerando toda a tramitação que precisam de ter. E portanto, espero, de facto, que em 2021 essa obra comece com o cumprimento do projeto que foi publicamente apresentado. E como sabem, sob o ponto de vista das prioridades, uma vez que a situação do Centro de Saúde do Louriçal, que muito bem também suscitou, apareceu aqui como prioritária, face às circunstâncias que conhecíamos.

Se é verdade que a questão, sob o ponto de vista funcional, tem este conjunto de constrangimentos que aqui nos relatou – aliás, que aqui já tinham sido ditos também na última Assembleia Municipal – eu entendi, com o pelouro da saúde, evidentemente, remeter uma comunicação, que todos os Srs. Presidentes de Junta receberam, precisamente para que essas situações mais inusitadas de atendimento e de funcionamento das unidades de saúde fossem imediatamente reportadas a quem de direito, nomeadamente quando os Srs. Presidentes de Junta têm, por essa proximidade, informações que nos permitam pedir que os responsáveis que tutelam as unidades estendidas por todo o nosso concelho possam fazer aos respetivos responsáveis as indagações competentes.

E portanto, a comunicação remetida fazia referência aos diversos episódios no funcionamento das Extensões de Saúde que têm motivado reclamações e manifestações de desagrado por parte dos eleitos locais em geral, e dos Srs. Presidentes de Junta em particular. Sempre que possível, formalizarei pessoalmente à nova Diretora do ACES do Pinhal Litoral, Dra. Delfina Carvalho, os relatos que chegavam à Câmara Municipal e a constatação da sua repetição, e do alegado não cumprimento das orientações da ARS Centro quanto ao funcionamento das Extensões. Reiterando-se a situação, importa alinhar entre o Município e as freguesias o modo de reportar ao ACES do Pinhal Litoral as alegadas irregularidades de funcionamento, seja por ausência de recursos humanos, falta de meios, ou a realização de atendimento no exterior da unidade de saúde, como aqui referiu. Anexo para o efeito o conjunto de instruções emanadas pela ARS do Centro que importa conhecer, e ajudar a acompanhar / monitorizar. Sublinho a importância das regras de utilização das salas de espera, publicitação da lotação e porta aberta, critérios para utilizar a sala de espera, distanciamento físico e utilização da máscara. Neste sentido, solicito aos Srs. Presidentes de Junta que sempre que se verifique o anormal ou irregular funcionamento das unidades, deve ser reportado ao ACES do Pinhal Litoral, identificando o local, hora e data, tipo de ocorrência – por exemplo, atendimentos à janela, ou sala de espera encerrada – e dado conhecimento à Câmara Municipal. Foram disponibilizados os endereços eletrónicos da Diretora do ACES do Pinhal Litoral, da Câmara Municipal e do Conselho Clínico do ACES do Pinhal Litoral, bem como a Orientação n.º 8/2020, da ARS Centro, que regula os termos em que tudo isto se deve passar, dentro do universo das responsabilidades da saúde. E portanto, é um assunto que muitos dos Srs. Presidentes de Junta têm remetido a quem de direito, e isso, acho que é essencial para melhorarmos a nossa prestação, sendo certo que, de facto, temos aqui situações muito complexas sob o ponto de vista das ausências dos recursos humanos, e tanto quanto sei, há já algumas averiguações por parte do ACES do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pinhal Litoral, precisamente para perceber alguns níveis de absentismo que têm ocorrido, com prejuízo para algumas das nossas Extensões.

Sobre a questão das instalações do Centro de Saúde, eu mantenho aquilo que disse na última Assembleia Municipal, e depois de a Câmara já ter feito também a suspensão da empreitada, está prevista a abertura de um aviso, ou para a próxima semana, ou na primeira semana do mês de janeiro, por parte do Centro 2020, para podermos financiar – ou aqueles Municípios que têm obras de saúde promovidas – financiar, quer o equipamento, quer obras que estejam desenvolvidas. Esta obra está em condições de poder ser financiada, temos um nível de maturidade muito elevado, já foi formalizado à ARS Centro o protocolo que regulará os termos em que a ARS, enquanto proprietária do equipamento móvel, o novo equipamento que vai acompanhar a obra nova, a ser instalado naquelas instalações, ser financiado, na contrapartida nacional, por parte do Estado Português e da ARS em concreto. Gostava muito de fechar esse protocolo com a maior brevidade possível, de modo a que, mal o tenhamos encerrado, que seja lançado o procedimento concursal para compra desse equipamento, e quero – como hoje também informei a Câmara, de manhã – que mal o aviso seja publicado, que o Município de Pombal seja o primeiro a apresentar a sua candidatura, porque apresentando a candidatura, pode imediatamente concluir as obras, fazer a compra dos equipamentos, não ficando inelegível sob o ponto de vista do financiamento comunitário, que neste caso ultrapassará os 500.000€, e que muito ajudará, não só à conclusão daquela obra – que tem dotação financeira, senão não podia ter sido lançada – mas à concretização de outros investimentos no nosso concelho.

E portanto, a nova instalação, eu não vou dizer que estará dependente da conclusão destas diligências, que eu diria mais de carácter administrativo ou formal, mas essencialmente do aviso do concurso e da submissão, por parte do Município, da respetiva candidatura. E isto por quê? Porque, infelizmente, já nos aconteceu termos unidades a funcionar antes de os avisos estarem publicados, e depois temos uma inelegibilidade das nossas obras, dos nossos investimentos, com prejuízos de milhões de euros para o Município. E parece-me que, pese embora toda a situação tenha muita delicadeza, não nos podemos esquecer do enorme esforço que a Freguesia do Louriçal fez nos últimos dois anos para requalificar todo o património das instalações da Junta de Freguesia do Louriçal, para adequar ao atendimento. E portanto, a situação tem alguma precariedade, mas não tem a situação grave que aqui foi despoletada, nomeadamente porque, olhando para as coisas mais novas, vamos dizer que ficaremos muito melhor daquele lado, não temos dúvidas nenhuma, foi essa a razão por que assumimos que esse seria o caminho, foi essa a razão por que assumimos que seria prioritário face ao Centro Cultural, foi essa a razão por que o pusemos sem orçamento comunitário a ser executado, foi essa a razão por que o executámos, e agora, com esta possibilidade, faz todo o sentido que olhemos para as condições objetivas, financeiras, que possam estar ao nosso alcance, e que não as queiramos perder.

Tomei nota das observações, sempre pertinentes e clinicamente recomendáveis, que o Dr. João Coucelo nos deixou. É, de facto, uma preocupação, e obrigado, Sr. Doutor, por partilhar connosco também, no âmbito dos quarenta anos de medicina que tem dedicado a este concelho, estes contributos e estas sugestões.

Dr. Carlos Lopes, sobre o papel do Município na pandemia, e sobre um conjunto de propostas que apresentou, vamos talvez começar por aquela que, de facto, pode causar aqui mais alguma discussão, considerando as responsabilidades municipais, aquilo que chamou



MUNICÍPIO DE POMBAL

de um Fundo de Emergência Social. O Município de Pombal nunca precisou de situações socialmente mais críticas, sob o ponto de vista generalizado, para ter mecanismos ágeis, reforçados, e com uma capacidade de serem também atualizados sob o ponto de vista financeiro, caso isso se justificasse, relativamente às questões sociais. Por isso se lançaram as Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesias, por isso se dotaram de recursos humanos, por isso se criaram programas novos como o AMPARHA, por isso se lançaram os programas de promoção do sucesso escolar, que se articulam com as IPSS's, com os grupos sociocaritativos, com as Juntas de Freguesia, com os outros parceiros sociais e educativos. E portanto, essa tem sido uma grande preocupação, e portanto, também a disponibilidade que temos feito junto de entidades que gerem Lojas Sociais, para que possam, ainda de maneira mais ágil, mais rápida, poder financiar estas situações familiares mais carentes, que tem da nossa parte, e do retrato que é também cruzado com a Unidade de Desenvolvimento Social e a Vereadora do Desenvolvimento Social, Dra. Ana Cabral, sempre uma pertinência, e a Câmara nunca regateou qualquer tipo de apoio para reforçar essas capacidades de emergência que existiram. Aliás, se se recordarem da alteração que tivemos ao nosso Orçamento, que nos levou a reduzir em 660.000€ as receitas provenientes do não recebimento da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos durante três meses, percebemos o impacto generalizado que isso tem. Mas, apesar de essa medida ter terminado, mantém-se válida uma outra, a pedido dos interessados, que continua a isentar os cidadãos carenciados nos mesmos termos – isto se tiverem cortes no rendimento, porque se tiverem situações mais críticas, continuam a beneficiar da medida que está no nosso regulamento, de não terem que pagar, de todo, pagam 0%, uma isenção total, quando se tratem de situações que, sob o ponto de vista social, encaixam nessa mesma resposta.

Já situação diferente – e deixe-me também continuar sobre as questões que aqui apresentou, dos medicamentos: ainda antes de haver pandemia, já o Município tinha encerrado – e a cerimónia foi feita neste Salão Nobre, com a presença da Presidente da Fundação ABEM, Dra. Maria de Belém Roseira – um protocolo para a cedência graciosa de medicamentos a um conjunto de cidadãos – facto que, aliás, foi reforçado com mais dotação financeira, para termos crescentemente mais cidadãos, nas situações mais críticas, a beneficiarem deste apoio.

Para além disso, tivemos também projetos desenvolvidos por IPSS's que não têm estruturas físicas – centros de dia e lar, alguns deles – mas que têm trabalho junto da comunidade – estou a lembrar-me, por exemplo, da Associação Atlas, que faz uma identificação cruzada com o Município de Pombal das situações, nomeadamente em tecido urbano, que são mais complexas e precisam dessa renovação de soluções dos mais diversos tipos.

E portanto, o esforço que temos não é tanto a construção de ferramentas jurídicas especiais; é da operacionalização em tempo de respostas que resolvam os problemas. Por isso, estamos a trabalhar com essa proximidade com todas as IPSS's e com as Comissões Sociais de Freguesia.

Mas, matéria completamente diferente são aquelas que apresentou, relativamente àquilo que chamou o Fundo de Socorro Empresarial. E, de facto, nós encontrámos – eu lembro-me, por exemplo, de uma declaração – e voltamos à história dos anúncios – no dia 10 de novembro, lembro-me que foi na véspera do nosso Feriado Municipal, e portanto, já lá vai um mês e meio, de uma declaração do Presidente da Câmara de Lisboa anunciando um pacote fortíssimo de apoio às atividades económicas, com pagamento de rendas, salários e uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

série de coisas às empresas. E nessa altura, eu interroguei-me sobre a figura jurídica que estaria a dar estribo a essa viabilidade. E de facto, não havia, e tanto não havia que foi preciso esperar um aditamento ao Decreto-lei n.º 10-A/2020, de 13 de março – portanto, uma discussão gerada no seio das revisões dos termos das declarações de emergência – em que se criou um já famoso art.º 35-U.º. E este art.º 35-U.º não faz mais do que abrir a possibilidade a que, de facto, os Municípios pudessem financiar entidades privadas, nomeadamente com fins lucrativos. Parece-me que esta é uma matéria que sob o ponto de vista jurídico, os Srs. Membros da Assembleia e os Srs. Vereadores têm todos muita tranquilidade em reconhecer que, de facto, não existindo na Lei n.º 73 – Lei das Finanças – regras que nos permitam, estas seriam beneficiários proibidos, sob o ponto de vista do normal funcionamento das autarquias locais. E reza assim o art.º 35-U.º: “Apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia: Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio à atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à atividade económica de interesse municipal...” – portanto, os destinatários aqui são as autarquias locais, freguesias e Municípios – “... respetivamente a concessão de apoios em dinheiro ou em espécie a entidade e/ou organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença Covid-19 ou recuperação económica no contexto da mesma.”

Eu tomei a iniciativa de contactar a CCDDR, porque não só na discussão que fizemos na reunião de Câmara, mas também da minha própria leitura, e da discussão aqui interna com a nossa unidade jurídica, esta proposta parecia, de facto – e esta proposta tem, trago aqui a data da publicação, ela é de meados de novembro – é o art.º 5.º do Decreto-lei n.º 99/2020, de 22 de novembro. E hoje já podemos saber, eu tenho aqui a comunicação que na sexta-feira passada a Dra. Maria José Castanheira Neves – que, como sabem, é a Diretora Regional das Autarquias Locais – informando precisamente – aliás, vou ler, Sra. Presidente: “Em referência ao art.º 35.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 10-A/2020, temos a informar que a DGAL elaborou uma proposta de parecer sobre a referida matéria, tendo pedido contributos à CCDDR, aguardando-se a sua publicitação.”

Isto é, a própria Direção Geral das Autarquias Locais entendeu ser insuficiente aquilo que estava inscrito neste artigo para nós podermos ser tão ágeis como todos nós gostaríamos de ser, relativamente ao apoio a estas entidades. E portanto, o Legislador teve vontade, parece que o terá conseguido, mas temos de atuar com um conjunto de cautelas, porque essa é uma responsabilidade que será minha, dos Srs. Vereadores, da Câmara em geral, também dos senhores, enquanto entidades que tutelam o funcionamento da Câmara Municipal. E não só parece que há autarcas que têm informações antes dos outros – não é uma novidade, mas pelo menos não podia ser tão ostensivo, ao ponto de se apresentarem as matérias com um mês de antecedência – e portanto, reparem, se isto não está resolvido, como é que isto pode ser posto em prática? O importante é anunciar; entretanto, passa um mês e meio.

Mas, também é verdade, e temos que reconhecer, que logo a seguir – isto tem só quinze dias – veio o Governo também reconhecer a necessidade de fazer apoio financeiro para pagamento de rendas, prestações sociais, depois daquele período de greve de fome de alguns chefs portugueses à porta do Parlamento, que parece ter resultado em alguma consequência. E portanto, vamos aguardar os termos em que tudo isto possa ser feito, porque o que parece ser evidente é que não tem havido também assim uma rapidez e uma perfeição na produção



MUNICÍPIO DE POMBAL

legislativa que nos permita a todos fazê-lo desta maneira ágil, rápida, pronta, como nós precisávamos que existisse, até porque se assim não fosse, a própria Direção Geral não teria as mesmas dúvidas que tinham sido suscitadas, e que se vê na obrigação de fazer um parecer, que terá porventura que ser submetido ainda ao Sr. Secretário de Estado, para ser entendido como entendimento relativamente à forma como vamos utilizar esta possibilidade. Para além disso, tivemos também projetos desenvolvidos por IPSS's que não têm estruturas físicas – centros de dia e lar, alguns deles – mas que têm trabalho junto da comunidade – estou a lembrar-me, por exemplo, da Associação Atlas, que faz uma identificação cruzada com o Município de Pombal das situações, nomeadamente em tecido urbano, que são mais complexas e precisam dessa renovação de soluções dos mais diversos tipos.

E portanto, o esforço que temos não é tanto a construção de ferramentas jurídicas especiais; é da operacionalização em tempo de respostas que resolvam os problemas. Por isso, estamos a trabalhar com essa proximidade com todas as IPSS's e com as Comissões Sociais de Freguesia.

Mas, matéria completamente diferente são aquelas que apresentou, relativamente àquilo que chamou o Fundo de Socorro Empresarial. E, de facto, nós encontrámos – eu lembro-me, por exemplo, de uma declaração – e voltamos à história dos anúncios – no dia 10 de novembro, lembro-me que foi na véspera do nosso Feriado Municipal, e portanto, já lá vai um mês e meio, de uma declaração do Presidente da Câmara de Lisboa anunciando um pacote fortíssimo de apoio às atividades económicas, com pagamento de rendas, salários e uma série de coisas às empresas. E nessa altura, eu interroguei-me sobre a figura jurídica que estaria a dar estribo a essa viabilidade. E de facto, não havia, e tanto não havia que foi preciso esperar um aditamento ao Decreto-lei n.º 10-A/2020, de 13 de março – portanto, uma discussão gerada no seio das revisões dos termos das declarações de emergência – em que se criou um já famoso art.º 35-U.º. E este art.º 35-U.º não faz mais do que abrir a possibilidade a que, de facto, os Municípios pudessem financiar entidades privadas, nomeadamente com fins lucrativos. Parece-me que esta é uma matéria que sob o ponto de vista jurídico, os Srs. Membros da Assembleia e os Srs. Vereadores têm todos muita tranquilidade em reconhecer que, de facto, não existindo na Lei n.º 73 – Lei das Finanças – regras que nos permitam, estas seriam beneficiários proibidos, sob o ponto de vista do normal funcionamento das autarquias locais. E reza assim o art.º 35-U.º: “Apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia: Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 16.º, bem como da alínea ff) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, considera-se apoio à atividade de interesse para a freguesia, bem como apoio à atividade económica de interesse municipal...” – portanto, os destinatários aqui são as autarquias locais, freguesias e Municípios – “... respetivamente a concessão de apoios em dinheiro ou em espécie a entidade e/ou organismos legalmente existentes, relacionados com a resposta à pandemia da doença Covid-19 ou recuperação económica no contexto da mesma.”

Eu tomei a iniciativa de contatar a CCDD, porque não só na discussão que fizemos na reunião de Câmara, mas também da minha própria leitura, e da discussão aqui interna com a nossa unidade jurídica, esta proposta parecia, de facto – e esta proposta tem, trago aqui a data da publicação, ela é de meados de novembro – é o art.º 5.º do Decreto-lei n.º 99/2020, de 22 de novembro. E hoje já podemos saber, eu tenho aqui a comunicação que na sexta-feira passada a Dra. Maria José Castanheira Neves – que, como sabem, é a Diretora



MUNICÍPIO DE POMBAL

Regional das Autarquias Locais – informando precisamente – aliás, vou ler, Sra. Presidente: “Em referência ao art.º 35.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 10-A/2020, temos a informar que a DGAL elaborou uma proposta de parecer sobre a referida matéria, tendo pedido contributos à CCDR, aguardando-se a sua publicitação.”

Isto é, a própria Direção Geral das Autarquias Locais entendeu ser insuficiente aquilo que estava inscrito neste artigo para nós podermos ser tão ágeis como todos nós gostaríamos de ser, relativamente ao apoio a estas entidades. E portanto, o Legislador teve vontade, parece que o terá conseguido, mas temos de atuar com um conjunto de cautelas, porque essa é uma responsabilidade que será minha, dos Srs. Vereadores, da Câmara em geral, também dos senhores, enquanto entidades que tutelam o funcionamento da Câmara Municipal. E não só parece que há autarcas que têm informações antes dos outros – não é uma novidade, mas pelo menos não podia ser tão ostensivo, ao ponto de se apresentarem as matérias com um mês de antecedência – e portanto, reparem, se isto não está resolvido, como é que isto pode ser posto em prática? O importante é anunciar; entretanto, passa um mês e meio.

Mas, também é verdade, e temos que reconhecer, que logo a seguir – isto tem só quinze dias – veio o Governo também reconhecer a necessidade de fazer apoio financeiro para pagamento de rendas, prestações sociais, depois daquele período de greve de fome de alguns chefs portugueses à porta do Parlamento, que parece ter resultado em alguma consequência. E portanto, vamos aguardar os termos em que tudo isto possa ser feito, porque o que parece ser evidente é que não tem havido também assim uma rapidez e uma perfeição na produção legislativa que nos permita a todos fazê-lo desta maneira ágil, rápida, pronta, como nós precisávamos que existisse, até porque se assim não fosse, a própria Direção Geral não teria as mesmas dúvidas que tinham sido suscitadas, e que se vê na obrigação de fazer um parecer, que terá porventura que ser submetido ainda ao Sr. Secretário de Estado, para ser entendido como entendimento relativamente à forma como vamos utilizar esta possibilidade. Agradeço as palavras também da Dra. Cláudia Duarte sobre o nosso resultado, e o reconhecimento da Associação das Famílias Numerosas, sobre o reconhecimento com a palma e a bandeira nesta 12.ª Edição das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Temos de continuar, evidentemente, a trabalhar para melhorarmos este nosso esforço, que de certa forma encaixa na intervenção da Sra. Deputada, Dra. Liliana Silva, relativamente às questões do pré-escolar.

Mas, vamos começar com o Orçamento Participativo 2020. Sra. Deputada, deixe-me começar por lhe dizer que a operação da Serra de Sicó, aprovada, foi terminada em tempo e não ficou a meio. Portanto, se tem essa informação, se quiser contatar o Gabinete Técnico Florestal, acompanhar os termos em que a empreitada de execução, através da Associação de Produtores Florestais, concretizou a proposta que tinha sido apresentada em Orçamento Participativo, chegará a esta conclusão.

Relativamente ao Centro Escolar de Vila Cã, de facto, foi promovida uma reunião com o vendedor ao Município do terreno, que reconheceu que, efetivamente, a área e os limites do terreno que tinha identificado não estavam corretos. Estamos em fase de negociação – sem o Município gastar um tostão, evidentemente – para que seja resolvida esta situação, com a aquisição por parte do respetivo responsável do número de metros que faltam para podermos construir nomeadamente o campo de jogos, que são cerca de setecentos e sessenta metros quadrados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre a situação da paisagem protegida na Serra de Sicó, estão a ser analisados os contributos depois do período da discussão pública, e portanto, depois voltaremos a ter uma discussão de caráter mais político, porque ela tem implicações, e portanto, serão analisadas em múltiplas perspetivas. E na Terras de Sicó, na última reunião de Direção, foi esta a avaliação que fizemos, há cerca de dez dias.

Sobre o pré-escolar, deixe-me talvez aqui tirar uma dúvida: nós não podemos estar a comparar o preço das refeições do pré-escolar com as tabelas do Ministério da Educação para o preço das refeições no 1.º ciclo, primeiro porque não há, Srs. Membros da Assembleia Municipal, não há ação social escolar no pré-escolar; a ação social escolar é um mecanismo do Estado que se aplica ao ensino obrigatório, e em Portugal, como sabem, o pré-escolar não é ensino obrigatório, não integra as obrigações das crianças e dos pais para o seu processo formativo. Eu gostaria que fosse, mas não é.

Por outro lado, também não podemos pensar que os valores que são pagos pelos pais só dizem respeito às refeições. Isso não é verdade, as Juntas de Freguesia que aqui estão, e que asseguram em grande parte essa missão, sabem que o acompanhamento das crianças, as atividades da Componente de Apoio à Família, as vigilâncias, as refeições, tudo isso está dentro desse pacote, dentro daquilo que foi estabelecido por parte do Ministério da Educação, em protocolo com a Segurança Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a classificação em seis escalões diferentes para atribuição das respetivas responsabilidades dos pais, sob o ponto de vista financeiro. E portanto, este é um critério que é feito desta forma.

Sobre a questão do caráter, ou não, lucrativo, eu não sei se a sua pergunta se dirigia às instituições que fornecem as refeições – e de facto, já é a segunda ou terceira vez que alguns elementos do CDS se questionam por aquilo que eu acho que era uma matriz ideológica do CDS, mas desde que o CDS começou a defender para algumas pessoas passadeiras vermelhas com as cores gay, já estou à espera de tudo, já espero tudo. E portanto, pelos vistos agora o lucro passou a ser uma coisa muito criticável para o CDS. Se se dirige ao Município, evidentemente que lhe direi que não – aliás, essa foi uma das razões por que, neste ano, se tomou a decisão de isentar, ou de prescindir do recebimento de todos os valores devidos pelos pais pelas refeições dos seus filhos, quando estão no ensino obrigatório, no 1.º ciclo. E portanto, esse é um esforço significativo, em que fica perfeitamente clara qual é a posição do Município sobre este assunto.

Se há territórios que optam por outras medidas, isso faz parte da amplitude decisória deles. Nós temo-nos concentrado no ensino obrigatório, temos feito um trabalho nos transportes – e por isso, os Srs. Presidentes de Junta participam e têm tido meios para poder assumir essas responsabilidades – temos feito também esses investimentos – já vamos ao deputado Manuel da Mariana sobre a questão dos equipamentos. E portanto, esse tem sido um trabalho que temos procurado fazer ao melhor nível possível, e queremos-lo na linha da frente das nossas preocupações – aliás, por isso o fizemos também com a potenciação do sucesso escolar, ainda não havia financiamento comunitário, ainda não havia projeto da CIM, ainda não havia nenhum tipo de opção política.

E por isso, foi com esse propósito que eu remeti à Sra. Presidente da Assembleia, porque achei que era importante para todos os membros da Assembleia conhecerem o relatório feito pelo Instituto Politécnico de Leiria sobre o trabalho que tem sido desenvolvido, e a eficiência e as consequências que traz para o nosso território.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quero agradecer também as palavras do Sr. Presidente da Junta de Almagreira, o Eng.º Humberto Lopes, principalmente também a sensibilidade que aqui demonstra pelo reconhecimento das iniciativas que foram a Almagreira, e igualmente a todas as outras freguesias do nosso concelho.

Ao Sr. Deputado, Prof. Manuel da Mariana, vamos primeiro à questão das coberturas das escolas, e os Srs. Presidentes de Junta vão auxiliar-me nesta viagem rápida que faremos pelo nosso território: Carnide tem um espaço exterior coberto, e tem um pequeno gimnodesportivo – e temos aqui a Dra. Sofia, e sabe que isto é verdade; as Meirinhas têm também espaços cobertos (não tem nenhum pavilhão) onde são ministradas as atividades – e temos aqui a Dra. Tânia que está a acompanhar, por impossibilidade do Sr. Presidente da Junta Virgílio, que também sabe isto; Abiul também já tem espaços cobertos e tem uma sala polivalente, também usada para esta finalidade; Pombal tem esta mesma possibilidade, no caso da Fonte Nova até temos um pavilhão de apoio à atividade da escola; na Ilha há uma sala cá em baixo, e uma zona que também foi protegida desta maneira; o mesmo acontece na Mata Mourisca e em Albergaria dos Doze; os Vieirinhos também já têm este espaço, e o Lourical também tem.

Portanto, não se pode dizer que não há em lado nenhum; há sítios, de facto, onde eles não ficaram previstos, outros, temos improvisado, mas na esmagadora maioria dos casos isto acontece, e também vai acontecer na Guia.

Eu tenho aqui um conjunto de apoios que desde 2017 se começaram a fazer aos Agrupamentos de Escolas, depois de solicitadas aos respetivos Agrupamentos de Escolas e aos respetivos estabelecimentos escolares a indicação do material para as provas de aferição nas expressões físico-motoras, que são usadas ao longo dos anos. E tenho aqui o número de alunos dos diversos anos, e se são apoiados os colchoes, os bancos suecos, os espaldares, os arcos de cinquenta ou sessenta centímetros, as cordas, as bolas de espuma, as raquetes, as bolas de aprendizagem de voleibol, as bolas usadas em ginástica rítmica, os cones de sinalização, os planos inclinados ou o trampolim sueco, os coletes – tudo isto tem sido desenvolvido. E portanto, se a escola o fez em março, estamos em tempo de fazer o respetivo apuramento para serem feitas as aquisições, porque isto tem sido feito nos dois últimos anos letivos, e é para continuar a fazer este investimento, e a suprir essa falta de equipamentos.

Sr. Deputado Felismino Carreira, eu julgo que não percebi muito bem a sua intervenção, mas depois aqui o Sr. Vice-presidente enviou-me uma informação, e calculei que se prendia com a requalificação da Estrada 109, nomeadamente dos troços que ainda estão na Infraestruturas de Portugal, que não foram recebidos pelo Município, e que estão em muito mau estado, nomeadamente aquele que sai da atual 109, e que vai para a Estação do Lourical, que é uma zona que ainda não foi recebida pelo Município de Pombal.

O que está previsto muito brevemente, o projeto que foi desenvolvido pelo Município, com a Junta de Freguesia do Carriço, para a requalificação da 109, está a aguardar parecer final e o respetivo acordo de execução por parte da Infraestruturas de Portugal, e queremos incluir nesse acordo de execução a pavimentação dos troços que são da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, para ultrapassarmos todas essas situações, porque como bem sabem, com a transferência das estradas nacionais em zonas urbanas para o Município, nós queremos recebê-las devidamente infraestruturadas, para podermos dar conta da manutenção, recebendo esse património nos devidos termos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Sr. Deputado Henrique Falcão apresentou aqui as suas preocupações com o funcionamento de todo o grupo da saúde – e que eu acompanho, e já falámos disto – e apresentou aqui a situação concreta na zona industrial da Guia, e da manifestação de interesse de um grupo logístico. Efetivamente, o Município recebeu – eu recebi pessoalmente – a entidade interessada, foram-lhes apresentadas diversas localizações no oeste do nosso concelho, e portanto, não vai nem a Guia, nem Pombal, nem Abiul, nem Vila Cã, nem Meirinhas, nem nenhum território em concreto, achar que só pode haver um local para a instalação de uma determinada unidade. E portanto, nós olhamos para a planta de ordenamento que existe, aprovada no Plano Diretor Municipal de Pombal, identificamos muito bem o conjunto desses espaços, uns são públicos, outros são privados, têm uma determinada aptidão, em função disso apresenta-se todo esse conjunto de oportunidades aos proprietários, e fazemos, depois, essa avaliação, em função também das opções que os proprietários possam ter, desde logo dos preços, das localizações, da ligação direta às estradas nacionais, ou dentro de parques industriais. E portanto, é feita uma avaliação em função concreta dessa mesma discussão.

E portanto, estamos a aguardar, até porque já houve também, imediatamente, uma identificação dos respetivos proprietários, porque se for essa a intenção do grupo, muito bem; se não for – até porque essa possibilidade se apresentava como sendo bastante mais rápida para a fixação da unidade, e havia aqui alguma urgência por parte dos investidores, sendo que a conclusão de um projeto de loteamento e a sua infraestrutura será sempre um processo mais demorado, porque tem um conjunto de trâmites a seguir, que podia não ser compatível.

De todo o modo, tal como acontece com outras comunicações que já recebemos – não foi o caso desta – o Município já recebeu propostas para aquisição de lotes na futura ampliação da zona industrial da Guia – neste caso concreto, não foi essa a proposta que veio, se for, evidentemente será apreciada, mas ao contrário do que tem acontecido até agora, nesta operação concreta de infraestruturação, caso ela venha a ter financiamento comunitário, o Município é obrigado a ter que cumprir as regras de alienação por hasta pública, e portanto, terminando essa oportunidade de fazer negociação direta, como tem feito até agora, por força das condições que o regulamento do concurso e o financiamento comunitário nos venham a impor, caso a operação seja bem sucedida, como queremos. E por isso, vamos ter que aguardar também essas opções por parte dos investidores.

Sobre o Dr. João Matias, as conclusões do Anuário Financeiro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, e aquilo que as boas condições nos permitem amealhar, ou ter uma situação mais tranquila nas alturas melhores, para depois podermos ir ao encontro das situações mais críticas, quando precisamos delas – aliás, há pouco, quando fazia referência à privação dos 660.000€ do Município em receitas, que levou a que a Assembleia tivesse que reduzir o nosso Orçamento, tem a ver precisamente com essa circunstância em concreto – isto é, com uma possibilidade de podermos prescindir dessa receita e de a removermos do nosso Orçamento, pese embora já estar em vigor, quando tivemos que o fazer, e tomámos essa decisão em finais de março, princípios de abril deste ano – e não podemos esquecer-nos que, nessa altura, já o IMI do Concelho de Pombal estava no mínimo, já a majoração para as famílias com um, dois ou três filhos estava no máximo, já as isenções, por força de transmissões onerosas, em zonas de ARU, para efeitos de reabilitação, já tinham isenções de IMT, já existia também, na altura, para os investidores, um conjunto de facilidades no



MUNICÍPIO DE POMBAL

que diz respeito ao não pagamento de taxas de ocupação de via pública e afins, às opções que tomámos relativamente à dispensa de outro tipo de receitas que o Município tinha, nomeadamente, por exemplo, a ocupação do espaço público com esplanadas, e podemos aqui acrescentar também o incremento de cerca de 400.000€ anuais, com a gratuitidade das refeições do 1.º ciclo, com um benefício concreto e direto levado às famílias que vão beneficiar, e que são todas as que têm filhos no primeiro, segundo, terceiro ou quarto ano – os quatro anos do 1.º ciclo do ensino básico.

E portanto, este tem sido um conjunto de opções, a que agora, com esta regulação que referi, do Decreto-lei n.º 10-A/2020, se seguirão outras medidas também com impacto financeiro, por conta da capacidade que temos de o podermos fazer.

Sra. Deputada e membro da Assembleia, Eng.ª Célia Cavalheiro, sobre a questão do Centro de Saúde do Louriçal: de facto, eu tenho que lhe reconhecer a coragem, ao reconhecer que, de facto, nos últimos quatro anos – e se tivermos em linha de conta que dentro dessa solução arquitetónica política que ficou conhecida, e ficará conhecida por “geringonça”, que também junto o Bloco de Esquerda, nos últimos quatro anos, ao Partido Socialista – que reconhece, de facto, que, nesse aspeto, no Louriçal, houve um grande prejuízo, e que também aí a “geringonça” falhou, quando há uma degradação, principalmente nos últimos quatro anos, nas condições de saúde naquela freguesia – e noutras, em bom rigor.

Não concordo consigo sobre a precariedade das instalações, instalações precárias existem noutros locais, que não no Louriçal – aliás, como há pouco referi, foram feitos investimentos por parte da Junta para aumentar, de facto, essa dignidade – que não tem nada a ver com precariedade.

E sobre a resposta que também o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve a amabilidade de me remeter, de facto, a primeira conclusão que temos que tirar é que se se chega à conclusão que, sob o ponto de vista dos recursos humanos, nada foi feito – é aquilo que acaba por ser reconhecido – a única coisa que aqui foi feita, de facto, é que as novas instalações tomaram a iniciativa, por parte do Município, com a Junta de Freguesia, logo a seguir à transferência daquela unidade educativa – porque era uma escola do 1.º ciclo, como sabem – para o novo Centro Escolar do Louriçal, e a conseqüente preparação do projeto, para que hoje tenhamos a obra já com mais de 90% de execução, e os termos do tal protocolo a que, há pouco, fiz referência, com a Administração Regional de Saúde do Centro.

E portanto, se alguma coisa positiva existe no campo da saúde no Louriçal nos últimos tempos, deve-se à Junta de Freguesia, deve-se ao Município, deve-se também ao apoio desta Assembleia Municipal, com a aprovação dos documentos previsionais e orçamentais, que têm viabilizado que nós o possamos fazer, em património municipal, mas suprindo carências que são da Administração Central.

E portanto, percebemos que, de facto, existe sobre nós essa enormíssima expectativa, e eu fico muito contente que isso exista, Sra. Deputada, por uma razão simples: é porque os senhores sabem que é em nós, só, que os senhores podem acreditar, porque todo o resto são só promessas, são só conversas, são só anúncios, e as coisas não passam dessas mesmas declarações. E nós cá estamos para dizer que sim. Mas, numa altura em que se avizinha a possibilidade, dita por quem tem essa possibilidade, sob o ponto de vista de direito, de podermos beneficiar dessa candidatura, não seria de todo razoável que prescindíssemos dessa circunstância. O Louriçal já foi prejudicado financeiramente – e o Município, por



MUNICÍPIO DE POMBAL

consequência, vamos agora recuperar essa circunstância – quando, por não terem sido abertos os avisos na altura certa, o Centro Escolar do Louriçal ficou sem financiamento comunitário, como estava previsto e era de direito. Vamos agora pô-los na Guia, em Vila Cã, e também agora na Pelariga, situação que nunca foi prevista; não o vamos conseguir para a Unidade de Formação Profissional que estamos a desenvolver para a CERCIPOM, mas queremos fazê-lo também para esta unidade de saúde, que está praticamente concluída no Louriçal.

Não concordo consigo sobre a precariedade das instalações, instalações precárias existem noutros locais, que não no Louriçal – aliás, como há pouco referi, foram feitos investimentos por parte da Junta para aumentar, de facto, essa dignidade – que não tem nada a ver com precariedade.

E sobre a resposta que também o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve a amabilidade de me remeter, de facto, a primeira conclusão que temos que tirar é que se se chega à conclusão que, sob o ponto de vista dos recursos humanos, nada foi feito – é aquilo que acaba por ser reconhecido – a única coisa que aqui foi feita, de facto, é que as novas instalações tomaram a iniciativa, por parte do Município, com a Junta de Freguesia, logo a seguir à transferência daquela unidade educativa – porque era uma escola do 1.º ciclo, como sabem – para o novo Centro Escolar do Louriçal, e a conseqüente preparação do projeto, para que hoje tenhamos a obra já com mais de 90% de execução, e os termos do tal protocolo a que, há pouco, fiz referência, com a Administração Regional de Saúde do Centro.

E portanto, se alguma coisa positiva existe no campo da saúde no Louriçal nos últimos tempos, deve-se à Junta de Freguesia, deve-se ao Município, deve-se também ao apoio desta Assembleia Municipal, com a aprovação dos documentos previsionais e orçamentais, que têm viabilizado que nós o possamos fazer, em património municipal, mas suprindo carências que são da Administração Central.

E portanto, percebemos que, de facto, existe sobre nós essa enormíssima expectativa, e eu fico muito contente que isso exista, Sra. Deputada, por uma razão simples: é porque os senhores sabem que é em nós, só, que os senhores podem acreditar, porque todo o resto são só promessas, são só conversas, são só anúncios, e as coisas não passam dessas mesmas declarações. E nós cá estamos para dizer que sim. Mas, numa altura em que se avizinha a possibilidade, dita por quem tem essa possibilidade, sob o ponto de vista de direito, de podermos beneficiar dessa candidatura, não seria de todo razoável que prescindíssemos dessa circunstância. O Louriçal já foi prejudicado financeiramente – e o Município, por consequência, vamos agora recuperar essa circunstância – quando, por não terem sido abertos os avisos na altura certa, o Centro Escolar do Louriçal ficou sem financiamento comunitário, como estava previsto e era de direito. Vamos agora pô-los na Guia, em Vila Cã, e também agora na Pelariga, situação que nunca foi prevista; não o vamos conseguir para a Unidade de Formação Profissional que estamos a desenvolver para a CERCIPOM, mas queremos fazê-lo também para esta unidade de saúde, que está praticamente concluída no Louriçal.

E à Sra. Eng.ª Nicolle Lourenço, eu queria agradecer esta observação sobre o primeiro lugar no ECO XXI. E, Srs. Deputados, este é porventura dos reconhecimentos mais importantes que um território poderia ter. Numa altura em que o mundo se questiona sobre esta boa articulação entre esses três grandes pilares do desenvolvimento, que são o



MUNICÍPIO DE POMBAL

ambiente, a economia e a sociedade, onde existem por todo o lado exortações e manifestações expressas da degradação do estado do nosso planeta – e quando olhamos para as últimas declarações do Secretário Geral das Nações Unidas, na última intervenção que fez perante o plenário das Nações Unidas, em Nova York, há menos de um mês, percebemos a dimensão deste problema, e que Pombal, num território onde coexiste a maior mancha florestal dentro de um território da região centro, mais de quarenta mil hectares de floresta, onde coexistem explorações de calcário, de argila, de caulinos, de sal, onde existem mil e oitocentos quilómetros de rede viária em mais de seiscentos lugares, onde passam as principais redes ferroviárias e rodoviárias do país, com uma costa com dez quilómetros atlânticos, e com um interior, um maciço cársico, agora sujeito a uma paisagem protegida, com toda esta dimensão, com todas estas problemáticas, conseguimos estar no lugar que este ano conseguimos atingir.

Mas, se olharmos para os últimos anos, temos que olhar para 2013 – e não estou a pôr aqui 2012 porque, nessa altura, nós estávamos abaixo dos 70%, não estávamos acima dos 80%; a partir do momento em que estivemos no primeiro escalão, que foi em 2013, tivemos o quarto lugar em 2013, tivemos o terceiro lugar em 2014, tivemos o sexto lugar em 2015, tivemos o sexto lugar em 2016, em 2017 tivemos o quinto lugar, em 2018 tivemos o quinto lugar, em 2019 tivemos o quarto lugar, e em 2020 tivemos o primeiro lugar. Quero, então, agradecer esta intervenção.

A Sra. Presidente Sandra Barros, também as palavras que nos dirigiu sobre a programação de natal.

Ao Sr. Deputado Manuel António, o esforço das escolas é, com certeza, transversal a todo um conjunto vasto de entidades, e portanto, o país assim o tem feito.

E sobre a última pergunta posta pelo Sr. Deputado Rui Acácio, fiz esta resposta já há pouco, na intervenção do deputado Henrique Falcão. E portanto, as decisões de localização serão sempre dos empresários. Evidentemente, estamos empenhados para que este investimento fique em Pombal. E portanto, espero brevemente voltar à fala com os investidores.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço agora a particular atenção de todos os Srs. Deputados e Sr. Presidente, para ouvirmos, então, a intervenção da nossa munícipe Tatiana Ferreira.”

Intervenção do Público -Tatiana Ferreira (Munícipe):

“Venho aqui hoje expor um problema que se tem vindo a arrastar desde 2015, e que parece que ninguém está com interesse em ajudar-nos a resolvê-lo. Em 2015, ocorreu a plantação ilegal de eucaliptos à volta da nossa instituição Paço Verde, que por sua vez, se situa no limite do aglomerado populacional do Paço. Como certamente todos se devem recordar, em 2005, o Concelho de Pombal foi afetado pelos incêndios, e a nossa instituição ficou rodeada pelas chamas, pelo que tivemos de proceder à evacuação do edifício, tendo sido necessário realojar todos os nossos utentes nos pavilhões de atividades económicas e desportivas.

Em 2015, ocorreu a plantação ilegal de eucaliptos à nossa volta. Em 2016, eu e mais dois residentes da localidade do Paço deslocámo-nos ao Gabinete Florestal da Câmara Municipal de Pombal, e falámos com o Eng.º André Sintra, sobre a plantação de eucaliptos que tinha ocorrido à volta da nossa instituição, e erradamente, o Eng.º André Sintra informou-nos que nada impedia os proprietários de plantar eucaliptos. Contudo, viemos a



MUNICÍPIO DE POMBAL

saber que o PDM da Câmara Municipal de Pombal não permite a plantação de espécies de crescimento rápido naquela zona. Além disso, o ICNF já nos confirmou que a licença que existe, e que foi comunicada à Câmara Municipal, é uma licença para plantação de pinheiros, como bem sabem. Mas, no local não estão plantados pinheiros, estão plantados eucaliptos.

Em 2019, em julho de 2019, além da plantação ilegal de eucaliptos permanecer, a gestão do combustivos dos terrenos confinados ao lar continuava sem ser realizada, e não cumpria uma distância de cem metros em torno do nosso edifício. Por esse motivo, em 2019, pedimos apoio à Junta de Freguesia de Almagreira para que a Câmara Municipal de Pombal interviesse na limpeza dos terrenos naquela área sensível. Em 2019, a GNR deslocou-se ao local, bem como a Proteção Civil Municipal, e o Eng.º André Sintra; contudo, continua a não ser cumprida a gestão de combustível numa faixa de cem metros à volta da nossa instituição. A GNR confirmou-nos que iam ser levantados os autos de contraordenação; contudo, tudo permanece igual.

A nossa preocupação deve-se ao facto de termos de garantir a segurança dos nossos 37 utentes, bem como de todos os nossos colaboradores, e pelo facto de ainda termos bem presente o pesadelo que vivenciámos em 2005, com os incêndios que atingiram o nosso concelho.

Quero também acrescentar que este assunto, enquanto não ficar resolvido, da nossa parte não ficará esquecido, até porque todos os verões e todos os dias de calor reavivam a nossa memória. Tendo em conta que a situação da falta de gestão de combustível à volta da nossa instituição e da plantação ilegal de eucaliptos carece de resolução, vimos mais uma vez solicitar a intervenção da Câmara Municipal de Pombal, e pretendemos ser informados do seguimento que darão a este assunto, e, em caso de incêndio, quem serão os responsáveis. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Tatiana da Conceição Ferreira. Pergunto ao Sr. Presidente se quer dar alguma palavrinha de esclarecimento a esta nossa munícipe.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, muito obrigado, Sra. Presidente.

Bem, é evidente que a primeira coisa é tentar responder àquilo que esta senhora nos apresenta, que é qual é o ponto de situação, depois de se ter deslocado a Comissão Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal e a GNR, terá havido identificação de uma alegada irregularidade, e portanto, têm que haver aqui diligências consequentes com esta situação.

Eu não conhecia este caso, estou a ouvi-lo pela primeira vez, e portanto, vou pedir ao GTF que dê os respetivos esclarecimentos, para acompanharmos a situação e sabermos o que é que teremos que fazer a seguir, se há já um incumprimento, e que deve ser remetido para o Ministério Público por incumprimento, ou se outra situação que o Legislador acautelou para podermos fazer a intervenção de reposição da legalidade.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos, então, passar ao Período da ordem do dia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Neste ponto, quem se inscreve?

Sr. Deputado Manuel António, se faz favor, já pode começar a fazer a sua intervenção.

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Se me permite, eu gostava de partilhar aqui umas imagens, para fazer a minha intervenção. Eu vou apenas colocar três questões ao Sr. Presidente da Câmara, a primeira das quais prende-se com um equipamento, a Unidade de Saúde Familiar de Pombal Oeste, e com as condições a que os utentes da Unidade de Saúde Familiar da Guia, Ilha, Mata Mourisca e Carriço, Unidade de Saúde Familiar de Pombal Oeste estão sujeitos. Desde que apareceu esta questão da Covid, tem havido um atendimento menos eficiente, atendendo a que, penso que por razões de segurança dos funcionários e da equipa médica e de enfermagem, boa parte do atendimento e espera é feito no exterior da Unidade de Saúde Familiar.

A imagem é da Unidade de Saúde Familiar de Pombal Oeste, e tal e qual como, há pouco, houve aí algumas intervenções que focavam alguns dos problemas no atendimento dos utentes nesta fase de Covid na Unidade de Saúde Familiar; eu questiono por que é que ainda não existe uma cobertura no exterior – não sei se terá sido solicitada ao Município, ou à Junta de Freguesia, foi-me dito que sim pelos serviços da Unidade de Saúde Familiar. E a verdade é que, com chuva ou com frio, os utentes esperam no exterior que sejam chamados para ir para a sua consulta, ou simplesmente para tratarem de um ato administrativo. A questão que eu colocava era para quando a cobertura, atendendo a que essa mesma solução já foi utilizada em outras unidades de saúde em Pombal, e ao que sei, também está no Louriçal; para quando essa cobertura, atendendo às condições climatéricas.

Outras duas questões prendem-se com uma preocupação que se mantém, e quero colocar ao Sr. Presidente uma questão. Ouviu-se falar esta semana que a Câmara Municipal estaria a comprar já, ou a fazer comprar em seu nome, terrenos nas zonas que o Sr. Presidente da Câmara pediu, em fevereiro, para serem cadastradas. Se bem se recorda, apresentei uma moção em junho, fiquei à espera que a Assembleia também... Eu estou a falar da informação do Sr. Presidente, e dentro dessa informação, perguntar se a Câmara está a adquirir terrenos nesta área que, na altura, foi identificada como uma área a cadastrar, de crescimento a nascente da Linha do Oeste.

E finalmente, perguntar ao Sr. Presidente de Câmara se está em curso alguma alteração dos limites administrativos do Concelho de Pombal com o de Leiria. Aqui, a questão vai direta para saber se no caso da Água Formosa, se há alguma alteração nos limites administrativos junto à unidade pecuária que está aí presente, conhecida por Quinta Formosa, e se porventura a Junta de Freguesia terá solicitado estas alterações.

São estas as três questões que eu coloco, Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente de Junta, Gonçalo Ramos, se faz favor.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Começo por cumprimentá-la, e a Mesa, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara também, os Srs. Vereadores, os caros colegas deputados.

Eu queria, neste ponto, apenas referir-me a algumas iniciativas, e sublinhar a posição de alguns dos meus colegas Presidentes de Junta, sobre algumas iniciativas que a Câmara tem encetado ao nível da educação, nomeadamente ao que ao Camião de Natal e ao carrilhão diz respeito, de facto, e deixar aqui a nota de que quem esteve no terreno e acompanhou, teve que se deliciar principalmente pelo impacto que acabou por causar nas nossas crianças, e também nos nossos adultos que acompanharam a dinâmica. E deixar uma palavra também para a Sra. Vereadora Ana Cabral, que vem apresentando sempre muita preocupação nesta área.

Assim como também deixar uma nota de reconhecimento pelo que, ao nível da ação social, tem sido desenvolvido, as parcerias que as nossas Comissões Sociais de Freguesia podem hoje utilizar naquelas que são as respostas para uma realidade social um pouco diferente, são todas bem-vindas. E destaquei aqui o projeto LUISA ao qual nos associámos, e, de facto, tem sido muito importante na sinalização e no encaminhamento de várias situações, mas também o projeto CLDS-4G, assim como na área dos medicamentos, o Programa ABEM, têm sido, de facto, importantes nesta fase mais crítica, em termos sociais.

E destacar as medidas de apoio às famílias que a Câmara tem desenvolvido, e nomeadamente na isenção de algumas taxas – de facto, reagimos numa fase em que todas as ajudas são poucas.

Dizer também, Sr. Presidente, que queria congratular a Câmara pelo procedimento de ampliação da zona industrial a norte. Eu tenho acompanhado esse procedimento, e não há dúvidas da importância que terá para o concelho – e também, naturalmente, para a freguesia e para a Vila da Guia, porque este é um polo industrial que vai trazer consequências fantásticas para o desenvolvimento da freguesia e do oeste do concelho.

E dizer-lhe também, neste ponto, no que ao procedimento de requalificação dos caminhos florestais diz respeito, esta tem sido uma área sobejamente reclamada pelas Juntas de Freguesia, dizer-lhe só – e entenda este meu comentário como uma sugestão – que faz muito sentido que, de facto, este procedimento seja anual, mas também faz sentido que este procedimento respeite timings que façam com que os nossos caminhos florestais, a nível concelhio, estejam prontos imediatamente antes da altura crítica, porque é isso que faz sentido. Nós ainda estamos com o procedimento a decorrer, estará para aí com 60% apenas, ainda, da execução do levantamento que fizemos, é um procedimento muito importante, ao qual damos muito valor, mas que se prolongou no tempo, e portanto, o procedimento de 2020, já passou, o período crítico, já estamos quase a chegar ao final do ano, e ainda não está concluído. Era só para deixar esta sugestão, para que, mantendo-se esta cadência anual, talvez ajustando aqui os timings da intervenção.

E terminar, agradecendo também as várias intervenções que a Junta tem solicitado, e que, de facto, estão no terreno a acontecer, nomeadamente no que à Rua do Cemitério da Guia diz respeito, aos apoios para os cemitérios e para os processos de ampliação dos Cemitérios da Ilha e da Mata Mourisca, assim como também para a compra dos terrenos e para o avanço do projeto de uma das zonas turísticas com mais potencial, que é o Parque do Vale da Sobreira.

Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente Gonçalo Ramos. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques, do Louriçal, se faz favor.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Obrigado.

Eu gostaria de me congratular pelo facto de duas intervenções, por parte da Sra. Cláudia Caetano e da Sra. Célia Cavalheiro, pela preocupação pelas situações da Freguesia do Louriçal, e isso, com certeza que é importante – e não fosse a Sra. Cláudia Caetano natural da freguesia.

No entanto, deixe-me dizer que algumas coisas que falou sobre o Centro de Saúde estão corretas, nós queríamos muito que funcionasse bem, naquilo que são o termos profissionais de saúde, infelizmente não está na nossa responsabilidade. Mas, mais à frente, darei conhecimento disso.

Quanto à zona industrial, esperamos bem, e tudo temos feito, e o Sr. Presidente da Câmara também tudo tem feito, até na descida do preço por metro quadrado para 5€, tivemos várias reuniões naquele local, e esperemos que a curto prazo estejam ali instaladas algumas unidades industriais.

Também dizer que, de alguma forma, aquela zona industrial foi afetada por uma imagem, que supostamente alguém que se dizia proprietário achou por bem dizer cá fora que aquilo não estaria nada legal. Portanto, é para dizer que, desde a primeira hora – e é preciso tornar isto público – qualquer investidor que queira investir naquela zona industrial, ela está completamente legal, e não carece aqui de qualquer autorização, e houve aqui alguns equívocos ou vontade de prejudicar. É preciso que se diga bem claro – e o Sr. Presidente da Câmara está a ouvir, e eu algumas vezes ouvi estas abordagens, mas está tudo devidamente legal; houve, sim, má intenção de um suposto que se dizia proprietário, que não é verdade. Só para esclarecer.

Também dizer, sobre o Centro Cultural, tem razão, e tendo em conta as nossas instituições, pela sua riqueza cultural, mas o objetivo foi mesmo esse, e ninguém levou a mal, abdicar momentaneamente do Centro Cultural, e optar pelo facto de construirmos em primeiro lugar o Centro de Saúde.

Quanto à Sra. Célia Cavalheiro, também devo dizer que além de a resposta vir completamente desadequada, mais uma vez está provado, como dizia o Sr. Presidente de Câmara, que não sendo nós a fazer o nosso trabalho, o que é que seria – já só falta contratar os médicos e os enfermeiros.

Mas, queria dizer-lhe também que fico satisfeito pela sua forma democrática e de cidadania, em que apresenta estas perguntas. Também gostaria de dizer-lhe que devia dar umas aulas sobre este tema ao seu par político da minha freguesia.

No entanto, queria também dizer e lembrar, para que tenha conhecimento de todo o trabalho da Junta de Freguesia, de proximidade com o ACES, e aquilo que temos feito, devo lembrar que não foi assim há muitos anos, foi em 2013, quando tomei posse, a situação do Centro de Saúde já era extremamente caótica. Isto para dizer que é preciso esclarecer o que tem sido feito em prol da saúde no Louriçal, da nossa parte. E aí, em contato com a Sra. Dra. Isabel Poças, na altura Diretora do ACES, fomo-nos apoiando, ao ponto de um dia, quando já não havia administrativa para apoiar os médicos, foi a Junta de Freguesia que colocou uma administrativa ao serviço do Centro de Saúde.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais tarde, em 2015, dizia a Sra. Diretora Isabel Poças que iria, então, ser constituída a Unidade de Cuidados Personalizados do Vale do Arunca, que contemplava o Louriçal, Almagreira, Redinha e Pelariga. Nós, na expectativa de que tudo iria correr muito bem, verificámos que não foi bem assim, e que tudo fizemos para que as coisas melhorassem. E em 2017, no verão de 2017, depois de há quase um ano termos entregue a empreitada das pinturas e restauro daquele espaço que é da Junta de Freguesia, do antigo e atual Centro de Saúde, substituição de luminárias, e foi-nos impedida a entrada dos pintores. E portanto, eu não me quero alongar muito mais nisto, não estamos nesse tempo.

E então, a minha persistência levou-me a dizer que aquilo é da Junta de Freguesia, e em coordenação com os médicos, lá fizemos as obras, e mais tarde fomos visitados pela Sra. Enfermeira Geral do ACES, a qual ficou muito satisfeita com as obras. Portanto, só para dizer que em termos de condições, se houve coisas que fizemos foram as melhorias, com o apoio da Câmara Municipal, total, naquilo que nos foi pedido neste Centro de Saúde.

Depois, dizer que, mais tarde, e com o decorrer do tempo, em 2017 foi pensado, então, e muito bem, substituímos o projeto do Centro Cultural pelo do Centro de Saúde, porque a saúde está em primeiro lugar, acima de tudo. As instituições lá, vamos conseguindo coordenar, com os espaços que temos, mas na saúde, é preciso projetar o futuro. E foi isso que fizemos. E, Sr. Presidente da Câmara, deixe-me que lhe agradeça, porque ouviu a reivindicação dos Louriçalenses, e em 2017, começou-se a pensar no projeto. Em 2018, o projeto era apresentado, em 2019 foi a concurso público, e em 2020, em agosto, depois de um tempo de pandemia, para que não haja aqui equívocos, o empreiteiro, que era a SOTEOL, nunca parou as obras. Acompanhei todos os dias em que podia, e nunca parou. Gostaria só de dizer que em agosto as obras não estavam concluídas; neste momento, estão a ser concluídas, tem havido um contato permanente com a Sra. Diretora do ACES do Pinhal Litoral, ainda na quarta-feira estive em contato, ao telefone, por uma hora, para que seja solucionado o problema dos médicos neste Centro de Saúde. Estão dois médicos de baixa, infelizmente. E dizer que não é verdade que as pessoas estão à chuva; nós, Junta de Freguesia, assumimos a responsabilidade de uma tenda, desde julho, e mais, há um auxiliar que está ali, no auxílio da marcação de consultas.

Mas, queria, para terminar, dizer que hoje era importante também da parte de quem aqui comentou, deixar uma grande palavra de agradecimento, e eu faço-o em nome de todos, a estes profissionais de saúde, que tudo têm feito para salvaguardar a saúde dos habitantes da freguesia. É só uma médica, são dois enfermeiros, e duas administrativas.

Dizer também que já não há consultas à janela, é para isso mesmo que está ali aquele segurança, para auxiliar as pessoas.

Peço a todos os Louriçalenses a compreensão, entendo que têm razão, mas esperamos, com a cobertura do novo Centro de Saúde e com a colocação dos tais dois médicos que estão de baixo, que as coisas voltem à normalidade.

Termino – porque não irei intervir mais – desejando a todos um feliz Natal, um bom ano, e que estejamos cá para o próximo ano com saúde, e presencialmente, se possível.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes, se faz favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Obrigado, Sra. Presidente.

Eu também vou tentar ser rápido, tenho aqui algumas perguntas sobre a informação do Presidente, que eu tive oportunidade de ler.

E começo aqui na parte da ação social, também para destacar o apoio que o Município tem dado às freguesias, e esse apoio é na prática – ou seja, a grande diferença é que nós conseguimos traduzir esse apoio, o apoio financeiro que é dado pelo Município, nas ações concretas.

E aqui, destaco também um pedido que tínhamos feito já há vários anos, que é uma reconversão de uma escola primária, dos Penedos, em habitação social, porque como, infelizmente, estamos a notar, os casos sociais estão a chegar às nossas aldeias e às nossas freguesias, e esta necessidade de termos habitação social está a bater-nos à porta todos os dias. E aqui, destaco esta ação, e agradeço aqui o apoio do Município para um projeto muito antigo, e que já está em obra, e que espero que até ao fim do ano – mas, se não for, até 2021 – consigamos ter alguém – e já tem destinatário para alojarmos naquela antiga escola primária.

Depois, passando aqui para a saúde, uma questão que eu li na informação do Presidente, pág. 119 – para quem leu a informação – que tem a ver com o Programa MAREAS. No fundo, aqui um pedido ao Sr. Presidente de Câmara para que nos explique essa eficiência – no fundo, já foi aqui anunciado várias vezes, que se fez muita propaganda, basicamente, nestes últimos meses, em relação ao Covid, áreas de atuação, necessidades das IPSS's, a questão dos próprios Centros de Saúde – tinha aqui esta dúvida, porque não sei, esta ação, basicamente em que é que consiste, tem a ver, no meu entendimento, com o aproveitamento de pessoas que estarão no fundo de desemprego para dar apoio às instituições. No fundo, o que eu pedia ao Sr. Presidente de Câmara era que nos fizesse aqui um ponto de situação também deste programa no nosso concelho.

Depois, uma preocupação, não só de Almagreira, mas têm-nos perguntado – como é óbvio, as Juntas de Freguesia estão sempre na linha da frente – sobre a questão do Delegado de Saúde. Não sei quem é que está a tomar essas decisões, no caso dos isolamentos, quem é que, em Pombal, assume essa responsabilidade. É uma dúvida que também me assiste neste momento.

Depois li também sobre o Plano Municipal de Saúde de Pombal. Ou seja, basicamente também era para perceber, porque os objetivos não vinham na informação, também para perceber, penso que para os próximos anos, este Plano Municipal de Saúde que o Município está a desenvolver.

E nesta área da saúde, e na sequência do que o meu colega do Louriçal já aqui disse, também quero dar aqui uma nota positiva para a Dra. Ana Luísa, que é a atual Coordenadora da UCSP Vale do Arunca, no fundo, pela comunicação a tempo e horas que tem feito chegar às nossas Juntas, às quatro Juntas de Freguesia que constituem esta unidade, de toda esta informação, de todas as alterações de horários, a questão – como já aqui foi dito também – das ausências dos próprios profissionais de saúde, porque, infelizmente – e tenho que o dizer aqui – a culpa não é dos profissionais de saúde, é pela falta – ou seja, a ausência de profissionais de saúde – que chegamos a este ponto. E quando não há, não sei como é que vamos resolver. E é esta nota positiva, pelo menos esta informação temos conseguido transmitir aos nossos fregueses, a tempo e horas, para que não vão para as Extensões, para os tais Polos de Saúde, e não tenham lá ninguém para os atender.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E depois, preocupa-me, como é óbvio, a questão da vacinação. Não tenho qualquer informação, perguntam-nos a nós quando é que vai ser, espero que nos Centros de Saúde, e com os profissionais de saúde lá no local, porque são eles, como há muitos anos em Portugal, que têm defendido, e bem, este nosso plano de vacinação.

Depois, uma outra preocupação que nos têm feito chegar aqui à Junta tem a ver com os transportes escolares. Temos dois lugares ainda que não têm transportes públicos, Barbas Novas e Bonitos, e espero que em 2021 tenhamos este problema também resolvido, e deixo aqui esta nota.

Mas, como é óbvio, uma parte positiva tem sido a parceria que também temos estabelecido com o Município, e a questão do benefício e da melhoria dos próprios abrigos, que temos aqui já falado da questão das tendas nos Centros de Saúde, mas nós temos essa preocupação também com as crianças, nos transportes escolares, melhorar os abrigos, porque, como é óbvio, ninguém gosta de estar à espera de um autocarro à chuva. Nos tempos que correm, acho que não faz qualquer sentido. E também, no fundo, um voto de louvor aos profissionais da Câmara, que reconstróem e aproveitam os abrigos antigos, e nós próprios ajudamos a colocar.

Depois, uma outra nota que nos têm feito aqui chegar, tem a ver com o pagamento do transporte dos alunos que habitam a menos de três quilómetros das escolas. Ou seja, o que sabemos é que, por exemplo, na cidade essa distância não é colocada em causa – ou seja, a criança pode estar a um quilómetro da escola, e consegue, e anda no Pombus de uma forma gratuita. No caso das aldeias, a questão não é bem assim. E é, no fundo, essa explicação que eu tenho que dar na minha Junta e aos meus encarregados de educação que voltaram a fazer essa pergunta. No caso da Freguesia de Almagreira, não são muitos alunos, mas são cerca de uma dezena que habitam a menos de três quilómetros da escola – neste caso, do Centro Escolar de Almagreira – para percebermos, no fundo, quais são os critérios. E na minha opinião – e digo-a já aqui – acho que tem que haver um critério único para todo o concelho, e a questão de a criança viver na aldeia ou na cidade, nos tempos que correm, não faz qualquer sentido haver essa distinção. Mas, é só a minha opinião.

E finalizo aqui com a questão das florestas, tinha aqui uma nota positiva para o Município. Esta questão, para nós, e para uma freguesia marcadamente florestal, e com um histórico de incêndios – como dizia há bocadinho a intervenção que ouvimos da Tatiana – que nos marca a todos, quem já sofreu, e quem já viveu e vivenciou estes incêndios – e eu lembro-me do último, em 2005 – percebe perfeitamente esta temática. E nós, freguesia, temos feito um esforço imenso, o Município tem feito um esforço imenso, e aqui também agradecer às centenas de proprietários, e é só passar pela freguesia e ver o número de árvores que já foram abatidas junto às vias. Ou seja, é um esforço muito grande, mas que está a dar frutos, e os frutos estão a ser estes – ou seja, já o próprio Centro Escolar – e é um projeto que também estamos a lançar, ou o próprio Município, no fundo, a substituição dos tais eucaliptos, dos tais pinheiros bravos junto às vias, e junto aos aglomerados populacionais – que vai ser uma matéria mais difícil ainda – por espécies autóctones. O Município já tem esse projeto em curso, nós lançámos esse desafio, o próprio Centro Escolar, no âmbito do Projeto Eco-Escolas, lançou-nos também esse desafio, e a mão de obra – ou seja, já temos a mão de obra das crianças disponíveis para ajudar a plantar estas parcelas que têm que ser plantadas com espécies de cá – medronheiros, os carvalhos, porque é isso que nós queremos ver junto às nossas vias e junto às nossas habitações, empresas, lares, escolas, é



MUNICÍPIO DE POMBAL

assim que nós queremos ver esta nossa paisagem, e como é óbvio, ter a parte florestal com proporção no sítio certo, porque, no fundo, todos sabemos que a floresta no Concelho de Pombal, e nomeadamente na Freguesia de Almagreira, é um elemento muito grande, um elemento muito forte da economia familiar, e temos que incentivar – e aqui também uma palavra ao Município, o Gonçalo também o disse há bocadinho – a questão dos serviços florestais é uma matéria que em 2021 tem que continuar. E esse continuar tem que ser a tempo, e tem que ser a tempo, quer do combate aos incêndios, mas também que os proprietários, tendo os caminhos transitáveis e tendo os caminhos conservados, aumenta a rentabilidade que vão tirar daquela floresta que têm – ou seja, aquelas árvores, se estiverem em locais de fácil acesso, os madeireiros vão valorizar aquela madeira, aquela família vai ter uma receita muito mais elevada por ter aqueles caminhos, com seis metros devidamente infraestruturados, com tuvenan onde for necessário, e drenagens.

Era este o pedido que eu fazia também aqui ao Presidente de Câmara e ao Vereador Pedro Murtinho, para que no próximo procedimento, para 2021, que esta questão da drenagem fosse executada a tempo e horas, para que, depois, não andássemos aqui com esta chuva, ainda a tentar salvaguardar acessos, e a tentar aliviar alguns problemas que temos tido com alguns fregueses. Mas, como é óbvio, Sr. Presidente, estamos cá para ajudar.

Esta preocupação, também por último, é uma preocupação em que também estamos aqui para ajudar, que é a questão dos aglomerados. Sabemos que é muito difícil, a questão das faixas, dos cinquenta metros em habitações isoladas, e a questão dos cem metros em aglomerados mais densos, que é, no fundo, garantir o tal afastamento à copa – imaginem, pinheiros bravos, eucaliptos, os dez metros à copa, o que isso implica, basicamente não poderemos ter – estou a falar só do 1124, não tem a ver com segurança, mas com a proteção contra incêndios – implica basicamente substituir aquele pinhal, ou aquele eucaliptal, por outra plantação. E eu percebo, e tenho conhecimento, e temos tentado ajudar, mesmo junto do ICNF – a questão do Lar do Paço, que foi referida aqui, há bocadinho, e sabemos que não são todos, basta haver um ou dois, mas naquele caso, a maioria dos proprietários já cortou, mas alguns, como é óbvio – e é esse alerta que eu faço aos proprietários, e aproveito este fórum também para o fazer, como a reunião está a ser pública, que todos os proprietários percebam esta dificuldade e ajudem toda a comunidade a resolver este problema que tem e a repensar a floresta.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente Humberto Lopes. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Liliana Silva, se faz favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Sra. Presidente, agradeço novamente a palavra. Informo que estou na sessão desde o seu início, e realmente não ouvi o meu nome na primeira chamada. Como havia muito barulho de fundo, achei que teria sido algum lapso.

Relativamente aos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, também gostaria de agradecer. Gostaria essencialmente que as respostas tivessem sido um pouco mais objetivas. Apelo a que a posição do Município sobre o assunto das refeições seja revista, e deixo aqui como exemplo um caso concreto, um recibo do mês de novembro de 2020, preço unitário de refeição, 4,31€, valor mensal, 77,58€. É complexo explicarmos isto a um pai de uma criança



MUNICÍPIO DE POMBAL

com quatro anos. Portanto, se há outros serviços associados a esta prestação, apelo também a que sejam devidamente discriminados, e que essa informação seja explicada aos pais.

Relativamente à cor das passadeiras, e visto que o tempo de intervenção do CDS no ponto anterior é sempre muito curto, aproveito para recordar ao Sr. Presidente a importância da identificação das passadeiras para a segurança dos Pombalenses, e insistir na necessidade urgente de proceder à sua pintura em vários pontos do concelho, situação que se repete, não só na cidade de Pombal, mas também nas várias freguesias. Na minha humilde opinião, tinta branca e refletora é suficiente. Mas, já agora, um candeeiro de iluminação também poderia ser um bom investimento.

Quanto ao Centro Escolar de Vila Cã, a minha questão também é muito simples: há algum processo de averiguação em curso para apurar responsabilidades? Terá a Sra. Presidente da Junta responsabilidades, ou serão exclusivamente do Sr. Presidente, visto que a aquisição do terreno foi feita pelo Município? Estes esclarecimentos, acho que são importantíssimos, porque estão envolvidos dinheiros públicos, e é bom que haja transparência nestes processos, sem dúvida.

Portanto, Sra. Presidente, termino, agradecendo que no seguimento da intervenção efetuada pelo eleito do CDS-PP, Henrique Falcão, foi procedido ao agendamento imediato da reunião para eleger um representante da Assembleia Municipal para o grupo de trabalho relativo à organização dos cuidados de saúde primários em Pombal. Acima de tudo, deixo o alerta de que é importante saber gerir também as expectativas da população, e explicar devidamente as soluções que serão encontradas, que não serão necessariamente consensuais, mas espero que sejam, sim, as melhores para responder às suas necessidades. Todos sabemos que há muito trabalho para fazer, e já estamos com alguns meses de atraso – já não digo “anos”, mas desde que este trabalho foi desenvolvido, e que temos um apelo por parte do ACES do Pinhal Litoral, é importante desenvolvermos todos os esforços neste sentido.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Liliana Silva. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado João Antunes dos Santos. Eu agradecia, Srs. Deputados, que quando fizessem a vossa intervenção, se referissem ao ponto em causa, para não demorarmos tanto tempo nas intervenções.

Sr. Deputado João Antunes dos Santos, se faz favor:

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente:

A minha intervenção tem a ver com a informação que vem na pág. 40 da informação do Presidente, designadamente no que se refere à habitação em regime de arrendamento apoiado e procedimento concursal. Em certa medida, o Presidente de Junta Humberto Lopes também já abordou aqui o aspeto que eu queria aqui trazer – não combinámos, mas correu bem – mas, obviamente, em primeiro lugar, elogiar aqui a capacidade de resposta do Município em continuar a disponibilizar, neste caso, habitação social às situações mais complicadas do concelho, que necessitam, obviamente, desta valência. Isto demonstra, naturalmente, que as respostas sociais estão a funcionar. E portanto, aqui uma palavra de saudação à Vereadora do pelouro, à Dra. Ana Cabral.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Obviamente que aquilo que também foi um projeto dos últimos anos, o Projeto AMPARHA, um projeto que pretendeu dar alguma dignidade e fazer pequenas obras, algumas alterações e algumas adaptações em habitações dos cidadãos com mais dificuldades do concelho, obviamente que este projeto foi muito bem-vindo e ajudou a resolver alguns problemas.

Mas, a reflexão que eu queria aqui trazer, a pretexto da informação deste procedimento concursal de habitação social no concelho, é que tal como o Presidente de Junta de Almagreira, Humberto Lopes, disse há pouco, julgo que seria importante começar a perspetivar a possibilidade de, em algumas freguesias, ou em todas as freguesias, se começar a ter algum tipo de habitação social. E isto por quê? Porque acho que não faz muito sentido, ou não será, pelo menos, muito recomendável, trazer pessoas das aldeias para os bairros sociais, para a cidade. Por quê? Porque, obviamente, o que nós queremos é evitar essa desertificação das aldeias e das nossas freguesias. Portanto, se conseguirmos aqui, a médio prazo, montar um plano que permita às freguesias começarem a ter algum tipo de resposta social no que respeita à habitação social para casos pontuais que aí existem, acho que faz todo o sentido, porque, naturalmente, dessa forma nós não estamos a contribuir para a morte destas nossas aldeias, para a morte destas freguesias, mas estamos, sim, a permitir que as pessoas fiquem na sua zona de conforto, na zona onde, muitas vezes, cresceram, constituíram família e fizeram vida. E portanto, acho que isto seria de planear e projetar a médio prazo, tanto mais que nas freguesias, regra geral, se conseguem terrenos a baixo custo, a preço muito mais acessível, e inclusive habitações que podem perfeitamente ser adquiridas para serem reabilitadas, e prestar esta importante resposta social também nas nossas freguesias.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Presidente da Junta de Abiul, Sandra Barros.”

Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):

“Muito obrigada, Sra. Presidente.

Quero aqui deixar duas notas de agradecimento ao Executivo Municipal. Uma é relativamente à obra do Parque Desportivo de Abiul, uma obra que está em fase de conclusão, e que é uma infraestrutura há muito desejada, onde toda a população poderá encontrar um leque de escolhas para a prática desportiva.

Não posso ainda deixar de agradecer ao Conselho de Administração da Fundação Dr. José Lourenço Júnior pela cedência do espaço, pois só assim foi possível concretizar este projeto. Deixo também uma nota final de agradecimento ao Município, por todo o apoio que nos tem oferecido no projeto de recuperação e restauro dos Moinhos de Vento das Corujeiras, que está numa fase também bastante avançada, e espera-se que nos primeiros meses do próximo ano esteja concluído. Os moinhos irão ser certamente um polo de atração turística da nossa freguesia.

Espera-se, assim, que estes dois projetos potenciem o crescimento e o desenvolvimento de Abiul. Abiul será certamente um destino cada vez mais apetecível.

Muito obrigada. Desejo a todos um Santo Natal e um próspero ano de 2021.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente Sandra Barros. Para terminarmos, dou a palavra agora à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Célia Cavalheiro (BE):

“Queria abordar aqui um assunto que tem a ver com o Ponto n.º 1.1, porque eu, por ter problemas técnicos, só consegui ligar-me quarenta e cinco minutos a esta sessão. E eu tenho uma dúvida relativamente à ata. Posso expor essa dúvida?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada, nós já passámos esse ponto. Mas, em relação à ata, qual é a parte que a senhora acha que não está...”

Célia Cavalheiro (BE):

“Eu não estava cá porque tive problemas técnicos, infelizmente. Eu queria tirar uma dúvida, relativamente ao que está lá.

Na última Assembleia, foi-nos apresentada pelo Presidente da Câmara a impossibilidade material de celebração do contrato definitivo de compra e venda de um prédio urbano para afetação à expansão do Parque Industrial Manuel da Mota. A proposta era omissa sobre se a Câmara efetivou, ou não, a responsabilidade contratual contra o promitente vendedor, por incumprimento do contrato-promessa. Isso é importante para todos nós, pois para além de o negócio se ter gorado, com evidentes prejuízos para o Município, este incorreu em várias despesas para a celebração do contrato-promessa, nomeadamente despesas de registo predial e outras.

Portanto, o que eu queria saber era se o Município de Pombal recebeu pela quebra do contrato-promessa, porque se foi a outra parte que voltou atrás, nós devíamos ter recebido, e que montante é que nós recebemos por ter sido anulado este contrato pela outra parte. Eu queria fazer esta pergunta no Ponto n.º 1.1, e peço desculpa, mas houve questões técnicas que me impediram.

Relativamente agora ao Centro de Saúde do Louriçal, eu queria dizer ao Presidente da Junta, José Manuel Marques, antes de mais, que o meu sobrenome é “Cavalheiro”. Foi só um reparo.

Como eu já calculava, recebi alguns elogios por causa do Centro de Saúde do Louriçal, mas com umas farpas. Enfim, eu tenho umas perguntas. Quero dizer ao Sr. José Manuel Marques, que me gabou o discurso, mas disse mal de um Louriçalense, o João Pedro Domingues, obviamente que o meu discurso é basicamente palavras do João Pedro Domingues. E como eu já previa que houvesse um comentário desse género, eu vou lançar aqui duas perguntas para o Presidente da Junta, e também para o Presidente da Câmara, acerca do Centro de Saúde.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Célia Cavalheiro, desculpe-me de a interromper, mas as questões agora, coloca-as ao Sr. Presidente da Câmara, no âmbito da informação que ele deu. Muito obrigada.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Mas, também fui referida pelo Presidente da Junta, assim como o João Pedro Domingues, penso que tenho o mesmo direito. Se ele falou de mim, eu posso responder.

Será que antes da construção do edifício, a Câmara não sabia já que eram necessários equipamentos, e que tinha que haver um concurso público? Se a Câmara disponibiliza dinheiro municipal para obras públicas, por que não disponibilizou de imediato para a aquisição dos equipamentos? O Presidente da Câmara já disse que teria que ser com os procedimentos todos, com os timings, que não depende só da Câmara. Podíamos ter



MUNICÍPIO DE POMBAL

agarrado nos equipamentos que temos no antigo Centro de Saúde, e provisoriamente serem lá colocados, para dar mais dignidade ao atendimento dos Louricalenses, digo eu, mas penso que tem melhores condições do que o antigo. Será possível que a Câmara Municipal e o seu Presidente estejam disponíveis para colocar os utentes e os profissionais em risco durante este momento difícil, só para inaugurar o Centro de Saúde na véspera das eleições, com o intuito de ganhar votos? É que já foi a promessa do Centro de Saúde que, há três anos, fez ganhar muitos votos no Lourical. Vamos ver até que ponto não é prioritária a saúde dos Louricalenses. Era importante que tivéssemos isso em conta.

E acabo com uma frase do João Pedro Domingues: quantos votos vale a saúde de um cidadão do Lourical?

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente da Câmara, faça favor de fazer a sua intervenção neste ponto.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente e Srs. Deputados.

Vou, então, começar aqui pela primeira questão, do Sr. Deputado Manuel António, e talvez valha a pena pegar nessa orientação que já aqui foi citada várias vezes, em anteriores Assembleias, orientação da Administração Regional de Saúde do Centro, precisamente para disciplinar os termos em que se processa a utilização das salas de espera nas Unidades de Saúde Familiar e nos Centros de Saúde. E isto por quê? Porque quando o Município, perante um conjunto de várias propostas, onde está também esta proposta já oportunamente suscitada pela União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, para se garantir essa cobertura naquele espaço, quando essa comunicação nos foi remetida – aliás, na altura fiz também para o segundo pedido que Pombal também fez para aumentar a capacidade de espera no Centro de Saúde de Pombal, fiz essa pergunta diretamente à Sra. Presidente da ARS, por e-mail, indagando precisamente se este pedido que nos era dirigido resultava de uma incapacidade financeira confessa da ARS para poder suprir essa sua obrigação, que será assegurar este conjunto mínimo de conforto. E a Sra. Presidente da ARS, e bem, o que veio dizer é que, à partida, nos termos em que estão organizados o acolhimento dos cidadãos nas Unidades de Saúde Familiar e nos cuidados de saúde primários, há uma publicitação da lotação das salas de espera, as salas de espera têm que estar abertas – têm que estar abertas – e há um conjunto de critérios para poderem ser utilizadas, e há também orientações para a forma com que o agendamento prévio das consultas – que é uma esmagadora maioria dessas deslocações – se deve processar.

E portanto, a ARS deixou ao seu critério a verificação casuística de todos os pedidos que possam existir, relativamente à necessidade de ampliar uma capacidade de espera no exterior. Por quê? Porque tem que haver uma boa justificação para a ARS poder fazê-lo aqui, e não o fazer noutros locais. E portanto, há a preocupação manifesta da União de Freguesias, há até uma consulta ao mercado desenvolvida pela própria freguesia – como, aliás, aconteceu noutros locais – e há, nesta altura, porque se trata de uma instalação que é utilizada pela ARS e pela Unidade de Saúde Familiar do Oeste, esta necessidade de aferirmos com eles, efetivamente na perspetiva dos gestores daquele património, dessa necessidade e do investimento que aqui está, e consequentemente, da assunção por parte da



MUNICÍPIO DE POMBAL

ARS que não tem condições financeiras para fazer esta obra, e que o Município a poderá fazer, por incapacidade própria.

E portanto, estes são os termos em que nós estamos a fazer esta discussão, relativamente à cobertura. E portanto, aguardaremos a decisão da ARS relativamente a este problema em concreto.

Se bem percebi a segunda pergunta, prendia-se sobre compra de terrenos a sul, naquilo que seria uma zona que estaríamos a cadastrar. E portanto, Sr. Deputado, não estamos a comprar terrenos nenhuns que não sejam a norte da Estrada do Grou, para concluirmos a operação que estamos a desenvolver – julgo que nos faltam dois ou três terrenos para acabar; posso adiantar, aliás, que estamos a terminar o prazo para a negociação amigável e, entretanto, decidirei proceder à expropriação naqueles casos onde não há condições para avançarmos, uma vez que a Câmara já aprovou o respetivo projeto.

Sobre a alteração dos limites administrativos, há, de facto, várias manifestações de várias freguesias, relativamente à necessidade de atualizar a Carta Administrativa de Portugal. Temos problemas em Abiul – a Sra. Presidente da Junta tem essa preocupação reforçada, nomeadamente nos lugares da Lagoa de Santa Catarina, com a última alteração, e com a transferência involuntária de cidadãos de Pombal para o Concelho de Ourém; há também problemas na Guia, como referiu, há também Carriço, com pedidos, e há também situações de discussão de limites entre freguesias. E portanto, é um assunto que terá que ser retomado. Como sabem, aqui as freguesias e a Assembleia Municipal têm um papel decisivo, e se estivermos a falar de matérias que têm a ver com outros territórios, também outras Câmaras Municipais e as respetivas Assembleias Municipais.

Agradeço as palavras do Sr. Presidente Gonçalo Ramos, sobre o conjunto de investimentos, e da articulação que temos desenvolvido. Temos aqui que falar também da requalificação dos Correios, que está a decorrer, bem como das obras de adequação que a Junta de Freguesia desenvolveu para poder acolher, durante este período das obras dos Correios, os respetivos serviços. E portanto, tem havido aqui um conjunto vário de intervenções. E temos que somar aqui também as intervenções no Centro Escolar, que ainda estão a decorrer, todos os meses ainda com uma carga de despesa efetiva municipal elevada.

Sobre a questão do Lourical, de facto, parece-me que ela entra agora numa fase exclusivamente de carácter político, não tem interesse nenhum, não foi o Bloco de Esquerda que resolveu o problema, não foi o Bloco de Esquerda que encontrou soluções, foi o Bloco de Esquerda que achou que não se devia fazer ali a instalação. Vêm sempre com a preocupação das eleições, e quem não fez inaugurações no Lourical nas vésperas de eleições fomos nós, porque o Bloco de Esquerda fez essa queixa à Comissão Nacional de Eleições, e muito bem. E portanto, eu acho que os senhores, de facto, têm de estar menos preocupados com as eleições, e mais com o trabalho e com a forma com que olham para estas situações.

Eu não acredito, Sra. Deputada, que o caminho seja o de prescindirmos do financiamento comunitário. Se achar isso, pode dizer à Assembleia; eu confesso-lhe que não seguirei por esse caminho, porque acho que isso é lesivo para os interesses do nosso concelho. Mas, já vamos à sua intervenção em concreto.

Sr. Presidente de Junta de Almagreira, sobre o Programa MAREESS: o Programa MAREESS foi um programa criado pela Segurança Social, que particularmente procurava criar condições para que as CIM's ou os Municípios pudessem recrutar, em candidatura



MUNICÍPIO DE POMBAL

apresentada à Segurança Social, recursos humanos para reforçar os efetivos de técnicos superiores e assistentes de serviços gerais para lares, e portanto, termos aqui alguma capacidade de reforçar os meios humanos que existiam. Isto é complementar às estruturas de intervenção rápida da Segurança Social, que nunca chegaram a atuar em Pombal, e que também são escassas. E nós temos seis pessoas dentro deste conjunto, quatro que estão a funcionar no Carriço e no Lar “Brilhar do Sol”, e duas que estão agora a aguardar testes para integrarem estes recursos.

Eu vou declarar-vos aquilo que disse ao Sr. Ministro, e que reitero hoje – e já o disse hoje na Câmara também, de manhã: pensar-se que criando um programa que paga o salário mínimo nacional, de pessoas que terão que estão deslocadas, a fazer trabalho por turnos, a receberem o salário mínimo nacional, e com alta vulnerabilidade a serem contaminados pelo vírus, porque vão para locais onde existe Covid-19, é criar um programa que não é mais do que isso, do que um anúncio, do que uma mera intenção, porque, na prática, só uma pessoa muito, muito desesperada é que diria que sim. E nós aqui temos que pôr, de facto, estes bravos cidadãos Pombalenses, que se disponibilizam com grande altruísmo. Mas, se se procurasse, efetivamente, resolver o problema, pagava-se mais às pessoas – ainda por cima com contratos que têm a duração de um mês – um mês – e portanto, isto é uma solução que não serve para coisa nenhuma. Era preferível ser um contrato de três meses, a pagar o dobro, e ter as pessoas todas disponíveis, e as coisas a funcionar, do que andarmos aqui a fingir que andamos a brincar à Segurança Social, porque isto não é coisa nenhuma – vão-me desculpar a franqueza, e até alguma indignação. Já o disse várias vezes, e toda a gente chuta para o lado: “Isto é um problema da Segurança Social, isto tem que ser articulado”, assim e assado, e os meses vão passando, e o problema vai subsistindo. E o que nós sabemos todos, nos contatos que temos com as IPSS’s, em que somos sócios, das irmandades da Misericórdia, e por aí fora, é que os recursos vão escasseando, há pessoas que ficam doentes, há faltas, há férias, há licenças, há cansaço, é preciso reforço, e as coisas teimam em ser resolvidas.

Sobre a pergunta relativa a quem valida a Covid no concelho, evidentemente que é a Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral. E portanto, sob o ponto de vista tutelar, não há dívida nenhuma de que não tendo aqui a figura nomeada do Delegado de Saúde, há uma pessoa investida de autoridade da Delegação de Saúde que o faz, e neste caso concreto, será a Dra. Odete Mendes, que por acaso é uma conterrânea nossa, é de Pombal, pese embora estar a cumprir a missão de Coordenadora de Saúde Pública no ACES do Pinhal Litoral.

A circunstância dos transportes escolares, que aqui trouxe, não pode ser entendida como não havendo transportes; os transportes são feitos pela Junta, não são feitos é na rede de transportes escolares, no que diz respeito às Barbas Novas e aos Bonitos.

E sobre essa discrepância aqui assinalada, sobre por que é que os alunos que estão a menos de três quilómetros em Pombal podem usufruir do Pombus, e portanto, terem uma situação de tratamento diferente, a razão é muito simples: se o Pombus também existisse em Almagreira, seria exatamente a mesma coisa – aliás, o Pombus já existe em Almagreira, porque ele faz a parte dos Barros da Paz. Mas, tem a ver com a circunstância de que o Pombus é uma estrutura municipal que está paga quando começa a funcionar, e portanto, a utilização de mais um ou menos um utilizador, para nós, dentro da escolaridade obrigatória, não nos acresce especial encargo – que não seja a emissão do respetivo cartão – e no caso



MUNICÍPIO DE POMBAL

concreto de termos essa solução em espaços onde não existem redes, e que temos de as criar de propósito, obriga-nos a uma despesa acessória, e nós já estamos aqui a ser bastante mais tolerantes do que a própria Lei, porque se a memória não me falha, já estamos – desde há muitos anos, aliás, já há mais de dez anos, ou vinte anos, que não estamos a fazer os transportes aos três quilómetros, como a Lei determina, mas aos dois ponto sete quilómetros, com um desconto de 10% relativamente àquilo que são as distâncias previstas.

Deputada Liliana, eu não sei quem é que emitiu essa fatura. Se foi o Município, tenho imenso gosto em poder explicar-lhe, pedindo a respetiva explicação; se não foi o Município, provavelmente tem que pedir à entidade que passou.

Sobre aquilo que já não é a primeira vez que traz aqui, que possa constituir a disputa política – absolutamente legítima, aliás – dentro da Assembleia de Freguesia de Vila Cã, deixe isso para a Assembleia de Freguesia de Vila Cã, aqui é a Assembleia Municipal, e os assuntos que são aqui tratados não têm a ver com os assuntos que aqui quis trazer.

Deixe-me dizer-lhe que, nesta fase, estou muito mais preocupado em resolver o problema dos terrenos e resolver a construção, do que propriamente andar aqui a fazer uma “caça às bruxas”, ou aos bruxos. Não é isso que é particularmente relevante, porque a obra, quero que continue, quero que acabe, quero que cumpra o prazo, quero que tenha financiamento comunitário, e portanto, temos que trabalhar para que isso aconteça.

Se isso é relevante dentro da freguesia, faça o favor de proceder da forma adequada.

Sr. Deputado João Antunes dos Santos: de facto, as preocupações de mantermos cidadãos com especial vulnerabilidade no seu território são uma política desta Câmara há décadas, e bem, e isso resulta precisamente de procurarmos que as pessoas não sejam desenquadradas do seu local de crescimento. E portanto, desde há muitos anos que temos um plano de recuperação de habitações degradadas, quando estamos perante cidadãos economicamente carenciados, e estamos a encontrar soluções alternativas que possam também não ser muito pesadas financeiramente para o Município, e aquelas soluções de casas com rodas têm-se agora apresentado como boas soluções, onde com tipologias T1, T2, ou até T3, se for caso disso, conseguimos de forma prática, rápida, com ligação às redes e infraestruturas de água e saneamento (se existirem), e energia elétrica, termos rapidamente uma solução que, no caso, depois, de as famílias deixarem de existir, volta a ser utilizada, dentro da utilização do património municipal, não havendo casos em que temos investimentos de 30.000€, 40.000€ ou 50.000€, e depois há ali uma transmissão por herança, por morte do eventual beneficiário, ou a sua decisão, quando vai para um lar, ou situação do género, como já aconteceu.

Quero felicitar também aqui as palavras da Sra. Presidente Sandra Barros sobre a questão de todo este projeto, nomeadamente o interesse turístico no caso das Corujeiras, e da intervenção toda que foi desenvolvida.

E sobre a pergunta da Sra. Eng.^a Célia Cavalheiro, sobre o contrato-promessa, se ler o contrato-promessa – aliás, aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal – não tem cláusula penal, isto é, as partes afastaram qualquer clausulado penal, no caso de o contrato-promessa não ser efetivado. E portanto, com esta resposta digo-lhe que na quebra do contrato-promessa, as partes entenderam que não tinham nenhuma cláusula penal associada.

Voltando à questão do Centro de Saúde, aquilo que tem sido subscrito por nós, e que eu mantenho, é que se nós dermos imediato uso ao Centro de Saúde do Louriçal, amanhã



MUNICÍPIO DE POMBAL

perdemos o direito à candidatura europeia, perdemos direito a financiar o que já construímos, perdemos direito a financiar o equipamento que tem que ser lá colocado pela ARS – aliás, ele não fazia parte da empreitada porque, tradicionalmente, é a ARS que faz o equipamento dos respetivos Centros de Saúde, é a ARS que identifica, dentro do seu programa funcional, o mobiliário de cada sala, de cada instalação que serve o público, ou os médicos, ou os enfermeiros, ou os administrativos. E portanto, esse trabalho está concluído, essa comunicação já foi remetida para a própria ARS, estamos a aguardar, dentro da negociação, que esse protocolo seja efetivado, e que concluamos, com o acordo das partes, este projeto, e que se lance, entretanto, a aquisição deste equipamento. Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.

Terminado que está este ponto, vamos passar ao Ponto n.º 2.2.”

Ponto 2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento Municipal para o ano de 2021 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2022-25 (e respetivos anexos)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, passar aos pontos seguintes. Queria dizer-vos que o Ponto n.º 2.2, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento Municipal para o ano de 2021 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2022-25 (e respetivos anexos), e o Ponto n.º 2.3, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2021-25, vão ser discutidos em conjunto, e vão ser votados em separado.

Então, estão abertas as inscrições para os Pontos n.º 2.2 e 2.3. Podemos encerrar as inscrições? Etão encerradas.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Aires da Ponte, se faz favor.

Aires da Ponte (NMPH):

“Este Plano e Orçamento para 2021 encerra um ciclo de governação no nosso concelho, em cujo conteúdo nós não nos revemos. Pese embora algumas obras constantes destes documentos fazerem igualmente parte do nosso Movimento, não são, contudo, suficientes para merecer o nosso apoio.

A nossa opinião é que os grandes projetos continuam em banho-maria, nomeadamente a criação de algumas condições para a aposta no desenvolvimento económico do concelho, através da fixação de pessoas e empresas que criem emprego na área da indústria, serviços e turismo, razão pela qual o nosso voto será contra.

Termino, desejando umas boas festas e um feliz ano novo a todos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado Aires da Ponte. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Daniel Ferreira, se faz favor.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Muito boa tarde, mais uma vez.

A minha intervenção vem pela necessidade de reforçar o pedido, e infelizmente, nota-se neste Orçamento que o passeio ribeirinho para a margem esquerda do Rio Arunca só está para 2023, e como isto é algo que nós já desejamos, que a Freguesia de Vermoil já deseja há algum tempo, fico um bocadinho triste que isto não esteja no próximo ano de 2021.

Queria questionar sobre dois projetos que já vêm desde o início do mandato, que eu não os vejo aí presentes – acredito que não estejam patentes diretamente pelo nome – que são as obras de reabilitação da Escola de Vermoil, e a zona desportiva do campo de Vermoil. Questiono se elas estão consideradas neste Orçamento, em rubricas diferentes, que não estejam indicadas com este nome.

Aproveito – e há bocado passou-me – para agradecer a visita do Camião de Natal e do carrilhão, que há pouco falei das iluminações, mas estas não podiam deixar de ser mencionadas. E obviamente, gostaria que isso se repetisse para o ano, porque acho que foi de extrema importância a descentralização do natal, ou da Cidade do Natal, para as freguesias.

E agradecer – para não estar a entrar outra vez, mais à frente – agradecer os apoios que a Câmara nos tem dado.

E desejar a todos um bom natal e um próspero ano de 2021, a ver se deixamos de ter esta pandemia que tanto nos preocupa e tanto nos assola.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente, Daniel Ferreira. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Coucelo, se faz favor.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Muito obrigado.

Como todos sabem, o Orçamento Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos são instrumento fundamental para o exercício das novas funções autárquicas, em que nós, naturalmente, temos uma participação crítica, e percebemos, pelo evoluir dos anos transatos, se temos razão, ou não, para acreditar nas propostas que nos são apresentados, a nós e aos municípios também, e avaliamos aí a capacidade de concretização que a Câmara tem para os fazer.

É evidente que há uma componente orçamental financeira, e há uma componente de planeamento e de definição de prioridades, que todos os anos vem aqui, e naturalmente são discutidas entre nós, porque, como já ouvimos anteriormente, para uns, a primeira prioridade seria a obra tal, e para outros, seriam outro tipo de obras diferentes, ou investimentos diferentes. Mas, é preciso que tenhamos, pelo menos – na minha opinião, naturalmente, sujeita a crítica e a comentário – é bom que nós tenhamos algo que sustente a capacidade de acreditar naquilo que nos é apresentado.

E para introdução ao Orçamento para o próximo ano, eu volto a frisar – e é importante realçar – alguns elementos que caracterizam a nossa autarquia, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – como já hoje aqui foi falado. Pombal é o terceiro Município do país com maior equilíbrio orçamental – isto significa que temos capacidade de fazer; ocupa a trigésima quarta posição nacional, e a segunda nos Municípios do Distrito de Leiria, entre todo o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima –



MUNICÍPIO DE POMBAL

representa 4.200.000€ que ficaram nas famílias, isto em 2019. Isto significa que temos um Orçamento que, ao mesmo tempo, consegue diminuir a carga fiscal sobre as famílias, e portanto, temos uma receita que está influenciada por esta capacidade que a Câmara tem de devolver às famílias verbas para melhor viverem. E também ocupa a mesma posição na tabela dos Municípios com menor peso de pagamentos em despesas de pessoal na despesa total – significa que não temos uma Câmara despesista – e vamos hoje aprovar um novo Mapa de Pessoal – não temos uma Câmara despesista em termos de despesas com pessoal, como acontece com muitas Câmaras, sobretudo as do sul do país, no Alentejo. E Pombal ocupa o trigésimo primeiro lugar, a nível nacional, com maior volume de investimento entre todas as autarquias, pago em 2019, e ocupa o primeiro lugar neste ranking no Distrito de Leiria.

Isto significa, meus senhores, que quando estamos a avaliar o que nos é apresentado hoje, como o Orçamento para 2021, que esta Câmara já provou que tem capacidade de investimento, tem capacidade de realizar obra, e aquilo que define como prioridades, é capaz de fazer.

No ranking global dos Municípios de média dimensão, está na lista dos cem melhores, Pombal ocupa a décima quinta posição – e a terceira a nível distrital.

Eu não quis deixar de frisar estes aspetos porque é neste contexto, no meu entender, muito positivo, no que diz respeito ao cumprimento de metas orçamentais, execução do Plano de Investimento e Equilíbrio Financeiro, que se propõe uma sucinta análise do Orçamento para 2021, das GOP's e do Plano de Ação Municipal.

Portanto, este Orçamento, como está referido nos documentos que o sustentam, é, por um lado, de continuidade no investimento, de conclusão de investimentos na Carta Educativa, por exemplo, completando a instalação de todos os alunos em centros escolares, e também é um Orçamento de inovação no campo social, com reforço de equipamentos, de disponibilização de rede de apoio social, é também no turismo, na habitação, na ação social e na sustentabilidade ambiental.

Como todos sabemos, o ano de 2021 está globalmente marcado por um elevado nível de incerteza, em termos macroeconómicos, fruto do impacto que a pandemia tem a nível nacional e internacional, condicionando algumas previsões em termos orçamentais e financeiros, a que, naturalmente, as autarquias também não estão imunes.

Contudo, no orçamento da receita, verificamos que se mantém um nível equilibrado, algo inferior ao ano anterior, e a despeito, ainda assim, de uma continuada redução das receitas fiscais por parte do Município, como eu já frisei anteriormente. As receitas de capital estimadas são também num montante sobreponível ao do ano de 2019.

Neste âmbito, temos que ter em atenção que há várias candidaturas em curso ao Quadro Comunitário Portugal 2020 e a projetos de fundo autónomo do Estado, encontrando-se ainda algumas candidaturas em análise, e que quando aprovadas – como esperamos – darão lugar a uma alteração orçamental modificativa, pelo valor correspondente à participação a aprovar.

Chama-se também à atenção o impacto financeiro que houve com a contração do empréstimo bancário, no montante de 5.192.000€, que é destinado ao financiamento das novas redes de saneamento, e que correspondem a 85% do valor da empreitada, que são dois processos que são mencionados nos documentos que nos foram fornecidos, que é o Processo n.º 21/2020 e o Processo n.º 23/2020, que têm um valor de investimento superior



MUNICÍPIO DE POMBAL

a 6.200.000€. Portanto, naquilo que são as previsões de investimento, as prioridades definidas pela Câmara Municipal, está o saneamento básico como uma das áreas prioritárias, o que, para um concelho como o de Pombal, com a área que tem, e com as insuficiências que ainda tem, é, naturalmente, um facto a valorizar e a realçar aqui neste momento.

No que diz respeito ao orçamento da despesa, as despesas correntes totais cifram-se à volta dos 21.000.000€, e as despesas de capital, 21.655.000€, para uma despesa total na ordem dos 43.000.000€, que coincide mais ou menos com os valores – não os comparei em absoluto – ou com os níveis do ano transato.

Gostava de realçar aqui, na rubrica das regras orçamentais e da dívida, no que diz respeito ao equilíbrio corrente, que se verifica que a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é de 12.608.944€, que é o saldo positivo corrente, é a poupança prevista, já com a amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, o que é extremamente salutar.

A capacidade de endividamento da Câmara continua – como seria de esperar – num nível bastante elevado, representando neste momento uma folga de cerca de 45.000.000€, relativamente ao valor limite que é imposto à dívida total.

No que se refere às Grandes Opções do Plano, PPI e PAM, as atividades que estão essencialmente previstas englobam as áreas da educação, saneamento básico e ambiente, com múltiplas iniciativas que eu não vou discriminar, mas que no caso do PPI, que são no montante de 20.846.000€, englobam principalmente atividades no âmbito do PEDU, na construção de novos centros escolares, na beneficiação da rede viária, em infraestruturas de drenagem de águas residuais, em infraestruturas turísticas, que vão do Osso da Baleia até à Sicó, e por aí fora. E naturalmente que o PAM contempla essencialmente projetos na área educativa, os apoios às Juntas de Freguesia, a ação social, atividades culturais e o Plano de Desenvolvimento Turístico de Pombal, que me parece ser uma iniciativa extremamente importante.

É óbvio que o PPI tem obras e planos de investimento que poderão não estar ao agrado de toda a gente – para o ano de 2021, alguns de extrema importância, sim, mas para 2022 e 2023, alguns projetos que alguns de nós gostariam de ver já em 2021. É óbvio que por uma questão de opções camarárias, mas também usando de uma regra de precaução que sempre é boa nos momentos difíceis do panorama nacional, é evidente que as opções de investimento constantes das GOP's, PPI e PAM são, no meu entender, acertadas e consistentes com o já previsto em 2019. Não é, nem pode ser, um Orçamento eleitoralista – já aqui foi falado o aspeto eleitoralista de uma determinada iniciativa da Câmara, que mais à frente, no ponto próprio, tratarei de explicar e rebater – e não é um Orçamento eleitoralista pela coerência que demonstra com os anos anteriores, e pela capacidade de realização demonstrada nos últimos exercícios deste mandato, como nós sempre temos verificado quando temos que analisar os relatórios de atividades e contas do ano anterior. Contrariamente ao que se vai passando no Governo, com as suas hesitações, incoerências, dessintonizações e acontecimentos infaustos, que ultimamente têm vindo a lume, e dos quais não nos orgulhamos nada, nós, em Pombal, felizmente não precisamos acionar nenhum botão de pânico; quem tem que o acionar é o Governo, e será, no meu entender, a breve prazo.

Proponho, assim, a aprovação deste Plano pelo Grupo Parlamentar do PSD, e espero que pelos meus restantes colegas de Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Também vou ser rápido.

Aqui, só para enaltecer – e o Dr. João Coucelo já o referiu, como não podia deixar de ser – é dito e está escrito no documento, ampla estratégia de investimento a nível de saneamento básico, que as obras – e segundo informação, e aqui também o Vereador Pedro Murteira, o próprio empenho que tem demonstrado nesta questão, e lembrar que os lugares da Assanha da Paz, Barros da Paz, Reguengo, Gregórios, Penedos, Bonitos, S. João da Ribeira, só na Freguesia de Almagreira, serão contemplados com esta obra. E como diziam há bocadinho, os prémios não são só bandeiras; no fundo, a bandeira verde, depois, na prática, tem que ter esta consequência – ou seja, ninguém acreditaria, e o Dr. João Coucelo já disse há bocadinho, ninguém confiaria numa Câmara se não concretizasse – ou seja, não é só ter ideias, não é só ter os planos, mas o que os cidadãos esperam da Câmara, neste caso, é que concretize. E aqui é um dos exemplos, e tenho que o referir, são muitos milhões em 2021 e anos seguintes, na Freguesia de Almagreira e não só, nas freguesias vizinhas, mas que é uma obra, do meu ponto de vista, e do ponto de vista dos Almagreirenses, fundamental para melhorar a qualidade de vida, e para tornar digno o facto de habitar nos aqueles territórios.

Depois, uma nota também aqui para um investimento que eu verifiquei aqui nas GOP's, a asfaldagem dos caminhos, são 137.000€ que estão aqui contemplados, previstos para 2021. E também dar essa nota, esse agradecimento ao Município, porque, no fundo, trata-se de vias que não são vias com muita extensão, mas servem habitações; são pessoas que há vários anos, há várias dezenas de anos, habitam em zonas em que o acesso é feito por autênticos carreiros ou estradas de terra batida. Para os dias de hoje, acho que nenhum de nós gostaria de viver naquelas condições. E também dar esta nota, para que em 2021, de facto, essa concretização chegue a essas pessoas, que bem merecem.

Depois, aqui um alerta – no fundo, é um alerta – que eu verifico que há aqui uma verba de 80.000€ que está destinada à requalificação da ponte sobre o Rio Arunca, tem execução prevista para 2024. O que eu peço – e penso que o Município tem estado a acompanhar e a monitorizar aquela obra de arte, aquela ponte – é para que se for mesmo assim, que se faça esta monitorização, para não termos chatices, para que em termos de segurança rodoviária, seja acautelada toda aquela infraestrutura, porque, no fundo, é uma ligação entre a Freguesia da Pelariga e Almagreira, e que é usada diariamente por muitas pessoas, quer veículos pesados, quer ligeiros. Então, fica aqui esta nota.

O que eu não encontrei, e já aqui foi referido, encontrei as coberturas, a substituição, e bem, das coberturas de amianto nas escolas – e falou-se há bocadinho na questão dos centros escolares, e o aumento da prática desportiva, mas para isso era preciso termos os espaços. E nós, no Centro Escolar em Almagreira, é uma lacuna de projeto, não fomos contemplados com a tal cobertura. E deixo aqui outra vez este alerta, e a Junta de Freguesia está disponível para ajudar a resolver este problema, ainda neste ano letivo, estamos aqui e é uma expectativa que o Centro Escolar tem – ainda agora, na primeira reunião que houve do Conselho Eco-Escolas, no Centro Escolar, foi um dos assuntos que eu tive que ouvir, e que



MUNICÍPIO DE POMBAL

tive que defender esta questão, e estamos ao lado do Município para, em 2021 – porque em 2020 já vai ser difícil – resolver esta questão, e no fundo, promover esta prática desportiva, que na minha opinião, está a fazer muita falta às nossas crianças, por tudo isto, e não só – ou seja, as crianças estão a ser amputadas de uma necessidade que elas próprias – e nós todos, como é óbvio, teríamos de fazer muito mais exercício físico para sermos mais saudáveis, por essa via.

E para não me alongar muito, só uma nota também positiva, e um reconhecimento também pelo trabalho – e aqui falo em nomes, porque, às vezes, é preferível falar nas pessoas, porque assim mais rapidamente conseguimos chegar lá, o Eng.º Carreira, da PMU, e o próprio Vereador Pedro Murtinho, no fundo, pela concretização também de um projeto que nós já há alguns anos vínhamos lutando, que era a manutenção e a beneficiação das linhas de água, e falo aqui, quer no Rio Arunca, quer em todas aquelas ribeiras que derivam para o Rio Arunca, porque se fala – e também está nos documentos – no tal Plano de Prevenção de Cheias e Inundações, que o Município tem, e bem. E o que eu espero é que em 2021, e anos seguintes, este plano passe para a prática, e nós, todos os anos, consigamos no terreno executar estas limpezas, porque só quem não viu – e se tiverem curiosidade, passem, por exemplo, na zona de Lagares, e percebam o trabalho que está ali feito, em que o objetivo, como é óbvio, era tentar estender estes trabalhos a outras ribeiras e outras linhas de água que nos preocupam, e preocupam basicamente as pessoas que vivem junto delas, para que não tenhamos alguma surpresa menos agradável.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Ferreira, se faz favor.”

João Ferreira (NMPH) ---

“Muito obrigado. Boa tarde a todos.

Dizer que da análise deste Orçamento, entendemos que é um Orçamento de continuidade, no sentido – e há uma questão que não é criticável, que é o facto de este Orçamento atender ao programa eleitoral do Executivo Camarário, e portanto, não podemos criticar essa situação. Dizer que é importante, como referia o Dr. João Coucelo, a questão do equilíbrio financeiro, a questão da capacidade de endividamento, ainda mais num tempo de crise como a atual que passamos, é muito importante ter uma Câmara Municipal sólida. Contudo, também é preciso analisar as coisas do ponto de vista do longo prazo, e creio que a longo prazo, um Orçamento que contempla 0,9% do global dos 43.000.000€ para a indústria, ou que contempla 5% para o turismo, quando são duas áreas potenciais para cativar pessoas para viver no concelho, quando o concelho está a perder população, quando todos os dias dizemos que queremos ter mais emprego, quando todos os dias dizemos que queremos crescer, etc., creio que o nosso Movimento que fica muito aquém daquilo que se poderia fazer. E considerando esta solidez financeira, creio que fica muito aquém daquilo que se poderia materializar em termos de crescimento.

Por outro lado, é verdade que os impostos não estão no máximo que se pode cobrar, e ainda bem, mas também é verdade que o crescimento dos custos com pessoal – que eu entendo que provavelmente são necessários, não vou criticar essa situação, mas se os custos com pessoal crescem a um ritmo de 8%, se a receita da Câmara diminui, se o investimento para ter mais



MUNICÍPIO DE POMBAL

receita não se faz, então não sei, mas acho que a longo prazo pecamos, estamos a ser um pouco pobres nessa ambição, creio que falta ambição a este Orçamento.

E desse ponto de vista, como isto não se coaduna com o que defende o Narciso Mota – Pombal Humano, não nos identificamos com isto.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Vamos ver se agora a Sra. Deputada Elisabete Alves já pode fazer a sua intervenção.”

Elisabete Alves (PS):

“Eu vou tentar ser rápida, para ver se consigo fazer a minha intervenção.

Em primeiro lugar, só dar nota de que o meu nome não está correto, este portátil tinha sessão iniciada pela Odete Alves, por isso é que assumiu este nome. É por isso que consta esse nome aqui.

Depois, dizer que apresento os meus cumprimentos a todos, na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, deixando votos de bom natal e de bom ano, com muita saúde, para todos.

Relativamente a estes dois pontos que estão em análise, no documento do Orçamento Municipal para o ano de 2021, refere-se que é um Orçamento de continuidade no investimento, diz aqui que é com reforços no saneamento básico, rede viária, turismo, educação e ação social, diz que é de continuidade na captação de investimento e de empresas, que é de conclusão de investimentos previstos na Carta Educativa, e de inovação no campo social, no turismo, na habitação, na ação social e na sustentabilidade e vida ambiental, dinamização de projetos inovadores.

Diz também no documento que neste período, o Município terá especial empenho na disponibilização de meios e recursos para auxiliar a comunidade e instituições a mitigar os efeitos resultantes da pandemia, apoiando, na medida do legalmente possível, os nossos comerciantes, empresários e empresas.

Ora, em primeiro lugar, da análise que fizemos, parece-nos que é um Orçamento que tem uma visão muito otimista para o ano de 2021, e ignora completamente os efeitos da pandemia. Veja-se que no ponto (...) dotações iniciais é inscrito um valor...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não estamos a conseguir ouvi-la. Sra. Deputada Elisabete Alves, eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão, e a senhora, depois, conclui a sua intervenção. Pode ser? Sr. Deputado Henrique Falcão, se faz favor.”

Henrique Falcão (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora bem, relativamente a estes dois pontos, eu queria dizer, em nome dos deputados eleitos pelo CDS à Assembleia Municipal o seguinte: nós acompanhámos todo o processo, através também do Direito de Oposição, participámos das reuniões com o Sr. Presidente da Câmara, discutimos, ouvimos as opiniões do Sr. Presidente da Câmara, tivemos oportunidade também de transmitir as nossas ideias, depois enviámos até algumas sugestões.

E portanto, a análise e o nosso contributo para este Orçamento e para estas opções foram transmitidos ao Executivo, que é representando pela maioria, e que assume a responsabilidade da sua execução e da sua escolha. Portanto, fizemos sugestões, nesse sentido, é claro que opinámos aquilo que nos pareceu que deveríamos opinar, fizemos



MUNICÍPIO DE POMBAL

algumas críticas sobre outros assuntos. E portanto, nesta sessão, e concretamente agora, para esta votação, entendemos que, como órgão fiscalizador, não nos compete estar a fazer uma oposição sobre as decisões que levaram este Executivo a fazer este Orçamento desta maneira. Analisámos a questão legal, se foram cumpridos os formalismos legais – e já vimos que sim, e portanto, não há aqui nada que nos leve a ter uma posição contra este Orçamento. É evidente que as decisões foram tomadas pelo Executivo, e nesse sentido, nós vamos votar favoravelmente estes dois pontos.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, será agora que vamos concluir a sua intervenção”

Elisabete Alves (PS):

“Tive que mudar de computador.

Eu ia aqui iniciar a análise que fizemos aos documentos. Dizer que, em primeiro lugar, nos parece que o Orçamento tem uma visão muito otimista do ano de 2021, e ignora os efeitos da pandemia. Veja-se que no Ponto n.º 2.2.1 das dotações iniciais é inscrito um valor de 10.000€ para apoio à implementação de medidas de combate à Covid, sendo 5.000€ para as freguesias, e os restantes 5.000€ para as IPSS's. Não existe no documento a explicação objetiva das medidas a levar a efeito, nem no referido documento se verifica o adequado pacote financeiro a disponibilizar – o adequado pacote financeiro.

No Orçamento e para fazer face aos tais efeitos nefastos da pandemia, é necessário um plano de investimento avultado, adequado, para assegurar a capacidade produtiva dos setores afetados – a restauração e bebidas, o comércio tradicional, empresas turísticas e agentes culturais, entre outros. É necessário reforçar as medidas de apoio do Governo a estes setores, com apoios a fundo perdido, com a atribuição de vales de compras para incentivar o consumo, é preciso diagnosticar os agregados familiares e estabelecer medidas de suporte de despesas básicas, é preciso aumentar o valor para a concessão de bolsas de estudo para famílias em dificuldades.

Em matéria referente aos impostos diretos, verifica-se um aumento de 482.275€, essencialmente de IMI, IMT, Derrama e IUC, passando de uma receita total de 10.068.173€, em 2020, para 10.550.438€, representando estes impostos 24,25% do total da receita. De notar que a Câmara prevê cobrar a média da cobrança dos últimos vinte e quatro meses para estes impostos. Ora, com a queda acentuada dos lucros dos vários setores de atividade – que, na verdade, passaram a ter prejuízos – aliada ao facto de, ao nível da receita de impostos, se verificar alargamentos de prazos de pagamento, conforme previsto na Legislação Covid em vigor, os reflexos ao nível do investimento privado são e serão bastante acentuados, com especial quebra no mercado imobiliário, quer ao nível de operações, quer da perda de rendimentos das famílias e das empresas. Parece-nos que falta aqui algum realismo.

Da análise dos documentos previsionais podemos perceber também que a receita proveniente dos fundos comunitários e nacionais tem um peso reduzido no orçamento da receita municipal para 2021, o que, mais uma vez dizemos, demonstra alguma incapacidade de captação desses fundos.

No que respeita à promoção turística e ao investimento e estímulo à atividade económica, quando analisamos os valores de cada uma destas rubricas, quer no PPI, quer no PAM,



MUNICÍPIO DE POMBAL

percebemos mais uma vez que não existe uma forte aposta no estímulo à economia, nem ao turismo. São adiadas obras de extrema importância, como o Parque Verde da Cidade, a bacia de amortecimento de águas a nascente e as obras de correção de descargas pluviais na zona urbana da cidade, a reabilitação da Casa Mota Pinto, a limpeza e requalificação do Rio Anços e Ourão, o centro funerário, a construção de pavilhão multiusos em Pombal e Guia, a requalificação da praça fechada da Guia, a expansão do Parque Industrial Manuel da Mota, a passagem inferior pedonal da Rua do Seixo, a passagem inferior da Linha do Norte, a Marechal Spínola às Cegonhas, Centro de Proteção Civil, o Mercado do Peixe do Lourçal, o turismo nas freguesias. Espera-se, de facto, que a expansão do Parque Industrial da Guia seja uma realidade, e que as obras de beneficiação na Formiga também o sejam. Estranha-se também a fraca dotação prevista para a criação de polos empresariais nas freguesias para 2021. Verifica-se que a expansão e otimização da rede Pombus não apresenta qualquer previsão para os próximos cinco anos. Esperamos que a implementação da Rota das Figuras Históricas seja realmente uma realidade já para 2021 – no ano passado havia dotação, e não ocorreu – e o Parque de Campismo do Osso da Baleia, perguntamos se a Câmara desistiu dessa ideia.

A Casa da Guarda do Norte continua também a não ter destino. A despesa prevista para a promoção do turismo e valorização das praias é, apesar de tudo, reduzida, face à importância deste pilar da economia do nosso território – e de qualquer território. No Plano de Atividades Municipais, o fomento à fixação de empresas não tem qualquer dotação para o ano de 2021, e para o Gabinete do Investidor, o que revela a falta de estratégia do Executivo para atração de investimento capaz de criar empregos mais bem remunerados, e desse modo fixar população mais jovem e qualificada. A vocação desse gabinete devia ser a captação de investimento. Nada se diz acerca da criação de uma nova Unidade de Cuidados Continuados, a Câmara ignora a necessidade de fixar uma instituição de ensino superior em Pombal, a importância de criar uma incubadora de empresas, o aproveitamento da fileira florestal do nosso concelho, instalando aqui uma central de biomassa.

No que toca à coesão territorial, as políticas de proximidade devem ir muito além do reforço dos meios financeiros às freguesias – apesar de importante, é insuficiente (...) falar de política articulada para o concelho.

Em conclusão, quanto aos documentos em análise, vemos apenas um conjunto de medidas avulsas, sem qualquer justificação política que nos permita perceber qual é o caminho. A Câmara tem vindo a arrastar, em sucessivos Orçamentos anuais, as mesmas obras, investimentos, não as concluindo ano após ano. Eu lembro, a título de exemplo, o saneamento básico que é uma situação que já deveria estar concluída há muitos anos, e agora, neste momento, tivemos que nos financiar, com as inerentes dificuldades que vão ficar para as gerações e Executivos futuros. Perguntamos se estas obras eram todas para decorrer em 2021, ano de eleições, ou não existiu capacidade de as levar a efeito aquando da primeira inserção em Orçamento anual. Há incapacidade de planeamento? Parece-nos que sim.

Por outro lado, verificamos que o Sr. Presidente, no que toca a investimentos de empresas, alargamentos de instalações e em instalações novas, em parques industriais, pretende retirar os louros dessas iniciativas, que nada têm a ver com a iniciativa da Câmara, mas com o esforço e o empenhamento dos empresários, que com verdadeira capacidade de gestão, têm a iniciativa de se instalar ou de alargar as suas instalações. Foi com bastante



MUNICÍPIO DE POMBAL

perplexidade que vi o Sr. Presidente, numa Assembleia que tivemos este ano, no auditório da biblioteca, a passar um Power Point de imagens dessas empresas, com o intuito de aí demonstrar a sua capacidade de gerar investimentos, ou de captar investimentos, quando, na realidade, é a capacidade dos empresários em causa, de investir e de terem capacidade de gestão para crescer e instalarem as suas empresas, e alargarem essas mesmas empresas. Lembro também (...) a sua capacidade de trazer investimento (...) ou era um investimento que vinha da América Latina, há uns anos atrás, ou eram empresas tecnológicas que vinham para a Guia, e na verdade, nada disso aconteceu. Há uma falta de abraçar projetos e estratégias capazes de se adequar aos tempos atuais e às necessidades (...) a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação e da saúde, ou pelo menos num deles, para já, decerto teve muito tempo para se preparar para esse efeito, e outros Municípios já o fizeram, porque se pretende assegurar uma melhoria dos serviços de proximidade com a população. E se o Sr. Presidente critica frequentemente o Governo – ainda hoje o fez – na gestão desses serviços, por que motivo não os aceita, quando o Governo lhos pretende entregar?

O Orçamento e as Grandes Opções mantêm a ausência de um caminho estruturado para o desenvolvimento económico e turismo, que permitam mudar os números do empobrecimento do concelho, dos baixos salários, do baixo poder de compra, da perda da população e da falta de jovens no concelho.

Assim, e pese embora o Executivo tenha integrado algumas propostas apresentadas pelo Partido Socialista, entendemos que, no essencial, revela uma tremenda falta de estratégia para o concelho, e por isso vamos votar contra estes documentos, justificando o nosso voto contra.

É só. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Elisabete Alves. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Diogo Mateus.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu vou também, então, tentar responder a algumas das questões.

Este é o oitavo Orçamento, é o oitavo Plano Plurianual de Investimentos, Grandes Opções do Plano e Plano de Atividades Municipais que Executivos presididos por mim submetem à Assembleia Municipal, e o quarto deste segundo mandato.

E, de facto, começando por fazer aqui uma apreciação meramente factual, eu fico contente por ter, no primeiro ano deste mandato, aprovado na Câmara o Plano de Atividades e Orçamento com cinco votos a favor, e quatro votos contra, e de terminar o mandato com cinco votos a favor na Câmara, duas abstenções, e dois votos contra, sendo que conseguimos essa coisa extraordinária, que é ter o Movimento Narciso Mota com um Vereador a votar a favor, um a votar contra, e outro a abster-se. E portanto, nota-se aqui uma adesão àquilo que foram as opções políticas que temos seguido, e isto é bastante positivo.

O Sr. Presidente da Junta de Vermoil fez aqui uma observação sobre a Escola de Vermoil. A Escola de Vermoil, Sr. Presidente, como sabe, integra um projeto que está programado, a Junta de Freguesia de Vermoil optou por fazer um cálculo sobre as características da intervenção a realizar, que foram quantificadas em cerca de 90.000€. Na altura, optou-se por ser a Câmara, por proposta da Junta, a executar os trabalhos de projeto de arquitetura,



MUNICÍPIO DE POMBAL

e temos uma dotação de 200.000€ inscrita na rubrica de escolas desativadas – que é o caso – precisamente para poder dar conta desta intervenção.

A zona desportiva de Vermoil, também, Sr. Presidente, como sabe, há duas situações distintas: a primeira prende-se com o polidesportivo, que é uma intervenção municipal, e que tem que ser quantificada para se fazer a intervenção. A segunda tem a ver com uma propriedade privada da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Vermoil, que tem um conjunto de utilizadores, optámos agora por fazer a recuperação do espaço público na rua que circunda o Cemitério de Vermoil, e também, como sabe – porque também eu próprio tive que ir a Vermoil, pelo menos uma vez – a própria Direção do clube, sob o ponto de vista das características da intervenção nesse espaço que é privado, está longe de ser pacífica, porque há ali várias opiniões para serem desenvolvidas.

De qualquer modo, creio que teremos condições para tentarmos perceber todos qual é o caminho que se vai seguir, e perceber, de facto, se essa vocação, diria mais ampla, mais pública, pela qual a Junta evidentemente pugna, se se consegue, ou não, atingir nesse espaço que tem características privadas.

Eu queria agradecer muito a intervenção do Dr. João Coucelo, porque, de facto, eu acho que se tem trabalhado muito nesta casa quando, nesta altura, num ano difícil, e com as referências que o Dr. João Coucelo, que é, nesta Assembleia, calculo que o eleito que há mais anos acompanha a atividade municipal – pelas minhas contas, mais de trinta na Assembleia Municipal, tirando o período em que esteve na Junta de Freguesia de Pombal a presidir à Assembleia de Freguesia, e nessa altura não esteve aqui – quando destaca estes resultados desenvolvidos por entidades isentas, autónomas, independentes, relativamente àquilo que é a nossa posição no contexto nacional, seja no equilíbrio orçamental, seja no peso da despesa fiscal, seja nestes resultados agora do ECO XXI, seja na eficiência dos nossos recursos, que não custam, sob o ponto de vista da nossa estrutura de despesa corrente, 20% da nossa estrutura corrente não é gasta em vencimentos dos nossos recursos humanos, e nós aqui não podemos comparar-nos com aqueles Municípios que têm serviços municipalizados, e que não entram nestas contas, que têm empresas municipais que fazem a manutenção de parques habitacionais, desportivos e outro tipo de equipamentos, que têm sociedades para gerir os transportes públicos, por exemplo, e onde removem da contabilidade municipal um conjunto de indicadores. Esses estão aqui dentro desta contabilidade, e são feitos desta maneira.

E não falámos aqui daquilo que, daqui a pouco, também apreciaremos, que foi o esforço ao longo de todo este ano, construído com as Juntas de Freguesia, para aumentar as transferências para as freguesias, e fazer de uma forma consolidada, confortável para os nossos autarcas, bem discutida, bem identificada, onde ninguém tem dúvidas daquilo que está a fazer e da forma com que vai conseguir cumprir esse compromisso, dentro de uma filosofia que tem vários anos, de ir somando, eu diria quase que anualmente, novas competências e novas capacidades, para de forma tranquila e confortável, dentro da gestão de cada Junta – e elas são muito diferentes – poderem acomodar tudo isto.

E portanto, são palavras que eu quero aqui sublinhar, primeiro porque são verdade, e segundo, porque representam o trabalho de muita, muita gente, dentro de um processo que, evidentemente, se admite que outros entendam que não é estratégico, que não tem interesse nenhum, mas, de facto, os resultados estão aqui, os resultados estão à vista. Os resultados estão à vista, e não são resultados que nos comprometem num período difícil da nossa



MUNICÍPIO DE POMBAL

história, não são resultados que nos dificultam o apoio às entidades e às famílias que precisam, não são resultados que nos levem a desistir, bem antes pelo contrário, são resultados, são indicadores que nos dão esperança, que nos animam, que nos dão entusiasmo, que nos congregam à volta destes resultados, por aquilo que eles significam, e que em processo comparativo, quando olhamos para o lado, percebemos que, evidentemente, podemos fazer muitas coisas muito melhores do que aquelas que nós temos feito. Podemos, e ainda bem que podemos. Mas, olhamos para o lado e percebemos que já percorremos um caminho que outros ainda não percorreram, e já chegámos a resultados que os outros ainda não atingiram. E isso mostra uma diferença das nossas freguesias, dos nossos departamentos, das nossas secções, das nossas unidades, também da condução política, necessariamente, mas de uma cultura que esta casa foi ganhando ao longo dos tempos, que é o que lhe dá verdadeira dimensão e grande esperança para os cidadãos que temos que servir.

Obrigado também, Sr. Presidente da Junta de Almagreira, pelas observações que fez, de um conjunto de intervenções importantes que seguem outras que já se realizaram.

E o deputado João Ferreira, do NMPH, fazia aqui uma observação sobre o investimento para a indústria e percentagem para o turismo. Eu creio – e vão-me desculpar, eu também já tenho algumas Assembleias Municipais feitas como Vereador, como Presidente de Junta e como Presidente de Câmara – pode parecer profundo avaliarmos as intenções da Câmara, olhando para o quadro do investimento que está previsto, e tirar daí as conclusões; pode parecer profundo, mas não é. Não é verdade que a mobilização municipal para um determinado investimento se faça pela quantidade de dinheiro que se coloca numa determinada rubrica, para um determinado ano. E por quê? Primeiro, porque há muito trabalho feito a montante, antes de se poder fazer algum tipo de investimento, que não está aqui. Quando se projeta – vamos falar do turismo, a observação é que apenas tinha 5%; os Srs. Deputados não se podem esquecer que estamos à porta de aprovar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, amplamente discutido ao longo de 2020, com participação de muitos dos Srs. Membros da Assembleia Municipal e de outras entidades, que sofreu bastante pelas circunstâncias que vivemos nos últimos nove meses e meio, que já teve que introduzir algum tipo de reorientação, em função das novas condições que existem, e que podem, no futuro, continuar a condicionar o mercado de turismo internacional, e nós devemos ser consequentes com essa estratégia, que não é apenas aprovada pelo Presidente da Câmara; é aprovada pela Câmara, é aprovada numa determinada circunstância, e tem um plano de ação para ser cumprido. E para além daquilo que possam ser investimentos mais distintos, ou autónomos, desse plano estratégico, nós queremos executar uma estratégia através da prossecução de um plano de ação que foi previsto nessa mesma estratégia.

E portanto, há um tempo para se fazer isto, e não é porque se inscrevem não sei quantos milhões de euros que, de repente, se acha que aquela matéria é que tem interesse. Eu percebo que, sob o ponto de vista, muitas vezes, da organização política de alguma esquerda portuguesa, onde se inclui o Partido Socialista, esse seja o remédio, que é que se inunda com dinheiro, promete-se às pessoas, e depois não se faz nada, mas está lá a previsão. Eu acho que nós temos condições – e a Lei prevê-as – para fazer ao longo do mandato alterações permutativas – tira daqui, que está atrasado, e põe ali – para podermos, em função deste nível de maturidade, desenvolver estes projetos. Temos uma leitura macro?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Com certeza, por isso é que fizemos um plano estratégico, que vai ser aprovado, e que, a seguir, vai ser executado, e que, se calhar, há prioridades que nós achávamos, há um mês atrás, que eram aquelas, e se calhar hoje temos que olhar para elas e perceber que aquele hoje não é o caminho prioritário, e temos de seguir outro antes de correremos para ali.

E portanto, vale a pena pensar-se que a construção de soluções, delinear estratégias, montar parcerias, fazer projetos, comprar terrenos, fazer candidaturas, está tudo antes – tudo antes – de se fazer, objetivamente, uma execução financeira muito expressiva. Por quê? Porque este é um trabalho que também se faz aqui dentro, às vezes com consulta outsourcing, que pode ter, ou não, essa previsão orçamental, mas que até pode estar em rubricas de estudos e projetos, e executa-se através dessa rubrica.

Para além disso, há também regras que têm que ser tidas em linha de conta, sob o ponto de vista legal. Há pouco, a Sra. Deputada Elisabete Alves fazia uma referência sobre a pouca previsão de FEDER. Sra. Deputada, eu não quero com as minhas palavras ser deselegante, mas nós só podemos inscrever no nosso orçamento de receita de capital financiamentos FEDER, ou outros, com contratos de financiamento assinados. Não são intenções; antigamente era assim, hoje já não é assim, porque se eu fosse inscrever intenções nesta altura, dir-lhe-ia: “Bem, então ponha aí a intenção de candidatura e de recebermos 85% dos 2.300.000€ de investimento no Centro Escolar da Guia; ponha aí 85% de 1.500.000€ de investimento no Centro Escolar de Vila Cã; ponha aí 85% de 1.600.000€ do Centro Escolar da Pelariga; ponha aí 85% do investimento no Centro de Saúde do Louriçal, que são 800.000€”, além daqueles que estão aí, que o Dr. João observou, e bem, que são as previsões orçamentais que resultam do contrato de financiamento celebrado com a Caixa Agrícola para financiar as obras de saneamento que aqui foram destacadas, nomeadamente pelo Presidente Humberto, de Almagreira. Estas rubricas só podem inscrever-se no Orçamento com contratos de financiamento firmados. E se olharmos para isto, percebemos que, assim de repente, poderíamos pôr mais 6.000.000€, que são 6.000.000€ que se vierem, Srs. Membros da Assembleia, nesta altura, não têm destino para ir. E não têm destino para ir, por quê? Porque, objetivamente, eles não existem. Mas, se forem aprovados, e se grande parte destas obras já foram pagas – e já foram, pelo menos metade delas – significa que libertam liquidez para o Município de Pombal poder fazer outros investimentos que não estão aqui.

E por isso, há tantos anos venho repetindo que a forma com que estes Orçamentos têm sido executados nos últimos anos, e têm sido arquitetados, é muito diferente daquela que tradicionalmente existia. Nós não estamos à espera do Orçamento do ano, e deste período em concreto para o discutir, para executarmos e para planearmos; nós fazemos este exercício continuamente, ao longo de todo o ano. Por quê? Porque esta é uma altura para nós alinharmos este conjunto de investimentos. E portanto, quando nós olhamos para a quantidade de obras que transitam do ano anterior, de 2020, para o ano de 2021, os senhores percebem que são muito mais do que aquela extensa relação de obras que a Dra. Elisabete aqui acabou por trazer, dizendo que estas é que são importantes, e estas é que não estão a ser feitas. Mas, importante para mim é o Centro Escolar da Guia, e o Centro Escolar de Vila Cã, e o CIMU-Sicó, e o Centro de Formação da CERCIPOM, e a requalificação urbana da Várzea, e a requalificação da envolvente do Convento do Carmo, e o saneamento dos Barros da Paz, e o saneamento da Foz e do Vale das Moitas, e a elevatória dos Alhais, e a reparação e manutenção de condutas, e a redução das perdas de água, e a requalificação da 348, e a



MUNICÍPIO DE POMBAL

da 532, das Barrocas para as Boldrarias, e o saneamento do Casal da Rola, e a requalificação urbanística da Ranha de Baixo, e o saneamento da Ilha e das Moitas Brancas, e a requalificação do reservatório do Arão, e a requalificação do Convento do Louriçal, e a interface rodo-ferroviário, e os pavimentos das Cavadas, do Louriçal e da Torneira, o lançamento do Centro Escolar da Pelariga, a rede de saneamento de S. Vicente e da Quinta de S. Lourenço, o estacionamento do Osso da Baleia, o corredor ribeirinho, as obras da Conde de Castelo Melhor, os projetos da Marquês de Pombal, os projetos da Gualdim Pais, o Parque do Casarelo, a requalificação da 109 no Carriço – há muitas obras, e metade destas, quando eu acabei de falar do corredor ribeirinho, que era a vigésima quarta obra, tudo isto está lançado, tudo isto está a decorrer, tudo isto transita para o ano seguinte. E isto tudo que aqui está, estas obras, significam 57% do orçamento de investimento do ano que vem – 57% que já está desenvolvido. E há dezassete obras que estão lançadas para 2021, que são mais 3.300.000€, que significam 15,7%. Ou seja, trinta e nove obras significam 73% do nosso orçamento de investimento, o que significa que há 12.000.000€ que transitam de 2020 para o ano de 2021. Não precisamos deste momento em concreto, estamos sempre a trabalhar.

Como estamos a trabalhar, por exemplo, nos projetos do Parque do Casarelo – que, entretanto, será apresentado publicamente, ainda em fase de anteprojecto, para ouvir as opiniões dos cidadãos – ou do Parque Verde dentro da Vila do Louriçal, ou da requalificação do Vale da Sobreira e das novas piscinas, a que, há pouco, o Sr. Presidente Gonçalo fazia referência, ou do projeto de requalificação do centro cívico das Meirinhas, que também já está adjudicado, ou daquele que está em concurso, que é a requalificação do centro histórico de Abiul, porque está dentro da área de reabilitação urbana que está programada, e que são projetos que não têm que ter aqui uma expressão concreta sob o ponto de vista orçamental, estão em rubricas que estão previstas, e que vão ser geradores de um conjunto de investimentos.

Ou seja, temos que olhar também para estas circunstâncias, que podem não ter esta expressão tão rigorosa – e os senhores poderão dizer-me, e com razão, e é um esforço que eu procuro fazer de ano para ano, que é ter um exercício da maior especialização orçamental, inscrevendo as rubricas com o maior detalhe, para evitar que existam dúvidas sobre se mesmo o projeto será feito assim, ou será feito assado. Eu julgo que, apesar de tudo, já temos um nível de execução, nesse aspeto, muito desenvolvido – não é 100%, nem nunca será.

E quem diz isto para o turismo, diz isto para a indústria. Vamos ser objetivos: é verdade que o Município investiu 400.000€ para comprar terrenos na ampliação da zona norte da zona industrial da Guia, e é verdade que encomendou um projeto de execução fora da Câmara, que custou vinte e tal mil euros, mais os 15.000€ (se a memória não me falha) que pagámos à Associação de Aerodinâmica Industrial, para fazer o projeto de prevenção de fogos na periferia, e para estudar toda a estrutura mecânica que está subjacente a esse projeto. Mas, objetivamente, a grande operação é com a aprovação do financiamento, e a previsão são 2.800.000€ de obra. Se tivermos esta operação aprovada em março, se lançarmos este concurso em abril, e estivermos a abrir propostas em agosto, e estivermos a adjudicar, com visto do Tribunal de Contas, em outubro ou em novembro, já para começarmos a trabalhar, objetivamente a expressão orçamental do ano de 2021 pode ser zero. Isto não pode ser entendido por nenhum dos Srs. Deputados como não se estando a fazer nada – não pode,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque não é verdade; há um conjunto de atividades a montante, que demoram tempo a ter os respetivos resultados. É a mesma coisa que se achar que não se fez nada na rede de saneamento dos Barros da Paz, Assanha da Paz, Gregórios, Penedos, S. João da Ribeira, Sazes e Barbas Novas, porque ainda não se gastou um tostão; não, já se fez o emissário, está-se a requalificar a elevatória, lançou-se o projeto, adjudicou-se, submeteu-se a visto do Tribunal de Contas, escolheu-se o empreiteiro, e temos a obra para começar. Isto é trabalho, e só vamos começar, se calhar, a ter faturas daqui a um mês e meio.

E portanto, estas são expressões em que precisa haver aqui um acompanhamento, e perceber-se que por isso é que o quadro que vos é apresentado é um Plano Plurianual de Investimentos, que tem dotação orçamental de receita e de despesa distribuída pelos vários anos.

Sobre as observações desenvolvidas pela Dra. Elisabete, relativamente a um Orçamento muito otimista: repare, eu percebo que hoje seja bastante mais fácil, depois de já aqui falarmos hoje do art.º 35-U.º, que nos viabiliza uma possibilidade – que tem que ser ainda, como percebemos há bocadinho, um bocadinho mais circunscrita, sob o ponto de vista legal, para perceber até onde é que podemos ir, para chegarmos à conclusão que, de facto, vamos poder fazer investimentos com os privados, coisa que estava vedada até há menos de um mês – a Lei é de 22 de novembro, há menos de um mês. Não é muito fácil hoje fazer este discurso, sabendo que as regras agora são estas; na altura, não eram. E portanto, é preciso olhar para tudo isto com os olhos devidos, para se perceber como é que as coisas vão ser. Aliás, eu disse-o na reunião de Câmara, não tenho dúvida nenhuma de que a Câmara, com todo o conforto e apoio que tem dado ao Presidente da Câmara, no que diz respeito às questões do Covid, não hesitará praticamente nada – temos que depois ponderar – na afetação de recursos que tenham que ser desviados para apoiarmos a economia. Não tenho dúvida nenhuma disso; não tenho dúvida nenhuma disso, isso acontecerá se tiver que acontecer.

Agora, não é porque eu ponho não sei quantos milhares de euros no princípio do ano, que isso vai acontecer assim ou assado. Por quê? Eu nem sequer conheço os beneficiários potenciais destes apoios, eu não conhecia sequer, na altura, como é que o Governo Português se posicionava para se poder fazer esses mesmos apoios. Devemos fazer apoios redundantes? Devemos pôr em cima daquilo que já deram? Ou devemos ser complementares? Eu acho que devemos ser complementares, termos uma solução muito mais íntegra, muito mais holística, muito mais completa e muito mais adequada às realidades locais que temos que ultrapassar. E não tenho dúvida nenhuma de que, se o fizermos assim, faremos melhor o nosso trabalho.

Mas, se a Sra. Deputada acha que o Orçamento Municipal, relativamente aos impostos, é otimista, o que dirá do Orçamento de Estado? O que dirá, Sra. Deputada? É que nós não temos dúvida nenhuma. Acha que os IMI's vão reduzir? Repare, nós estamos a falar da previsão do crédito que o Município terá, nós não estamos aqui a falar do valor que a Câmara receberá; é uma coisa distinta, porque nós podemos ter aqui estes valores todos – olhe, imagine que alteravam as regras de transferência para as autarquias locais, entretanto; o Orçamento da Câmara está feito com as regras que estavam em vigor à data em que nós fizemos o Orçamento. Portanto, essa solidez, essa previsão – por isso é que o Legislador pôs “até vinte e quatro meses”. A Sra. Deputada dirá: “Mas, se calhar, em vez



MUNICÍPIO DE POMBAL

de estar aqui a pôr a média aritmética simples dos últimos vinte e quatro meses, à cautela só punha uma percentagem desse valor”, para termos um Orçamento restritivo, para começarmos o nosso ano a transferir aos cidadãos essa perceção de confiança. Olhe, uma coisa é ele ser otimista, outra coisa é ele ser inalcançável. E quem introduziu, e bem, na gíria política portuguesa recente o “incansável otimista” foi o Sr. Primeiro Ministro. E portanto, não é que eu esteja convertido, mas acho que esse espírito faz bem ao país, e não perdemos nada em poder tê-lo.

Fez também uma referência, eu acho que absolutamente injusta, às questões do saneamento. Sra. Deputada, deixe-me dizer-lhe, se calhar se eu acrescentar às obras que aqui nomeei o Casalinho da Foz, na Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca, as obras de ligação de Carnide e Ilha, as obras do Casal da Rola, e as obras das Barbas Novas, Assanha da Paz e Barros da Paz, se somar a estas o projeto que está pronto para ir para concurso público, da zona norte da Freguesia da Redinha – da Galiana, Montais, Barreiras, Figueirinha, e toda a zona norte da Freguesia da Redinha – se calhar, a Sra. Deputada não consegue dizer outras localidades, com dimensão humana e densidade urbana correspondentes a estas, que precisem de saneamento, precisamente pelo trabalho que se fez nos últimos anos, sem apoio de ninguém – sem apoio de ninguém. A Câmara teve que ir – e os senhores sabem, porque aprovaram essa operação – à banca para fazer saneamento, 6.000.000€ de obras para ir fazer saneamento, responsabilidade que o país assumiu no processo europeu, de 90% dos portugueses terem rede de saneamento, e nós tivemos que ir à banca, porque não há avisos abertos há quatro anos. E o Município foi um bom aluno, cumpriu aquilo que tinha previsto, executou tudo na primeira metade do programa, na expectativa de na segunda parte deste quadro comunitário, que são sete anos, tivéssemos oportunidade, e não aconteceu nada em 2016, em 2017, em 2018, em 2019 e em 2020. E por isso, estamos aqui, nesta condição, a fazer investimento, e temos outros projetos para fazer, que não deixam de ser tidos em linha de conta. Perguntemos ali ao Presidente Manuel Nogueira de Matos se ficámos à espera de financiamento comunitário para fazer o saneamento na zona do Fetil e na zona sul do Arnal, e no limite de Albergaria dos Doze. Não ficámos à espera, como não ficámos à espera de fazer o emissário de Carnide, como não ficámos à espera de fazer estes quatro grandes projetos, para resolvermos o problema da bacia de Carnide. A bacia de Carnide, em 2013, não tinha soluções de drenagem, que não a elevatória de S. João das Tábuas, e a ETAR do Louriçal, e a linha do Louriçal ligada. O Outeiro do Louriçal, os Foitos, as obras todas que estamos a fazer na Silveirinha Grande e Pequena, nas ligações que vamos fazer à Figueira da Foz para fazer toda a parte norte da Freguesia do Carriço, tudo com investimento municipal, sem um tostão. Os trabalhos que fizemos agora, das quatro grandes empreitadas, tudo isso tem sido desenvolvido neste esforço.

E portanto, a questão do saneamento, acho que foi um mau exemplo para falar dessa estratégia. Não ficámos à espera, temo-la na linha da frente.

E por isso, percebo, Srs. Deputados, que às vezes pareça que devíamos ser mais ousados noutras coisas, que devíamos pensar noutras coisas, mas eu pergunto se algum dos senhores se sentirá muito tranquilo, quando tínhamos a segunda maior bacia hidrográfica deste concelho, com centenas de quilómetros quadrados, sem uma linha de drenagem, que ficará com uma cobertura muito perto de 90%, quando acabarmos estas quatro empreitadas que agora estão a ser desenvolvidas. E fizemo-lo em sete anos. E no princípio, nem projeto tínhamos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E isto leva-me para a observação que fez o Sr. Deputado João Ferreira, relativamente àquilo que, na sua leitura, são os investimentos para termos novas receitas, e que não se fazem. E deixe-me perguntar, Sr. Deputado: se não são os investimentos de saneamento que são promotores dessa receita, é o quê? Pavilhões desportivos? Bairros sociais? Estradas? Bibliotecas? Piscinas? Arquivos? Museus? Não, aquilo que gera – e vejam o Orçamento – aquilo que gera mais na nossa operação financeira de receitas são os serviços que nós prestamos – água, saneamento e resíduos. E estamos a fazer este investimento com duas preocupações: a primeira é ambiental e social, desenvolver o nível de cobertura para os níveis a que todos temos direito, e trabalhamos para isso, corresponder às expectativas dos Srs. Presidentes de Junta e aos planos que foram apresentados por todos; e a outra, é fazê-lo na base de um equilíbrio que não prejudique os mais de vinte mil utilizadores da rede de saneamento, que correm o risco de ver as suas faturas enormemente castigadas pela circunstância de não termos financiamento comunitário para fazer estas obras, e de nos pormos a fazer investimentos que têm uma dimensão financeira gigantesca, e que não sejam geradores de receitas. E esta será uma das maiores discussões que esta Assembleia, nos anos futuros, vai ter que fazer, é onde é que o vamos fazer, quais são os retornos, quais são as avaliações financeiras, quanto é que isto vai custar, porque isso vai ter que ser feito, e temos que ter um critério muito, muito afinado, para que o possamos fazer sem haver aqui um agravamento particularmente crítico para as bolsas dos cidadãos, porque temo-lo feito sempre com essa salvaguarda, de despesa fiscal no máximo, deixar nas famílias e nas empresas a maior possibilidade possível. E esta regra que o Dr. João Coucelo aqui há pouco sublinhou, quando fez a avaliação comparativa, pondo-nos no trigésimo primeiro, ou trigésimo quarto lugar nacional, que é o que está no Anuário Financeiro, deixem-me dizer-vos, não é justo que estejamos a comparar em valor absoluto; esse esforço devia ser apreciado em valor relativo, porque um Município como Lisboa, que, se calhar, tem receitas de 500.000.000€ em IMI, prescindir, se calhar, de 20%, não é a mesma coisa que 20% em Pombal, sob o ponto de vista do esforço, do peso que isto tem para o nosso Orçamento. E isto é que é relevante nós olharmos.

E portanto, vale a pena tirarmos estas conclusões e perceber se as coisas estão ou não estão. Temos uma gestão que não nos tem agravado os preços, e uma política de investimento que é equilibrada com tudo isto, e essa é que é a grande dificuldade, castigar pouco os cidadãos, sob o ponto de vista da tributação e dos impostos, termos um plano de investimentos que é enérgico – e nós vimos o nível de execução que temos. Por que é que Pombal consegue ter um nível de investimento superior a Municípios que têm um Orçamento mais do que uma vez e meia superior ao nosso, como por exemplo, Leiria? Por que é que isso acontece? Vamos nos perguntar. Por que é que, então, nós conseguimos ter este nível de investimento? Porque temos uma estrutura enxuta, porque temos plano, porque temos projetos, porque temos uma organização diferente, porque fazemos esse planeamento. Essas é que são as razões. E estas observações que nos fazem, de fora, é que são úteis para nós percebermos o que é que há a corrigir, e há coisas a corrigir – ainda hoje, na reunião de Câmara, corrigimos uma importantíssima, que se prendia, por exemplo, com aquilo que é uma dificuldade de remover do nosso balanço créditos sobre clientes que deixam de ser devidos, porque os negócios acabaram, porque as pessoas morreram, ou porque os créditos prescreveram, ou passaram a ser incobráveis. E olhamos para esse exercício, e percebemos que tínhamos uma dimensão de muitos casos, de centenas de casos – são dez páginas de



MUNICÍPIO DE POMBAL

casos – em 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, e depois começámos a corrigir, e temos, nos últimos sete anos, o ano em que temos mais são trinta e duas situações, num universo de faturação anual, emitido pelo Município de Pombal, de perto de quatrocentas mil faturas – quatrocentas mil faturas que são emitidas, em água, saneamento, em resíduos e em património ou bilhetes, ou outro tipo de serviços que são prestados. E deixarmos, no final do ano, trinta situações por resolver, num universo de quatrocentas mil, não tem expressão – ou doze, ou seis, como já aconteceu nestes anos passados. E isso dá-nos uma leitura diferente, liberta-nos para uma capacidade de investimento, para podermos fazer essas obras, e podermos trabalhar.

E por isso, sem prejuízo, como já várias vezes se tem referido, de em anos anteriores, quer com a introdução de saldos transitados – que este ano, o Orçamento de Estado permitiu que fosse feita logo em fevereiro – quer com a aprovação de alguma operação de financiamento, consigamos verdadeiramente corresponder às outras obras que os Srs. Presidentes de Junta, e bem, nos apresentaram, que não estão aqui, e que nós temos que lançar para continuarmos a dar esta dinâmica ao nosso concelho.

Muito obrigado, Srs. Deputados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, terminou? Muito bem. Vamos passar à votação.”

Colocado a votação o Ponto n.º 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento Municipal para o ano de 2021 e Plano Orçamental Plurianual para o quadriénio 2022-25, e respetivos anexos, foi o mesmo aprovado por maioria, com nove (9) votos contra.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.3, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2021-25.

Colocado a votação o Ponto n.º 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2021-25, foi o mesmo aprovado por maioria, com oito (8) votos contra.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.4, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o ano de 2021.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu pergunto ao Sr. Presidente, se quer usar da palavra aqui, ou abrimos as intervenções à Assembleia.

Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Sra. Presidente, se concordar, eu ficaria disponível para explicar alguma dúvida que os Srs. Deputados apresentassem.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Neste ponto, estão abertas as inscrições. Quem se inscreve? Não há inscrições. Vamos passar à votação.

Colocado o Mapa de Pessoal para o ano de 2021 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria com um (1) voto contra.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.5, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – no domínio da educação.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, Sr. Presidente, quer usar da palavra antes, ou esperamos inscrições da Assembleia?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, considerando que se mantém a proposta que nos últimos dois anos a Câmara tem apreciado – que, aliás, foi reforçada pela circunstância de o próprio Governo ter adiado a entrada em vigor no próximo ano, em janeiro, como estava previsto – percebe-se, de facto, que a prudência com que a Assembleia e a Câmara apreciaram toda esta matéria até agora ia no devido sentido. E portanto, creio que genericamente se mantém o conjunto de justificações que justificaram, em passado recente, a votação da Câmara e da Assembleia Municipal, no sentido de não aprovar a transferência, nas condições que atualmente nos são propostas.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.

Alguém quer usar da palavra neste ponto? Temos quatro inscrições. Estão encerradas as inscrições.

Vou dar a palavra à Sra. Deputada Cláudia Caetano, se faz favor.”

Cláudia Caetano (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente da Assembleia.

Nesta minha intervenção, manifestarei a opinião do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, e questionarei o Sr. Presidente, não só relativamente à transferência de competências para os Municípios no domínio da educação, mas também no domínio da saúde.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Consideramos que a descentralização das competências, nomeadamente ao nível da educação e da saúde, trará uma gestão de proximidade mais favorável às populações, e que contribuirá para uma melhoria da qualidade dos serviços prestados, permitindo mais facilmente ultrapassar dificuldades – como as que enunciei na minha intervenção, no período de antes da ordem do dia, relativamente ao funcionamento do Centro de Saúde do Louriçal.

Contudo, partilhamos a opinião da Câmara sobre a transferência de competências para os Municípios, perante a manifesta insuficiência dos recursos financeiros previstos.

Deste modo, o nosso sentido de voto será favorável à proposta da Câmara, tanto neste ponto, como no próximo.

No entanto, com a obrigatoriedade da aceitação das competências nestas áreas prevista para 31 de março de 2022, importa saber de que modo a Câmara se está a preparar para estas transferências, tanto na área da educação, como na área da saúde. E é essa a questão que eu deixo ao Sr. Presidente.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Se me der licença, a exemplo daquilo que fez a deputada Cláudia Caetano, iria na minha intervenção também abranger a educação e a saúde.

Sr. Presidente, já em setembro de 2019 tivemos ocasião, aqui nesta Assembleia, de discutir este assunto. É certo que se tratava de um conjunto mais alargado de transferência de competências, sendo que agora se resumem à educação e à saúde. O que é certo é que, em 2022, quer se queira, quer não, vamos ter que assumir estas e outras competências. Ou seja, é um processo irreversível, sem retorno, sendo, portanto, inevitável.

Como o Sr. Presidente disse em setembro do ano passado, estamos perante um processo iminente político. E assim sendo, a decisão terá que ser política. Os argumentos que foram aduzidos prendem-se com a falta de condições para se receber estas transferências. Ora, acontece que já em 2019 existia essa falta de condições, o que nos leva a perguntar o que é que fez o Município de Pombal para se preparar para receber estas novas competências.

Creemos que esta é a oportunidade para se receber estas competências. Como já referi, entendemos que não vale a pena estarmos a adiar o inevitável. Ademais, este Município já em alguns aspetos se substituiu ao Estado Central, nomeadamente procedendo à instalação dos Espaços do Cidadão nas freguesias, pelo que não entendemos, nesta fase, qual é o receio. Aliás, não se tem conhecimento de dificuldades que tenham surgido para os Municípios que já receberam estas transferências.

Mais, sendo uma questão política, só se pode entender esta recusa em receber estas transferências por causa das próximas eleições autárquicas. O atual Executivo não quer assumir esta responsabilidade. Se em setembro de 2019, o Sr. Presidente da Câmara esgrimia argumentos políticos no sentido de não se aceitar a transferência naquela ocasião, porque estávamos perto das eleições legislativas, agora o mesmo argumento poderá ser utilizado no sentido de que estamos perto de eleições autárquicas. Sr. Presidente, não se esqueça de uma máxima que deve estar presente, e que é, com toda a certeza, do seu



MUNICÍPIO DE POMBAL

conhecimento: quem está mais perto, decide melhor, e com mais eficiência. Ou seja, recebendo a autarquia estas competências, estamos em crer que as populações só teriam a ganhar em eficiência e rapidez nas decisões.

Posto isto nestes termos, não entendemos qual é o receio, a não ser o receio meramente político. Mas, esse não deve prejudicar as populações. Estas querem mais rapidez e eficácia nas decisões, e isto, o Executivo pode dar-lhes.

Portanto, é nosso entendimento que chegou o momento de o Município receber estas transferências, e não aguardar mais tempo. Assim sendo, o nosso sentido de voto vai ser contra – ou seja, entendemos que não se deve esperar por 2022, e assistirmos, depois, a uma transferência imposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Coucelo, pode usar da palavra.”

João Coucelo (PPD/PSD):

“Eu não me inscrevi, mas como já falaram na questão da educação e da saúde, eu gostava de dar a minha opinião sobre o assunto, na vez do deputado, meu colega de Bancada.

Eu queria dizer que relativamente a estes dois pontos, como o Dr. Carlos Lopes disse, é uma questão política; é, é uma questão política, e é também uma questão de transparência da política. Receber as competências sem um envelope financeiro não é bom, e se fosse o senhor, não gostaria. Claro que as Câmaras – já hoje se falou, e o Sr. Presidente já hoje falou, e muito bem, há de haver a criação de um grupo de trabalho para a área da saúde, e a criação de um grupo de trabalho para a área da educação, e já há algum trabalho desenvolvido nessa matéria. Portanto, em 2022, eu espero que a Câmara esteja preparada para receber as competências, e discutir com quem lhas transfere, discutir devidamente as condições em que vai receber essas competências. Isto, na área da educação, é o mesmo que para a área da saúde.

Só que a saúde tem um aspeto ainda mais relevante, e que eu gostava de apenas dar aqui dois ou três exemplos. Como todos sabem, as unidades de saúde estão carentes de meios humanos – médicos, enfermeiros e assistentes operacionais. As unidades de saúde, neste momento, estão a atravessar uma crise, enfim, que se arrasta desde há anos, e o Governo – este que lá está – não tem resolvido, com as suas competências todas, através da ARS, e em articulação com os ACES, não tem resolvido esses problemas. Vejam a questão do Louriçal que já aqui foi discutida: a Câmara de Pombal já assumiu competências na saúde, muito mais, no meu entender, do que devia. A Câmara de Pombal já investiu vários milhões em equipamentos de saúde que eram da responsabilidade do Governo. A Câmara de Pombal fez isso ao longo destes anos. Quando eu fui Vereador da Câmara Municipal de Pombal, já lá vão muitos anos, não fosse a iniciativa da Câmara, não tínhamos tido o novo Centro de Saúde da Guia, aquele que agora foi ampliado novamente pela Câmara, e custou muito dinheiro – como custou o de Pombal, como custou o do Louriçal, como todas as obras nas outras unidades de saúde, que foram feitas exclusivamente pela autarquia.

A autarquia não quer recusar competências na saúde, nem na educação, porque sabe que gere melhor em proximidade, mas também não pode aceitar uma qualquer trapaça do Governo, em que a Câmara fique com encargos financeiros muito superiores àqueles que deveria, se o envelope financeiro para esses profissionais fosse o adequado. Claro que a



MUNICÍPIO DE POMBAL

Câmara vai gastar mais dinheiro, com certeza que vai, mas também isto não pode ser conversa fiada do Governo.

Houve autarquias que receberam, mas como os meus colegas de Assembleia sabem, as Câmaras não são todas iguais, há autarquias que têm um Centro de Saúde, há autarquias que têm o equivalente a duas Extensões de Saúde de Pombal, das mais pequenas. E portanto, meus amigos, não vamos pôr em pé de igualdade as transferências que algumas Câmaras aceitaram, com o facto de a Câmara de Pombal não querer aceitar, para já, essa transferência. Vai aceitá-la em 2022.

O que eu acho estranho é que os senhores, no meio desta discussão, ponham a questão das eleições autárquicas ou das legislativas. Por amor de Deus, o que é que tem uma coisa a ver com a outra? Não tem absolutamente nada, uma coisa a ver com a outra. Até certo ponto, a minha indignação relativamente a estas matérias está num tempo de pandemia, em que eu comparo estas transferências de competências – que eu acho que são desejáveis, e há anos que eu falei nisto em Assembleias Municipais, mais tarde ou mais cedo, isto serão responsabilidades das Câmaras, no que dizia respeito à saúde, e com certeza também na educação, isto vai ser uma competência das Câmaras, é assim em qualquer país civilizado, e nós queremos ser um país civilizado – que ainda não somos; não somos ainda suficientemente civilizados para podermos olhar para estes assuntos e discuti-los amplamente, abertamente, sem andarmos sempre com questões da politiquice – que não é politiquice; é política da saúde e política da educação. E basta eu recordar-me – e vou terminar – que ainda há bem poucos dias ouvi um dirigente da Direção Geral de Saúde, um Vice-Diretor Geral da Saúde, a dizer uma série de disparates na televisão, a propósito do natal, quando vejo gente que gere a saúde deste país, que infelizmente vem falar sobre um plano de vacinação, para o qual os Centros de Saúde não estão minimamente preparados, e tem a lata de dizer nas câmaras da televisão que se as vacinas chegassem às doze horas, às dezasseis podiam estar a ser aplicadas nos Centros de Saúde, eu digo que alguém anda a gozar com as pessoas. E num momento tão grave como este, é preciso incutir confiança nas pessoas, não é arranjar argumentos em que as pessoas não acreditam, e que são exageradamente avançados, com o intuito – como dizia o Sr. Presidente da Câmara, é tudo muito bonito, fazer promessas, fazer as propostas do que se vai fazer, e depois não acontece. Eu temo que o ano de 2021 – e é um aviso, não pretendo ser alarmista, mas temo que o ano de 2021 vá ser muito mau – muito mau em termos de vacinação, muito mau em opções tomadas relativamente à crise que, infelizmente, estamos a viver, da pandemia de Covid-19. E espero que haja neste país, que tem gente muito competente, quer nos hospitais, quer nos Centros de Saúde, excelentes profissionais que têm dado o litro, que se têm esgotado, e infelizmente alguns têm falecido com esta doença, a tratar outros, eu espero que por respeito a toda essa gente, os nossos responsáveis pela saúde consigam ser um bocadinho mais assertivos na forma como falam, e tentem dizer a verdade às pessoas – sem alarmismo, evidentemente, mas tentem dizer às pessoas, não aquilo que elas querem ouvir, mas aquilo que é tecnicamente correto, e que é humanamente possível fazer com as condições do nosso país.

Não, meus amigos, o ano de 2021 não vai ser um ano terribilis, ou horribilis, espero eu, mas vai ser um ano mau, e ninguém pode estar – infelizmente, até por notícias muito recentes – a pensar que uma vacina milagrosa vai resolver os problemas todos num prazo de seis meses, não vai. Para o ano, espero que nós já estejamos todos reunidos a conversar sobre



MUNICÍPIO DE POMBAL

estes assuntos, a discutir as nossas ideias, as nossas opiniões, pelo menos lá para o natal, ou na melhor das hipóteses, em setembro, nunca antes disso.

E como eu não posso estar muito mais tempo, vou fazer a minha votação, e depois falaremos noutra altura sobre este e outros assuntos, com o à vontade com que eles merecem ser discutidos, e com a frontalidade que eu acho que todos nós temos o direito de ter perante estas coisas.

Infelizmente, na educação, não me posso pronunciar tanto; no que diz respeito à saúde, sim. Infelizmente, estou muito desiludido com os responsáveis da saúde, nos últimos quinze dias, ou três semanas, e até então não estava tanto assim. De qualquer das maneiras, pode ser que as coisas mudem.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer usar da palavra para prestar alguns esclarecimentos? Nós acabámos por discutir o Ponto n.º 2.5 e 2.6, saúde e educação. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal;

“Sim, Sra. Presidente.

Eu percebi, acompanhei, e fico já muito satisfeito porque o Dr. Carlos Lopes, este ano, é como se fosse um rei-mago que nos visita, deixando-me esta boa declaração de que este Município, por diversas vezes, se tem substituído ao Estado Central. São boas notícias, Sr. Doutor. O senhor não acrescentou, porque não deve, eu percebo, “melhor que o Estado Central” – porque se fosse pior, o senhor tinha-o dito; não o tendo dito, é porque, de facto, reconhece que assim foi.

Sra. Deputada Cláudia Caetano, nós estamos de acordo que essa proximidade, a melhoria dos serviços, tudo funciona melhor. Mas, vale a pena reiterar aquilo que nunca será demais dizer até à exaustão: as responsabilidades de gestão das unidades de saúde não passam a ser da Câmara Municipal. Vai haver uma confusão na maior parte dos cidadãos, convictos de que a Câmara gere a saúde, e que agora, se não há médicos, a culpa é do Presidente da Câmara, se não há enfermeiros, a culpa é do Presidente da Câmara, se não há auxiliares, a culpa é do Presidente da Câmara, e não é nada disso que está na Lei – e o Dr. João Coucelo tocou na ferida, porque o problema que aqui está é um pressuposto de desconfiança, porque se queremos que, efetivamente, as coisas melhorem, não podemos estar aqui a discutir este tipo de detalhes. Eu também não acho que os Municípios devam contratar médicos, mas a programação de tudo isto não pode ser feita nas nossas costas. E por isso, nós temos a Assembleia Municipal representada pelo Dr. João no Conselho de Comunidade do ACES, que se a memória não me falha, nunca reuniu, e tem que dar parecer sobre as contas, tem que apreciar todo este andamento. Reuniu uma vez, desculpem, neste mandato, em que já iniciámos o quarto ano de mandato.

E portanto, não se julgue que é particularmente entusiasmante, seja para a Câmara, quando recebe competências do Estado, seja para a freguesia, quando recebe competências do Município, que queremos que uns e outros sejam apenas uns meros faxineiros, sem capacidade de organização, de planeamento, de gerir os recursos e de fazer a sua priorização. Isso é que é a atividade de proximidade, que manifestamente quem está mais perto, como dizia o Dr. Carlos Lopes, decidirá melhor; não é dizer: “Está aqui o Sr. Presidente da Câmara às ordens do assistente operacional, ou do técnico superior do Ministério da Saúde, para dizer: “Sr. Presidente, é preciso limpar o chão; Sr. Presidente, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

porta da casa de banho estragou-se; olhe, Sr. Presidente, o chão da sala de espera está estragado; a janela não fecha.”” E é isto que vamos ter. E nós já acabámos com isto nas escolas, já quase há duas décadas, quando começámos a articular-nos com as freguesias e a fazer as coisas de outra maneira. Esta é que é a diferença, e isto não foi percebido ainda por ninguém. Mas, temos que pensar nisto, porque é um problema.

Mas, também é verdade – e o Dr. Carlos Lopes sublinhou a circunstância de isto ser imperativo em 2022; mas, sabe que eu também mantenho um otimismo, não é só nos números do Orçamento, também mantenho o otimismo de que, em 2022, possa já não ser o Partido Socialista que esteja a governar, e portanto, algumas coisas possam ser oportunamente modificadas, quer sob o ponto de vista do timing, quer sob o ponto de vista da forma, que eu acho que é a questão principal que aqui está.

Como é que nos temos preparado? Essa é a pergunta certa que ambos fizeram, e que eu tenho o maior prazer em responder-vos. Desde logo, quando lançámos com os Agrupamentos de Escolas a avaliação das condições físicas dos respetivos edifícios do 2.º e 3.º ciclo – e aqui estamos a falar da Marquês de Pombal e da Gualdim Pais. Foram feitas visitas técnicas – que, aliás, foram informadas à Assembleia – tratou-se à parte a questão da remoção do amianto – que, aliás, está adjudicada, e são trabalhos que, entretanto, começarão, num trabalho específico com a educação, que pagará 100% dessa intervenção, com a intervenção concreta do empreiteiro e a coordenação operacional das obras públicas do Município – e estão em fase de audiência prévia os dois projetos de requalificação da Escola Marquês de Pombal e da Escola Gualdim Pais – uma vez que a Secundária não é transferida, porque é da Parque Escolar, e a Guia acabou de receber obras. E portanto, ao nível de escolas públicas, serão estas que terão duas grandes intervenções, que devem ser rapidamente conhecidos os respetivos encargos. Para quê? Para que nós, na altura certa – que é antes de recebermos a competência – apresentarmos as candidaturas aos fundos – que não conhecemos onde estão, e eu já falei deste número várias vezes, são mil as escolas portuguesas do 2.º e 3.º ciclo e secundário que serão transferidas para os Municípios; se cada uma tiver um orçamento de requalificação de 1.000.000€, são 1.000.000.000€. Não estão na bazuca europeia, não estão no Plano Nacional de Investimentos, não estão no Orçamento de Estado, não estão na revisão dos novos quadros de financiamento comunitário, que entrarão em vigor para o próximo ano. Não estão. Portanto, não sei onde estão, já fiz esta pergunta à ex-Secretária de Estado, que foi agora substituída, a Susana Amador, ex-colega da Câmara de Odivelas, já fiz essa pergunta também ao Dr. João Costa, que é o Secretário de Estado Adjunto da Educação, também o Sr. Ministro recebeu esta minha pergunta, quando o recebemos na inauguração da Escola da Guia, e o problema continua. E isto é uma situação concreta.

Depois, temos outra matéria para além das instalações físicas, que são os recursos humanos. Nós não queremos apenas que o Ministério diga quantas pessoas lá estão, quanto é que elas ganham, e quantas é que vão ser transferidas para nós, porque esse número provavelmente não corresponde às necessidades da escola – esse número não corresponde às necessidades da escola. E não correspondendo às necessidades das escolas, o que isto significa é que a nós, não nos basta negociar com o Ministério aqueles que lá estão; são os que faltam lá estar. E isso precisa de ter, da parte do Ministério, uma avaliação dos impactos financeiros. E se houver tempo para se fazerem bem essas contas, e chegarmos à conclusão de que a totalidade dos recursos humanos não são duzentos e dezassete, mas são duzentos



MUNICÍPIO DE POMBAL

e quarenta e sete, tem que se arranjar orçamento para pagar a trinta pessoas, durante trinta anos, porque vamos ter que as contratar para as pôr lá. E o Estado quer transferir-nos estas competências na altura em que tem maiores carências de recursos humanos, onde tem novas exigências para a educação que vão obrigar a que existam muito mais recursos humanos nas escolas, e vai ficar com o poder de decretar essas condições operacionais que estão nas escolas, e humanas, e os Municípios vão ter que acatar. E portanto, nem sempre ser uma pessoa de bem significa que podemos dar um passo que seja verdadeiramente comprometedor para uma estabilidade financeira e para um equilíbrio entre os nossos recursos humanos. E a isso é que nós temos que estar atentos, para evitar que a situação seja para nós, no futuro, penalizadora.

Por outro lado, na saúde, temos também as características das intervenções que são programadas. Acharão os Srs. Deputados que quando nós precipitamos uma negociação para reorganizarmos – aliás, no programa eleitoral do PSD, há três anos atrás, estava lá escrito, reorganizar os cuidados de saúde primários. Por quê? Porque essa calendarização desses investimentos, esse planeamento que aqui, há pouco, se disse que não havia, tem que ser feito agora, tem que se perceber se das unidades todas que existem, ficamos apenas com metade, ou com um quarto, ou com um terço, o que for, onde é que são, quem é que paga, quem é que projeta, quem é que constrói. E isto precisa de tempo, porque nós não queremos herdar só o problema; nós queremos ter as soluções, com uma discussão participada a montante, e por isso estamos a fazê-lo agora, e estamos a fazê-lo agora porque os Srs. Presidentes de Junta também sabem que eu não quis juntar em simultâneo as discussões das transferências de competências para as freguesias, das treze competências que, daqui a pouco, vamos discutir, ao mesmo tempo em que estávamos a falar da questão da saúde, dentro do conforto, da capacidade de fazer estas discussões sem estarmos pressionados por umas e outras coisas, porque essas matérias são todas complexas.

E por isso, este tempo vai ser muito útil para nós. Aliás, o reconhecimento que 2021 era uma data inalcançável, o Governo concordou com os Municípios que não acederam quando o próprio Governo decidiu adiá-la. Além do mais, não fazia sentido que no meio do ano letivo, no dia 2 de janeiro deste ano letivo, com as atipicidades que ele tem e com o facto de entrarmos num ano civil – que o ano civil não é o ano letivo – é incompreensível que, independentemente da forma como o Estado se organize, não tenhamos para esta matéria em concreto o início do ano letivo como regra de início, e não o ano civil, na saúde não faz diferença, mas na educação faz toda a diferença, não se percebe essa falta de critério, mas isto é a minha opinião. E foi o próprio Governo que reconheceu que não era razoável fazê-lo.

Mas, também não é razoável pensar-se que entram Executivos novos em outubro do ano que vem, e que, de repente, passados três meses, têm competências sem as coisas estarem preparadas. Isso é que é o tal eleitoralismo, e as coisas feitas de qualquer maneira, é isso. E se nós tivermos alguma dúvida sobre o que é que aconteceu àqueles que aderiram, perguntemos-lhes. Houve planos especiais para reequipamento das escolas que foram transferidas para as autarquias locais nos últimos três anos? Não. Houve obras especiais e financiamentos para fazer essas requalificações? Não. Houve reforço dos recursos humanos, para dotar essas escolas e os agrupamentos com esses recursos humanos? Não. Então, por que é que eles o fizeram? Perguntemos-lhes. E não me parece que aqueles que o fizeram, o fizeram, e hoje estão convictos de que fizeram uma coisa bem feita; acho que a



MUNICÍPIO DE POMBAL

maior parte deles está arrependida, e o Governo tem essa consciência, porque nós hoje vamos discutir com as Juntas de Freguesia, que são treze, aquilo que são programas, que algumas delas já levaram decisões às respetivas Assembleias de Freguesia, nós não estamos obrigados a entender-nos na transferência das competências, o Legislador deixou que deve haver uma articulação. Mas, nós quisemos entender-nos. Não se concordou com as propostas? Apresentámos outras propostas. A seguir, tiveram outras propostas, e fechámos o negócio. Outras, eu propus de uma maneira, concordaram, outras não concordaram, foi assim que se fez a negociação, não precisámos de ter aqui nenhum cutelo sobre a cabeça de ninguém, a dizer “é assim” ou “tens mesmo de ficar com ela”. Formas diferentes de trabalhar. É preciso, às vezes, a democracia ser um bocadinho mais musculada? Acredito que sim. Mas, nestas matérias, eu julgo que não era preciso.

E portanto, trabalhámos sob o ponto de vista dos recursos, e estamos a trabalhar. Trabalhámos sob o ponto de vista do planeamento e nas obras, e estamos a trabalhar. Temos muitas expectativas e muitas dúvidas, estamos muito expectantes relativamente à forma como tudo isto vai ser financiado. Há uma coisa de que não há dúvida: quanto mais cedo o Município de Pombal tiver estes projetos prontos, souber quanto é que eles vão custar em obra, mais depressa se pode candidatar aos fundos que eventualmente abram, e podem entrar neste processo da forma mais tranquila. E quem vier a seguir tem a certeza de que esta foi uma discussão plural, conhecida de todos, que tem todos estes trabalhos com antecedência, o que significa que nós, se calhar, daqui a sete ou oito meses, se começarmos a projetar em janeiro, podemos ter projetos já em condições, em Orçamento, praticamente fechados, a aguardar os pareceres do Estado, para dizer: “Olhe, no final do ano de 2021, sabemos quanto é que estes projetos podem custar; e em 2022, quando as competências vierem e abrirem os concursos para aqueles que lá estão poderem concorrer, temos projetos feitos e podemos fazer a requalificação das escolas.” Foi isso que articulámos com os agrupamentos, foi esse esforço que os agrupamentos fizeram para nos dar essas informações, e espero que seja isto que nós consigamos fazer.

Muito obrigado, Srs. Deputados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos passar, então, à votação do Ponto n.º 2.5, Transferência de competências no domínio da educação.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com três votos contra do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da saúde).



MUNICÍPIO DE POMBAL

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros e que a seguir se transcreve:

“Foi presente à reunião a informação n.º 121/UJ/20, da Unidade Jurídica, datada de 03/11/2020, que a seguir se transcreve:

Exm.º Senhor Presidente,

Ante a publicação do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, foi o Município de Pombal, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 25º, notificado do projeto de mapa contendo os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios no ano de 2019, bem como a listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários cujas competências de gestão, manutenção e conservação são transferidas para as câmaras municipais nos termos do n.º 3 do artigo 12º.

Na sequência da aludida notificação, recaía sobre o Município de Pombal o dever de pronúncia, no prazo de 30 dias consecutivos, sobre o aludido projeto, sob pena de, não o fazendo, se presumir que a autarquia manifestaria concordância com o respetivo teor (cf. n.º 2 do artigo 25º).

Em face disso, o órgão Câmara Municipal, em reunião mantida no dia 15 de março de 2019, deliberou, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, no sentido de, no prazo de 30 dias após a data da notificação do projeto de mapas, ser remetida pronúncia ao Governo, relativamente aos montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para o município, bem como à listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários cujas competências de gestão, manutenção e conservação recairão sobre o município, refutando-se veementemente os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências a transferir, tendo por base toda a argumentação aduzida na informação a que coube a referência I-000029/UJ/19.

Não obstante o facto de ter sido oportunamente remetida a pronúncia ao Governo nos termos em que a lei o impunha, certo é que da publicação do Despacho n.º 6541-B/2019 (“Mapa de encargos anuais com as competências descentralizadas — setor da saúde”) resultou projetada, para os anos de 2019 e 2020, uma afetação de recursos financeiros manifestamente insuficiente para o cabal exercício das competências por parte do Município de Pombal, pelo que o órgão Assembleia Municipal, em 13 de setembro de 2019, deliberou no sentido de se comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Pombal não pretendia exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, no decurso dos anos de 2019 e de 2020, sem prejuízo do prévio acordo relativamente ao exercício das competências previstas nesse diploma por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL).

Sucede que a necessidade de garantir o sucesso de um processo que se veio a revelar de grande complexidade, mormente num quadro de enorme exigência como aquele que hoje vivemos, impeliu o Governo a decretar uma prorrogação do prazo de obrigatoriedade de aceitação das competências nesta área (cf. Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto), de modo a salvaguardar a melhor qualidade dos serviços prestados às populações, designadamente no domínio da saúde.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em face de tudo quanto se acaba de valorar e tendo como esteio a melhor defesa do interesse público, sugere-se a V. Ex^a que, caso assim o entenda, proponha ao órgão Câmara Municipal que, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere no sentido de propor ao órgão Assembleia Municipal que determine que, até ao próximo dia 31 de dezembro de 2020 (cf. n.º 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto), seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Pombal não pretende exercer as competências previstas neste diploma no decurso do ano de 2021, sem embargo de se avançar, desde já, com a adoção de diligências com o escopo de possibilitar a assunção das aludidas competências no decurso do ano 2022.

À consideração superior,

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra da Senhora Vereadora Odete Alves do Partido Socialista e uma abstenção do Senhor Vereador Michael António do Movimento Narciso Mota Pombal Humano, propor ao órgão Assembleia Municipal que determine que, até ao próximo dia 31 de dezembro de 2020 (cf. n.º 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto), seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Pombal não pretende exercer as competências previstas neste diploma no decurso do ano de 2021, sem embargo de se avançar, desde já, com a adoção de diligências com o escopo de possibilitar a assunção das aludidas competências no decurso do ano 2022”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com três votos contra do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a transferência de competências dos Municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril – alíneas d), g), h), i), j) e k) do n.º 1 e do n.º 4 do art.º 2.º.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, alguém se inscreve para usar da palavra? Vão ser abertas as inscrições. Não há inscrições. Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Não, Sra. Presidente. Há muita coisa a dizer, mas eu calculo que já estejam fartos de me ouvir, e já são vinte para as nove.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos, então abrir a votação para o Ponto n.º 2.7.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com uma (1) abstenção.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

"Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros e que a seguir se transcreve:

"Foi presente à reunião a proposta n.º 656/2020, ínsita na informação n.º 421/GAP/20, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 06-11-2020, que a seguir se transcreve:

"TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS

(Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril)

Considerando que:

- *A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que tem por objeto definir "(...) o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local" (cf. artigo 1.º c/ itálico n/), estabelece, no seu artigo 4.º, a forma como se deverá materializar a transferência das novas competências.*
- *Nos termos do disposto n.º 1 do aludido artigo 4.º, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação de recursos têm de ser concretizadas, mediante a emanação de outros diplomas legais de âmbito setorial, que se debrucem sobre as múltiplas áreas relativamente às quais se pretende operar a descentralização da administração direta e indireta do Estado;*
- *O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em cumprimento da previsão efetuada no n.º 2 do artigo 38.º da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, tendo por base a afirmação de uma democracia de proximidade;*
- *No concelho de Pombal existe um leque de competências, de entre as elencadas no citado Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril (cf. artigo 2º), que, para melhor servir os interesses da respetiva população, se deverão manter na esfera de intervenção do Município, designadamente por se revelarem indispensáveis para a gestão direta do município, assumindo uma natureza estruturante para a execução de desígnios de interesse geral e comum a todo o concelho, associados à definição de estratégias transversais de desenvolvimento e, bem assim, de coesão territorial;*
- *Constituem exemplo do que se deixa dito as competências de gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, nomeadamente no que se refere à Feira Semanal de Pombal, ao Mercado Municipal de Pombal, à Feira dos 14 e à Feira de Gado do Casal Fernão João (cf. alínea d), do n.º 1 do artigo 2º); a utilização e ocupação da via pública (cf. alínea g), do*



MUNICÍPIO DE POMBAL

n.º 1 do artigo 2º); o licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo (cf. alínea h), do n.º 1 do artigo 2º); a autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão (cf. alínea i), do n.º 1 do artigo 2º); a autorização da colocação de recintos improvisados (cf. alínea j), do n.º 1 do artigo 2º) e a autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição, tão-somente, no que respeita à área urbana da cidade de Pombal (cf. alínea k), do n.º 1 do artigo 2º);

- A maioria das demais competências elencadas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, agora alvo de transferência para as freguesias, já haviam sido objeto de delegação através de Acordo de Execução, celebrado ao abrigo dos artigos 132.º e 136.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro);

- Da auscultação das freguesias resultou a concordância de manutenção das competências que, em momento anterior haviam sido alvo de delegação legal, estribada em Acordo de Execução celebrado para o efeito, passando as mesmas a integrar a sua esfera de responsabilidade, ante a transferência operada através do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

- O escopo subjacente à transferência é, nos termos da lei (cf. artigo 2º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), o de garantir o não aumento da despesa pública global, o aumento da eficiência da gestão dos recursos, bem como os ganhos de eficácia, e, a par disso, promover a coesão social, a aproximação das decisões dos cidadãos, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização de recursos disponíveis;

- A transferência de competências para as freguesias tem carácter universal, sendo diferenciada em função da sua natureza e dimensão, considerando a respetiva população e capacidade de execução (cf. artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, e n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto);

- A afetação de recursos financeiros foi gizada tendo por base a análise das estruturas de despesa e de receita municipais associadas ao exercício das competências ora transferidas, e

Considerando ainda que, neste contexto e com respaldo no estatuído no n.º 2 do artigo 38.º e no artigo 39.º, ambos da Lei 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, cabe aos órgãos deliberativos do município e da freguesia aprovar os termos da transferência de recursos,

— Sugere-se ao órgão Câmara Municipal que, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro), e após prévia negociação e manifesta concordância de cada uma das Juntas de Freguesia do concelho, delibere no sentido de propor ao órgão Assembleia Municipal que, ao abrigo do disposto no artigo 39.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, aprove a transferência de recursos para o exercício das competências transferidas, a operar nos termos e condições plasmados na minuta de Auto de Transferência de Recursos anexa (cf. Doc. I), cujo impacto financeiro resulta expresso nos quadros que se seguem:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quadro I - Manutenção de Espaços Verdes

ABIUL	1 268,40 €
ALMAGREIRA	4 002,10 €
CARNIDE	4 800,00 €
CARRIÇO	4 010,75 €
LOURIÇAL	13 206,70 €
MEIRINHAS	11 320,50 €
PELARIGA	10 039,90 €
POMBAL	53 426,79 €
REDINHA	1 374,20 €
UFGIMM	5 612,50 €
UFSSALB12	10 792,99 €
VERMOIL	2 966,40 €
VILA CÃ	2 147,40 €
TOTAL	124 968,63 €

Quadro II - Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

ABIUL	7 832,80 €
ALMAGREIRA	10 172,60 €
CARNIDE	7 170,20 €
CARRIÇO	11 347,80 €
LOURIÇAL	14 521,40 €
MEIRINHAS	8 815,60 €
PELARIGA	8 718,60 €
POMBAL	48 758,60 €
REDINHA	9 581,60 €
UFGIMM	24 429,54 €
UFSSALB12	27 276,00 €
VERMOIL	8 301,80 €
VILA CÃ	4 022,80 €
TOTAL	190 949,34 €

Quadro III - Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico

ABIUL	1 548,30 €
ALMAGREIRA	2 760,60 €
CARNIDE	1 060,20 €
CARRIÇO	4 682,40 €
LOURIÇAL	5 831,70 €
MEIRINHAS	1 710,00 €
PELARIGA	961,80 €
POMBAL	1 143,60 €



MUNICÍPIO DE POMBAL

REDINHA	1 020,00 €
UFGIMM	3 897,70 €
UFSSALB12	4 920,90 €
VERMOIL	2 385,60 €
VILA CÃ	1 987,20 €
TOTAL	33 910,00 €

Quadro IV - Limpeza das vias e espaços públicos sargetas e sumidouros; a manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público (à exceção daquele que seja objeto de concessão); gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (salvo as exceções elencadas na proposta apresentada com a referência I-000420/GAP/20); autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na área de jurisdição (salvo as exceções elencadas na proposta apresentada com a referência I-000420/GAP/20) e autorização da realização de equipamentos ocasionais

ABIUL	57 980,00 €
ALMAGREIRA	69 664,00 €
CARNIDE	45 902,00 €
CARRIÇO	84 193,00 €
LOURIÇAL	80 286,00 €
MEIRINHAS	40 322,00 €
PELARIGA	48 875,00 €
POMBAL	125 715,00 €
REDINHA	54 475,00 €
UFGIMM	119 872,00 €
UFSSALB12	115 154,00 €
VERMOIL	61 933,00 €
VILA CÃ	48 696,00 €
TOTAL	953 067,00 €

Quadro V - Expressão financeira dos recursos a transferir mediante celebração de Autos de Transferência entre o Município de Pombal e cada uma das freguesias do concelho

ABIUL	68 629,50 €
ALMAGREIRA	86 599,30 €
CARNIDE	58 932,40 €
CARRIÇO	104 233,95 €
LOURIÇAL	113 845,80 €
MEIRINHAS	62 168,10 €
PELARIGA	68 595,30 €
POMBAL	229 043,99 €
REDINHA	66 450,80 €
UFGIMM	153 811,74 €
UFSSALB12	158 143,89 €



MUNICÍPIO DE POMBAL

VERMOIL	75 586,80 €
VILA CÃ	56 853,40 €"

A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a aprovação da transferência de recursos, nos termos propostos."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Alguém se inscreve para usar da palavra neste Ponto n.º 2.8? Encerradas as inscrições. Então, Sr. Presidente Humberto Lopes, se faz favor."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

"Obrigado, Presidente. Também vou ser rápido.

Neste ponto, só para dar aqui uma nota, e no fundo, não é novidade para ninguém que o Município de Pombal tem sido um exemplo – e não é só de agora, ou seja, posso dizer aqui que desde o tempo do Eng.º Narciso Mota, dos seus mandatos, reforçados agora com os mandatos do Sr. Presidente Diogo Mateus – nesta confiança que é depositada nas Juntas de Freguesia, nos Presidentes de Junta, nas suas equipas, no fundo são transferências de competências, que já têm sido feitas ao longo destes anos, quer na área dos transportes escolares, no serviço de refeições, nas atividades extracurriculares, mais recentemente na parte da ação social, e relembrando os projetos que já foram também ditos aqui nesta Assembleia, das Comissões Sociais Interfreguesias, a que também aderimos, a questão da limpeza urbana, em que a Câmara Municipal atualmente comparticipa, em termos de recursos humanos, para que se efetue a limpeza urbana também nas freguesias, e também nas faixas de gestão de combustível, a tal comparticipação que é feita todos os anos.

Portanto, Pombal – e era esta a nota que eu queria deixar, como Presidente de Junta, tinha que o dizer aqui – Pombal não esperou que o Governo Central, seja ele qual for – neste caso, temos um Governo do PS que anda aqui a baralhar um bocadinho as questões das transferências e delegações de competências, mas Pombal não esperou, nos últimos anos, para fazer isso e para confiar nas Juntas de Freguesia todo este trabalho. No fundo, é esta nota que eu queria deixar aqui, e para que nos próximos anos este trabalho seja feito, e que estes recursos sejam aproveitados, ao nível das freguesias também, que estamos cá para ajudar. E como também foi dito aqui já por várias vezes, quanto mais próximos estiverem os serviços, acho que melhor conseguimos servir as pessoas, que é para isso que estamos cá, para servir as nossas comunidades.

Obrigado."

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção do Bloco Esquerda.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais no ano económico de 2021, nos termos do art.º 12.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Aceitam-se inscrições no Ponto n.º 2.9. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o fornecimento de energia elétrica para as instalações e edifícios municipais – Pedido de autorização de despesa e assunção de compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Estão abertas as inscrições no Ponto n.º 2.10. Ninguém quer usar da palavra? Vamos passar à votação.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.11, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRS no período de 2020, a cobrar no ano de 2021.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Aceitam-se inscrições no Ponto n.º 2.11. Não havendo inscrições, vamos passar à votação.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Procedimento e os Critérios para Emissão de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico - Empreendimentos de Caráter Estratégico.

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros e que a seguir se transcreve:

Foi presente à reunião a informação n.º 107/DUP/20, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 23-11-2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Empreendimentos de Caráter Estratégico – Procedimento e Critérios para Emissão de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico

Ex.mo Sr. Presidente,

Com a aprovação da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal (PDM de Pombal), foi também aprovado o enquadramento regulamentar dos Empreendimentos de Caráter



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estratégico (artigos 129.º, 130.º e 131.º da Secção III, do capítulo V – Usos Especiais, do regulamento do Plano.

Os empreendimentos de carácter estratégico correspondem a empreendimentos com importante impacto no ordenamento do território, que pela sua importância para o desenvolvimento económico e social, ou pela sua especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, constituem um interesse público para o concelho, mas para os quais o PDM não reservou áreas do território municipal para a sua implantação. Trata-se, pois, de empreendimentos estratégicos que não se encontram em conformidade com os usos do solo e ou os parâmetros de edificabilidade estipulados para a categoria e usos do solo onde os mesmos se pretendem implantar.

Foi assim, opção estratégica do PDM de Pombal, a introdução de uma norma regulamentar com o intuito de não inviabilizar eventuais investimentos que possam surgir, e que se revelem estruturantes para o desenvolvimento concelhio, competindo à Assembleia Municipal, sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, reconhecer o interesse público estratégico dos Empreendimentos de Carácter Estratégico.

Para o efeito, e tendo por finalidade a clarificação da instrução do procedimento a adotar e a definição dos critérios subjacentes ao reconhecimento de interesse público estratégico por parte da Assembleia Municipal, nos termos do disposto nos artigos 129.º, 130.º e 131.º do regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Pombal, bem como os critérios para determinação da qualificação da iniciativa para efeitos de avaliação ambiental estratégica (cfr. alínea c) do n.º 1 do artigo 130.º do regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Pombal) por parte da Câmara Municipal, foi elaborado o documento em anexo, intitulado “Procedimento e Critérios para Emissão de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico”, incluindo o modelo de requerimento a apresentar com o pedido.

Face ao que antecede, sugere-se a V. Ex.a, caso seja esse o entendimento, que submeta a proposta de Procedimento e Critérios para Emissão de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico, ao órgão Câmara Municipal, para devida apreciação, e posterior envio à Assembleia Municipal para aprovação, por minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

À consideração superior.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto, nos termos da informação supratranscrita.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se quer inscrever neste ponto? Sra. Deputada Fernanda Domingues, faça favor, pode usar da palavra.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Muito obrigada. Exma. Sra. Presidente, caríssimos deputados e demais presentes, apresento desde já os meus cumprimentos a todos, aproveitando também a oportunidade para agradecer ao Departamento de Informática do Município de Pombal, que tornou possível a realização da presente reunião através de videoconferência, uma vez que, infelizmente, ainda não nos podemos reunir pessoalmente.

Relativamente ao ponto em que irei intervir, que se reporta aos empreendimentos de carácter estratégico, devo dizer que a proposta vem trazer uma mais valia para o concelho, apesar



MUNICÍPIO DE POMBAL

de não estar totalmente de acordo com alguns pontos apresentados, para o procedimento e critérios para a emissão de reconhecimento de interesse público estratégico.

A Câmara Municipal atribuiu, e bem, o poder de voto da proposta à Assembleia Municipal, de reconhecer o interesse público estratégico destes empreendimentos. No entanto, seria bastante prático se os serviços da Câmara Municipal fizessem uma análise preliminar e o saneamento dos pedidos, enviando somente para discussão em sede de Assembleia os projetos que efetivamente tenham pernas para andar, ou num sentido mais formal, que sejam dotados de viabilidade económica estratégica e/ou social para o concelho.

Relativamente ao valor exigido para este tipo de empreendimentos, devo já dizer que é utópico atribuir um 1.500.000€ ao processo, enquanto que no Concelho / Distrito de Leiria se exige 1.000.000€. É do conhecimento público que Leiria é uma zona bastante atrativa para empreendimentos inovadores, uma vez que tem polos universitários, indústria (...) de precisão, e demais tipos afetos à saúde, desporto e indústria. Ainda por cima, Leiria está a candidatar-se a Capital do Desporto para 2022, e por isso sabemos que está a tentar angariar projetos inovadores para que atinja tal objetivo.

Por isso, entendo que Pombal deverá ser menos exigente, atendendo não só à sua dimensão e densidade populacional, reduzir o valor exigido, até porque no presente momento de crise económica que a nossa sociedade está a atravessar, e cujas previsões não nos são favoráveis, recomendo baixar o valor de investimento para 1.000.000€.

Obrigada pela vossa atenção, e votos de um feliz natal e um próspero ano novo.

Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves.”

Elisabete Alves (PS):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Uma pequena nota neste ponto, para dizer que o nosso voto é a favor, mas não deixamos de lamentar o facto de esta definição de critérios e clarificação do procedimento pecar por tardia, porque já nesta Assembleia, durante este mandato, creio que até há dois anos atrás, por alguns membros desta Assembleia foi manifestada a preocupação pela falta de clarificação do conceito de interesse público estratégico, e a definição dos critérios, que estavam de forma muito abstrata, nada clarificados, nada definidos. E portanto, já foram tomadas decisões com base em interpretações que foram feitas, sem que esses critérios e essa clarificação estivessem concretizados, e estivessem de forma objetiva. Isto já é um início de clarificação e definição, já se verificam aqui elementos objetivos, para uma melhor tomada de decisão quando nos for proposto – a nós, Assembleia Municipal – o interesse público estratégico de uma determinada atividade, ou um determinado investimento.

Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quero, sim, Sra. Presidente, porque há duas ou três observações a fazer.

A primeira é a de que nós não estamos a discutir a alteração do Plano Diretor Municipal, onde estão estabelecidas as quatro condições que devem ser respeitadas para obter o reconhecimento de interesse público estratégico. E portanto, a questão de 1.500.000€, ou 1.000.000€, ou menos do que isso, que a deputada Fernanda Domingues falou, não se



MUNICÍPIO DE POMBAL

aplica. E por quê? Porque isso está no Plano Diretor Municipal. O que nós aqui estamos a fazer é a densificar o conjunto de elementos que devem ser tidos em linha de conta pelos serviços da Câmara que apreciarão o processo e que o proporão à Câmara, e a Câmara à Assembleia Municipal, depois de devidamente aprovado, para se reconhecer este interesse público estratégico. E portanto, a observação que foi feita não faz sentido, porque a discussão que aqui estamos a fazer não é essa.

A segunda observação, relativamente aqui ao atraso desta declaração, nós não estamos aqui a aprovar uma declaração de reconhecimento de interesse público geral, como aquelas que chegámos a aprovar relativamente ao Decreto-lei n.º 165, para a viabilização de regimes especiais e excecionais de licenciamento para algumas indústrias que careciam dele. Não é nada disso. Também podemos usar isso como regra, se a Assembleia o entender. O que estamos aqui a estabelecer é que para os efeitos estabelecidos nos art.º 129.º, 130.º e 131.º do PDM, em que condições é que estes pedidos podem ser instruídos. Por exemplo, se tivermos um investimento para uma grande unidade – olhe, há pouco falou-se aqui daquela unidade logística, e vamos imaginar que em vez de se fazer uma aquisição em património municipal, com finalidade industrial, devidamente infraestruturado, o requerente opta por fazer uma aquisição de terreno florestal não condicionado, nem por REN, nem por RAN, com quatro ou cinco hectares, e propõe à Câmara Municipal o reconhecimento do interesse estratégico, porque vai empregar duzentas pessoas, fazer um investimento de 15.000.000€, e vai ligar-se a um setor de atividade que está previsto nos que aqui estão propostos. E a utilização do regime de edificação mais favorável do que aquele que resultaria da aplicação dos índices do espaço florestal seria possível caso a Câmara e a Assembleia Municipal concordassem com essa proposta, em função dessa tal excecionalidade de reconhecimento. E essa excecionalidade de reconhecimento é que aqui, em concreto, é regulada nesta proposta, para se perceber como é que podemos utilizar este tipo de ferramenta. Portanto, devemos segregar para os casos que estão especificamente a ser tratados, para não estarmos a baralhar. Se hoje ou amanhã aparecer uma situação de reconhecimento de interesse público em que se queira adotar esta regulamentação, isso é outra coisa; esta regulamentação em concreto diz respeito – como, aliás, diz o primeiro parágrafo da proposta que a Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana escreveu, e que a Câmara aprovou, com a aprovação da primeira revisão do PDM de Pombal foi também aprovado o enquadramento regulamentar dos empreendimentos de carácter estratégico, art.º 129.º, 130.º e 131.º da Secção III do Capítulo V, Usos especiais do regulamento do Plano. E é só isso que estamos aqui a discutir, não é mais do que isso.

Muito obrigado, Srs. Deputados.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.13. que é apenas para conhecimento, aqui não há lugar para votação, Apresentação e discussão do relatório de execução orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana, E.R. – 3.º trimestre.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se quer inscrever neste ponto? Faça favor. Dra. Ofélia Moleiro, faça o favor de usar da palavra.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Ao longo deste mandato, sempre intervimos, quer através dos nossos Vereadores, quer da Assembleia Municipal, no sentido de acompanharmos a atividade da PMU. Consideramos uma empresa fundamental no Concelho de Pombal, pelo que temos vindo a alertar para os problemas organizacionais e funcionais.

Como era de esperar, como consequência da pandemia e das medidas restritivas impostas pela DGS, a sua atividade produtiva reduziu drasticamente. Isso veio a refletir-se nos resultados líquidos da empresa, que apresenta um resultado negativo de 47.000€ - mais 37.000€ do que em período homólogo do ano anterior. Aguardamos para ver os resultados finais, porque a concretizar-se esta tendência negativa, será o segundo ano consecutivo em que a empresa apresenta prejuízo. Esperamos que o quarto trimestre revele alguma recuperação. A administração da empresa tem um papel fundamental na elaboração de um plano de recuperação económica. A Câmara pode ter um papel importante, estabelecendo uma indemnização compensatória para pagar o estacionamento não cobrado. É o próprio revisor oficial de contas que, no relatório, chama a atenção, e passo a citar, “para a necessidade de nos últimos três meses do ano existir alguma recuperação da atividade da empresa”. Relewa que a administração da empresa deve promover uma utilização eficiente dos seus recursos, de forma a maximizar a capacidade produtiva da empresa.

Segundo a Legislação, após três anos de prejuízos sucessivos, a empresa municipal terá de ser dissolvida, e isso é o que não desejamos. Todos desejamos que a empresa tenha resultados positivos, e continue a ser um sujeito dinâmico da economia do nosso concelho. E com isto termino, desejando a todos um feliz natal, com muita saúde, cumprindo as recomendações do Dr. João Coucelo – acreditem nele, que é médico. Cuidem-se, e que na próxima reunião possamos encontrar-nos presencialmente. Era muito bom. Beijinhos para todos, bom natal, feliz ano novo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Dra. Ofélia. Presidente José Manuel Marques, tem a palavra.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Lourçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria muito de intervir neste ponto, porque queria dar aqui os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela excelente iniciativa de utilizar os meios da PMU, e que eu percebi pela primeira vez o quanto será importante a PMU trabalhar ao serviço das freguesias. E aqui neste ponto, aquilo que foi feito recentemente nas limpezas das linhas de água junto à vila, é um trabalho excelente. Eu reparei ali que há uma mais valia, uma grande rentabilidade para a PMU, através do Município, que pode colocar ao serviço das freguesias um trabalho de muita visibilidade. Posso dizer que o Lourçal tem mais de vinte quilómetros de ribeiros por limpar há mais de trinta anos, que não rentabilizam em nada a agricultura ainda intensa que existe nesta freguesia, todos eles vão desaguar ao Vale do Pranto, e aqui, Sr. Presidente, muito honestamente, reconheci que há uma visão diferente, e poderá ser aqui – e como agora ouvi a Dra. Ofélia Moleiro a falar na questão de a PMU



MUNICÍPIO DE POMBAL

dar prejuízo, e da rentabilidade do seu trabalho, a PMU tem duas máquinas e dois operadores magníficos, que não só fazem a limpeza dos ribeiros, não fazendo a limpeza geral, não destruindo a natureza – ou seja, a floresta, as árvores – fazendo uma limpeza sustentável da fauna e da flora, e que se notou um trabalho visível.

Portanto, aqui eu queria dar, muito honestamente, os meus parabéns pela iniciativa do Sr. Presidente e do Sr. Vereador Pedro Murtinho, que também me ligou, e eu tive a possibilidade de apreciar este trabalho, e vi aqui quanto será necessária a continuidade destas máquinas ao serviço – e eu falo da minha freguesia – para eliminar aquilo que tem sido um abandono total de mais de trinta anos, que eu conheço, da limpeza dos ribeiros da Freguesia do Louriçal.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Diogo Mateus, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só duas notas muito rápidas. A primeira para a Dra. Ofélia, para lhe dizer que esta manhã, na reunião de Câmara que tivemos, já foi aprovado o apoio municipal para compensar a PMU pelas receitas não cobradas relativamente ao estacionamento de duração limitada entre o mês de março e o mês de maio, calculadas em cerca de 23.000€, precisamente por ter sido uma amputação de receita que foi decidida pelo acionista, e que a Câmara entendeu – e bem, no meu entendimento, e por isso fiz a proposta – que o deveria fazer.

Para além disso, evidentemente que não ficámos à espera dos resultados do terceiro trimestre, já atuámos ainda antes de os conhecermos, precisamente com o propósito de se desenvolver um conjunto de atividades que são compatíveis com as disponibilidades que a empresa apresentava à data, sob o ponto de vista de recursos humanos, máquinas e tempo, para fazermos um conjunto de intervenções através dos meios da Câmara, porque me parece ser bastante mais razoável fazermos este investimento, e termos este resultado que o Sr. Presidente da Junta do Louriçal acabou por testemunhar, como se fez também em Almagreira, como se tem que ir fazer a Vermoil, como se fez aqui em Pombal, no Parque Industrial Manuel da Mota e noutras locais, para fazermos este investimento, a empresa fatura de acordo com a sua tabela de preços, está estabelecido um contrato de cerca de 80.000€. E portanto, o que eu gostava mesmo era que quando nós, em fevereiro, quando este assunto tiver que vir à Assembleia Municipal, se já tivermos as contas de 2020 fechadas, eu tenha o enormíssimo prazer de propor que ele não venha à Assembleia Municipal, porque as contas da empresa não precisam que haja nenhuma deliberação que vá ao encontro daquilo que, de forma avisada, alguns dos Srs. Deputados referiram, relativamente aos resultados negativos. Deus queira que assim seja. E o trabalho que está a ser feito indicamos as melhores perspetivas para o ano de 2020, apesar de todas estas circunstâncias.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

“Muito obrigada, Presidente.”

A Assembleia tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.14, Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pedia ao Sr. Presidente, se quisesse dar-nos conta de qual foi o sentido do apoio dado hoje na reunião de Câmara a este pedido.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, eu ficava à disposição dos Srs. Deputados, são situações que são articuladas com os respetivos Executivos, estamos a falar aqui de obras de ampliação de cemitério na Redinha, no que diz respeito à Junta de Freguesia – não temos cá o Sr. Presidente da Junta, mas prende-se com a ampliação do cemitério para a zona sul; o acordo de colaboração de um muro do parque de estacionamento do Centro de Saúde em Carnide, precisamente para resolver uma situação de segurança que aquele espaço tem; o mesmo acontece no que diz respeito às Meirinhas, que estão a fazer um conjunto de intervenções, através da Junta de Freguesia, de requalificação do espaço urbano. E por fim, esta grande intervenção desenvolvida pela União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze, que tem aqui uma expressão financeira mais robusta, mas, de facto, é uma intervenção que vale a pena ser visitada pelos Srs. Deputados, para se conhecer não só a capacidade negocial da Junta, e de realização, e que, evidentemente, o Município não pode deixar de acompanhar, no esforço financeiro que esta obra trará à circulação rodoviária em Albergaria dos Doze, e à melhoria da segurança rodoviária naquele local.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Temos a inscrição do Sr. Presidente da Junta da Redinha, se faz favor.”

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Boa noite, Sra. Presidente, Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e restantes deputados.

Eu queria aproveitar esta minha intervenção, eu tenho estado a seguir a reunião da Assembleia desde o início, e gostava de fazer minhas também as palavras dos meus colegas Presidentes de Junta, quando elogiam o Executivo Camarário pelos apoios e iniciativas que têm sido dados às Juntas – e às pessoas, por sua vez – nos termos das escolas, e agora do natal – o carrilhão, o camião que visitou as escolas, e outras iniciativas que acho que nesta altura, neste ano tão difícil, trazem sempre alguma alegria e esperança às pessoas e às próprias crianças.

Por outro lado, queria também agradecer o apoio à ampliação do Cemitério da Redinha, como o Sr. Presidente acabou de referir, agradecer esse mesmo apoio, porque é uma obra que é fundamental, porque o cemitério está mesmo a necessitar, e está mesmo quase em rutura.

E por outro lado, também não deixar de ter aqui uma palavra, e aproveitando este ponto, para com o Executivo e o Sr. Presidente de Câmara, que conjugou e fez todos os esforços com a Junta de Freguesia para, finalmente, a Santa Casa da Misericórdia da Redinha ter umas instalações e uma obra que há tantos e tantos anos é uma necessidade, dado o envelhecimento da população da Redinha – e, aliás, isso é transversal a todo o concelho e



MUNICÍPIO DE POMBAL

a todo o país. Portanto, também deixar aqui este meu agradecimento, porque finalmente vai haver, com certeza, obra, e ficamos satisfeitos, e os Redinhenses com certeza que vão aplaudir esta obra.

O CIMU-Sicó, como o Sr. Presidente também falou, não podia deixar de falar que já está outra vez em trabalhos. E durante o ano de 2021, gostaria de pôr em marcha – e vou falar com o Sr. Presidente e com os Vereadores nesse sentido, para darmos utilização ao terreno que comprámos, também com a ajuda do Município, para o Parque de Lazer da Redinha. Pronto, e basicamente era isto. E desejar a todos um grande natal, um feliz natal, que vão ser com festas diferentes e seguras, mas não deixará de ser um feliz natal, com certeza, e um próspero ano novo de 2021 para todos nós.

Muito obrigado. Boa noite.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente Paulo Duarte. Faça favor, Sr. Presidente José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente e todos os deputados, eu não queria deixar passar em claro este momento, até porque ao longo do ano por vezes não falamos nisto – aceitamos, pedimos, e depois passa em frente. A questão é a seguinte, e porque já estou com sete anos volvidos à frente da Junta de Freguesia, percebi que havia um caminho a desenvolver para que a articulação entre as freguesias e o Município fosse mais produtivo, e as populações da minha freguesia, vejo que estão constantemente atentas àquilo que se vai desenvolvendo, num território de quarenta e oito quilómetros quadrados, bastante acidentado em alguns pontos, quase todo com população, com vias rodoviárias e um conjunto de fatores. E nós aqui, fruto de um trabalho de proximidade e de conhecimento – que, felizmente, eu tenho esse conhecimento profundo desta freguesia, porque resido nela há perto de sessenta anos, e por força da minha vocação a nível das instituições em que passei na minha vida profissional, é muito fácil eu conhecer. E desde a primeira hora que eu tenho feito um trabalho em conjunto com o meu Executivo, e todo o pessoal administrativo, o pessoal da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, ao nível dos seus técnicos, e com os recursos humanos e logísticos que a Freguesia do Louriçal neste momento tem, temos tentado rentabilizar. E aí, estes apoios, quando pedimos e executamos obra, tantas vezes evitamos a deslocação de máquinas da Câmara Municipal para o Louriçal, a deslocação de recursos humanos, que só no caminho perdem imensas horas, este trabalho tem sido um trabalho de proximidade, e é isto que é importante, cada vez mais. Quando falamos na delegação de competências, isto já nós fazíamos. E o Sr. Presidente viu esse caminho, e bem, queremos sempre mais, é verdade, mas deixo aqui um apelo também aos técnicos, quando acompanham as obras – que ainda há bem pouco tempo realizámos vários quilómetros de abertura e empedramento de caminhos, sem que fosse necessário a Câmara Municipal ter aqui os seus meios; contratámos, executámos com os nossos próprios meios, em tempo de pandemia, e a população ficou agradecida, porque eram caminhos que estavam por abrir há mais de vinte e não sei quantos anos.

Não só nisso, como também nos apoios no centro escolar, como por exemplo, esta atividade, que embora não tenha tido nenhum apoio, mas teve o empenho da Câmara Municipal, através da Sra. Vereadora, Dra. Ana Cabral, nesta questão desta vinda do camião com o Pai Natal, as crianças ficaram maravilhadas, os pais também, são, às vezes, iniciativas que



MUNICÍPIO DE POMBAL

parecem simples, mas são muito valorizadas numa época em que não podemos ter aquilo que tínhamos habitualmente nos outros anos.

Portanto, aquilo que queria dizer, enquanto Presidente – e não tem a ver aqui com questões políticas, não são, são pessoas que estão no terreno, e que aquilo que querem é o melhor para cada freguesia, para as suas populações, que cada vez são mais exigentes, e bem, porque isso é cidadania, o facto de pedirem, de dizerem que ali há um problema, acolá outro problema, isso é importante, chegam até nós, e não, por vezes, a utilizar as redes sociais para denegrir, sem que tenham que nos pedir nada.

Portanto, esse é um trabalho que fazemos, também fazemos com a Câmara Municipal – pedimos, não denegramos, não dizemos que não está feito porque a Câmara não fez, ou porque não quis fazer. É este trabalho de parceria. Sr. Presidente, deixe-me dizer que chegando ao final deste ano, e com toda a situação difícil que temos vivido, temos conseguido levar até às pessoas aquilo que é o principal, desde a Comissão Social, desde os alimentos, desde um conjunto de fatores de apoio, e acima de tudo também a continuidade da boa limpeza das vias rodoviárias, dos jardins, de um conjunto de coisas que temos feito. Portanto, isto é o trabalho que temos que seguir, seja com este Executivo, seja com outro, é sem dúvida a rentabilidade dos recursos humanos, numa articulação perfeita – ou muito próximo disso – entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal.

Muito obrigado. Mais uma vez, muitas felicidades, um feliz natal, e um bom ano para todos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente José Manuel Marques. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Diogo Mateus, querendo usar dela.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, Sra. Presidente.

Muito obrigado pelas vossas palavras. Tem sido assim que temos procurado desenvolver o nosso concelho, e espero que consigamos, no futuro, manter este nível de cooperação.

Como passaremos, entretanto, ao Ponto n.º 2.15, que é apenas para conhecimento, eu talvez fizesse aqui uma intervenção final, em primeiro lugar, para agradecer a colaboração de todos nesta discussão. Quero dizer-vos que, a partir de amanhã, estarão aqui também na portaria e no GAP, a possibilidade de os Srs. Membros da Assembleia Municipal levantarem o cabaz de natal que, este ano, foi preparado para todos – creio que já receberam esta informação. Terão também aqui oferta da Câmara, não só da agenda que tradicionalmente entregamos, e da caneta que mandamos fazer, mas também de outros dois presentes que foram identificados – e que não vos direi, porque creio que constituirão uma boa surpresa.

E dizer-vos a todos, de facto, e aproveitando as palavras do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, na sua recandidatura, que não podemos desistir a meio de uma caminhada exigente e penosa, e portanto, cá estamos para continuar a fazer esta luta, com o apoio de todos.

Muito obrigado. Boas festas a todos.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.15, Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia, para cumprimento do n.º 4 do art.º 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém quer usar da palavra? As inscrições estão abertas. Não há inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

Intervenção da Presidente da Mesa da Assembleia.

Vou proceder ao encerramento desta Assembleia. Mas, deixem-me primeiro dirigir-vos umas palavras.

Em primeiro lugar, quero agradecer a vocês todos, ao Sr. Presidente de Câmara, aos Srs. Vereadores, aos Srs. Deputados Municipais, aos Srs. Presidentes de Junta, e aos serviços de apoio a esta Assembleia, aos técnicos da Câmara, a todos aqueles que contribuíram para que este ano – que todos sabemos como foi – tivesse corrido o melhor possível.

Agradeço à Câmara e ao seu Executivo pelo facto de termos a nossa cidade tão bonita. Vocês não imaginam aquilo que as pessoas me vêm dizer, estão a adorar esta iluminação, tudo isto que a Câmara tem feito aqui pelo nosso concelho e pelas freguesias. Efetivamente, parabéns, e obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço também a todos os técnicos da Câmara que têm levado a cabo este trabalho, e a todos os responsáveis por isto.

E no dia 4 de janeiro, cá me encontro convosco, às cinco e meia da tarde. Há bocadinho, a Sra. Deputada Liliana Silva disse que foi o Sr. Deputado Henrique Falcão que foi o responsável. Então, vou confidenciar-vos um pequeno pormenor: o dia 4 de janeiro já estava marcado na minha agenda. Naturalmente, se não pudessem, eu arranjava outro. Mas, às cinco e meia da tarde cá estamos, os líderes de Bancada, e a Sra. Presidente da Junta de Vila Cã, independente, para falarmos sobre o assunto da criação dos grupos de trabalho, para ajudarmos a resolver os problemas da saúde. Mais tarde, entrarão outros protagonistas, nomeadamente os Srs. Presidentes de Junta.

E deixem-me dizer-vos uma coisa: não é para mim agradável, e para os senhores também não, estarmos aqui a esta distância. Este ano é diferente, foi diferente em tudo, todos nós estamos na linha da frente. Eu, como professora, estou todos os dias no meio dos meus alunos, uns com Covid, outros de quarentena, outros em confinamento.

Deixem-me despedir, desejando um bom natal para todos, com muita saúde, e acima de tudo que nunca percamos a esperança de que 2021 seja melhor que este.

Obrigada pela vossa paciência, pelo vosso trabalho, pelo vosso esforço, pelo vosso empenho e pela vossa entrega.

Boa noite, e bom Natal para todos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram 21 horas e 30 minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Adelaide Conceição (2.^a secretária), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

A 2.^a Secretária: